



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Beatriz de Carvalho Monteiro

**"Maria Moisés" e "Pai contra Mãe":  
casamento, trabalho e maternidade em narrativas de  
Camilo Castelo Branco e Machado de Assis**

Rio de Janeiro

2020

Beatriz de Carvalho Monteiro

**"Maria Moisés" e "Pai contra Mãe":  
casamento, trabalho e maternidade em narrativas de  
Camilo Castelo Branco e Machado de Assis**



Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Marques Samyn

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M775 Monteiro, Beatriz de Carvalho.  
"Maria Moisés" e "Pai contra mãe": casamento, trabalho e  
maternidade em narrativas de Camilo Castelo Branco e Machado de  
Assis / Beatriz de Carvalho Monteiro. - 2020.

93 f.

Orientador: Henrique Marques Samyn.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Castelo Branco , Camilo, 1825-1890 - Crítica e  
interpretação – Teses. 2. Assis, Machado de, 1839-1908 - Crítica e  
interpretação – Teses. 3. Romantismo – Teses. 4. Realismo na  
literatura – Teses. 5. Literatura e sociedade - Séc. XIX – Teses. 6.  
Escravidão na literatura - Teses. I. Samyn, Henrique Marques, 1980-  
. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.  
Título.

CDU 869.0:869.0(81)-95

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Beatriz de Carvalho Monteiro

**"Maria Moisés" e "Pai contra Mãe":  
casamento, trabalho e maternidade em narrativas de  
Camilo Castelo Branco e Machado de Assis**

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa  
de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Estudos de Literatura.

Aprovada em 24 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Henrique Marques Samyn (Orientador)  
Instituto de Letras — UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Andréa Sirihal Werkema  
Instituto de Letras — UERJ

---

Prof. Dr. Paulo Fernando da Motta de Oliveira  
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro  
2020

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais por me estimularem a ler, pelos sacrifícios que fizeram para me criar e pelos exemplos.

Agradeço ao orientador Henrique por sua generosidade de materiais e de tempo, por sua paciência e pelo cuidado com que leu e orientou o uso dos argumentos e das palavras nesta dissertação.

Agradeço à Andréa Werkema por sua contribuição na qualificação, pelas indicações de leitura e pelo estímulo às trocas entre os estudiosos de Machado de Assis.

Agradeço à Luciene Pavanelo por sua vinda e participação na qualificação e pelas sugestões de bibliografia sobre Camilo Castelo Branco.

Agradeço ao examinador Paulo Motta por sua presença nesta banca, após uma longa viagem.

Agradeço aos alunos, colegas de trabalho, professores da UERJ e aos gerentes e coordenadores com quem convivi, estudei e trabalhei até hoje. Vocês são inspirações e desafios diários e, por isso, iluminam a caminhada.

Agradeço ao Pedro, companheiro que me ajudou com a defesa e sempre me encorajou a sentar ao computador para escrever.

## RESUMO

MONTEIRO, Beatriz de Carvalho. "**Maria Moisés**" e "**Pai contra Mãe**": casamento, trabalho e maternidade em narrativas de Camilo Castelo Branco e Machado de Assis. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Os personagens de Camilo Castelo Branco e de Machado de Assis nas obras “Maria Moisés” e “Pai contra Mãe” vivenciam dramas humanos típicos da sociedade na virada do século XIX para o XX no Brasil e em Portugal. As relações entre as famílias nobres e o poder de decisão dos patriarcas sobre os filhos e agregados faziam os heróis românticos sofrer de amores impossíveis; entre os pobres, quem casava entre os da mesma classe, tinha a liberdade, mas precisava se sustentar e trabalhar. Esta dissertação analisa como os papéis sociais para mulheres e homens, mães e pais, livres, agregados e escravizados afetavam as perspectivas de vida e de autonomia dos personagens criados por Camilo e por Machado. A dissertação observa também o que aproximou e o que afastou a escrita de Camilo da escrita de Machado e como este autor oferecia possibilidades de espanto e de crítica social em suas obras.

Palavras-chave: Romantismo. Realismo. Maternidade. Escravidão.

## ABSTRACT

MONTEIRO, Beatriz de Carvalho. "**Maria Moisés**" and "**Father against Mother**": marriage, labor and maternity in narratives by Camilo Castelo Branco and Machado de Assis. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The characters of Camilo Castelo Branco and Machado de Assis in the narratives “Maria Moisés” and “Father against Mother” experience human dramas typical of society at the turn of the 19th to the 20th century in Brazil and in Portugal. Relationships between noble families and the patriarchs' power of decision over their children and households made many romantic heroes suffer from an impossible love; among the poor, those who married among the same class had freedom, but needed to provide their own subsistence and work. This dissertation analyzes how the social roles for women and men, mothers and fathers, free, aggregated and enslaved people affected the perspectives of life and autonomy of the characters created by Camilo and Machado. This dissertation also observes what brought Camilo's writing closer and what made it distant from Machado's writing and how this later author offered possibilities of astonishment and social criticism in his works.

Keywords: Romanticism. Realism. Maternity. Slavery.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1	<b>AS RELAÇÕES FAMILIARES EM PORTUGAL E NO BRASIL NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>16</b>
2	<b>CAMILO CASTELO BRANCO E OS VALORES DE SEU TEMPO: UMA LEITURA DE “MARIA MOISÉS” .....</b>	<b>42</b>
3	<b>MACHADO DE ASSIS E O ESPELHO DOS ESCRAVOCRATAS: UMA LEITURA DE “PAI CONTRA MÃE” .....</b>	<b>65</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

“Pai contra Mãe”, de Machado de Assis, e “Maria Moisés”, das *Novelas do Minho* de Camilo Castelo Branco, são narrativas que têm em comum o destino de bebês. Nascer e precisar dos cuidados dos outros é uma experiência comum a todos; a despeito disso, sobreviver e tornar-se são não é uma realização trivial. O ser humano cuida de seus filhos por muito mais tempo que os outros animais, pois linguagem, socialização e autonomia são aprendidas em processos inigualáveis na natureza. As sinas de recém-nascidos, crianças e órfãos, não por acaso, motivaram o enredo de inúmeras histórias cujos protagonistas, como Rômulo e Remo, Moisés, Mogli, Oliver Twist e Harry Potter, estão no imaginário popular.

Em algumas narrativas, as ações dos pais que resultaram no desamparo do bebê são trabalhadas pelo escritor. Esse é o caso das duas obras que serão analisadas. Esta dissertação tem o objetivo de discutir as perspectivas históricas e sociais que Camilo Castelo Branco e Machado de Assis registraram em seus textos. Argumenta-se que os conceitos de paternidade, de maternidade e de escravidão vigentes no período em que os autores viveram estão presentes nessas obras e permitem uma apreciação da literatura de Machado e de Camilo, além de uma reflexão histórico-cultural.

Ambos Camilo Castelo Branco e Machado de Assis elegeram os filhos em situação de penúria, as desgraças do núcleo familiar e o sofrimento das mães como seus personagens e assuntos nos enredos que serão estudados. Consideramos nesta análise que os autores abordam esses temas com interpretações opostas no que diz respeito à percepção que as narrativas podem proporcionar aos leitores.

Tanto Machado quanto Camilo escreveram entre pares que exaltavam os sentimentos nacionalistas e os símbolos clássicos do patriotismo, como a língua, a geografia, os heróis e as conquistas; porém, esses autores inovaram ao prestigiar as existências cotidianas, de indivíduos comuns, mais do que as simbologias pátrias. Esses destinos humanos foram narrados por eles de forma pioneira para os contextos temporais e culturais em que estavam. Neste estudo, pretendemos comparar as tendências do romantismo e do realismo no Brasil e em Portugal na virada do XIX para o XX. O trabalho, a paternidade, a maternidade, o matrimônio e suas práticas sociais são a base compartilhada pelas obras para essa comparação.

O gênero romanescos, em Portugal e no Brasil, teve em comum a grande inspiração nos romances de folhetim franceses. Apesar de ter sido a metrópole do Brasil, em relação à

literatura, Portugal era uma periferia no sentido de os autores se inspirarem nos formatos e temas de países centrais da Europa, como a França e a Inglaterra (PAVANELO, 2013, p. 29; SCHWARZ, 2000a p. 35). Entretanto, havia a ambição de criar uma literatura nacional e autêntica, e tanto Machado de Assis quanto Camilo Castelo Branco foram influenciados pelos formatos de romance consolidados, mas também transformaram as tradições e entraram para o cânone das literaturas nacionais portuguesa e brasileira.

Existem diferentes possibilidades de leitura para qualquer obra: um texto literário pode ser lido por um leitor que busca a distração ou a diversão, por um leitor que o autor tinha em mente como seu público enquanto escrevia, por um crítico literário que opinará sobre a qualidade do texto, por um estudante que deseja entender circunstâncias de que a obra literária é exemplo. Nesta abordagem acadêmica de “Maria Moisés” e de “Pai contra Mãe”, é relevante a reflexão: os textos literários podem ser abordados como fontes históricas? Esse direcionamento também é motivado por minha formação da primeira graduação em História, um certo vício do olhar.

Machado de Assis e Camilo Castelo Branco escreveram enredos permeados pelas instituições e práticas sociais à sua volta, ou seja, sua escrita é fonte viável de acesso ao momento histórico. Entretanto, os textos não foram escritos para serem interpretados como documentos, eles reproduzem tangencialmente os fatos sociais, então podem ser considerados fontes históricas na proporção em que o leitor concilia sua interpretação com fontes documentais ou com análises de historiadores e críticos literários.

Para viabilizar nossa pesquisa, recorre-se aqui a alguns conceitos utilizados em textos que discutem socialmente e historicamente a orfandade, a situação da mulher portuguesa e da mulher brasileira, as práticas sociais envolvidas na maternidade, a situação da mulher escravizada, as relações familiares, as práticas conjugais (os casamentos por conveniência e os casamentos por afinidade), a moral, as concepções românticas de amor e de paixão, os ideais de mãe, de pai, de esposa e de esposo vigentes no final do século XIX, no Brasil e em Portugal. “Maria Moisés” foi publicado em 1876 e “Pai contra Mãe” foi publicado em 1906. Aqueles conceitos foram escolhidos de acordo com os enredos, que permitem uma via de conhecimento para o leitor em relação a papéis e instituições sociais, através da trajetória dos personagens pais, mães, filhos e da mulher escravizada.

Em relação ao contexto político e econômico do Brasil e de Portugal, adotamos uma leitura de que as instituições e as classes sociais mantinham uma dinâmica de dependência, como descrito por Raymundo Faoro (1976). As instâncias políticas precisavam se manter

através dos impostos sobre os rendimentos dos proprietários de terras e da burguesia mercantil e as ideologias usadas para justificar os posicionamentos políticos fundamentavam-se nas ambições das classes privilegiadas. Compartilhamos da visão de Faoro, que também enfatizou a dependência invertida, na qual os donos da riqueza econômica acordavam suas posições estruturalmente com a política institucional, combinando o liberalismo econômico com as restrições ao voto e assim impediam a participação de pessoas como os pobres e as mulheres na política. Faoro aponta ainda que Machado de Assis interpretava a política como um teatro das paixões individuais predominando sobre os procedimentos institucionais. Eram esses os aspectos da política que Machado escolhia retratar nos tipos sociais que ele criava. A burguesia em ascensão, seus representantes políticos e suas dinâmicas de comercializar, lucrar e ascender com dinheiro e prestígio social foram representados em personagens tanto de Camilo quanto de Machado. Em *A Queda de um Anjo* (1866), Camilo criticou e ridicularizou as ambições da classe política constitucionalista de Lisboa, por exemplo. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), o narrador descreve a personagem Virgília como uma mulher ambiciosa que decide casar com o pretendente que tinha mais chances na política. A classe política não apareceu com traços benevolentes nas escritas de Camilo e de Machado, apesar de esses autores terem sido lidos por esses setores alfabetizados, consumidores de seus romances.

“Maria Moisés” conta duas histórias conectadas. A novela inicia com o impactante e minucioso momento da morte de Josefa e termina com a trajetória de Maria Moisés. O leitor precisa estar atento no início para, aos poucos, conectar a morte com o nome da protagonista e título da obra e entender como as mulheres estão conectadas: Josefa foi a mãe de Maria Moisés. A ordem cronológica é invertida, narrando-se primeiro a morte de Josefa e depois detalhando o que levou a jovem a morrer. Josefa e António de Queirós apaixonaram-se e tiveram um relacionamento, mas eles não podiam se casar porque ela era de uma posição social incompatível com a expectativa do pai de António, um fidalgo rico. António de Queirós foi embora, mas Josefa tinha engravidado dele. Ela tentou esconder essa condição de sua família, dizendo que estava doente. A mãe de Josefa era muito exigente em relação aos padrões de castidade de sua época.

Josefa tentou fugir para a casa de amigos de António, que a procuraram e planejaram com ele de ajudar o casal a se reunir. António de Queirós prometeu ficar junto dela, apesar dos impedimentos impostos por seu pai. Mas Josefa estava debilitada e nervosa durante sua fuga porque tinha acabado de revelar a gravidez à mãe e de dar à luz. Devido a tantas

dificuldades, Josefa morreu atravessando o rio e foi encontrada sem vida. Ela tinha colocado a filha em uma cesta e assim a bebê foi encontrada no rio pelo caseiro da Quinta de Santa Eulália.

A população da aldeia desconfiava que Josefa tinha cometido suicídio, mas o leitor logo percebe que, na realidade, ela se afogou enquanto tentava desesperadamente fugir com a filha recém-nascida. Esta será a Maria Moisés da segunda história, que acredita ter sido abandonada no rio.

Maria Moisés é criada com a ajuda dos fidalgos da Quinta de Santa Eulália e herda essas terras. Quando se torna adulta, ela passa a usar seus bens para a caridade: educar e criar crianças enjeitadas. António de Queirós, pai de Josefa, reaparece no desfecho, reencontra a filha e a ajuda financeiramente.

Em nossa leitura de “Maria Moisés”, buscamos entender o que inspirou Camilo Castelo Branco a construir o personagem António de Queirós como o homem dividido entre o amor romântico e espontâneo que sentiu por Josefa e a imposição de seu pai de unir-se a uma mulher de *status* social elevado. A solução que António propõe inicialmente, antes da gravidez, é casar-se depois que seu pai morrer; mas o pai do fidalgo o prende em outro lugar para separar o casal. Quando António oferece, como solução, que Josefa fuja para encontrá-lo, tudo se desenrola tragicamente.

Os relacionamentos fora do matrimônio entre pessoas de classes sociais distintas eram comuns, assim como o nascimento de crianças bastardas. Nessa perspectiva, António de Queirós é um personagem dotado de alguma honra, pois ele não abandona Josefa: tenta ficar junto dela, apesar das restrições de seu pai. Quando volta e ajuda Maria Moisés, a filha que não sabia ter, António parece alcançar a redenção dos seus sofrimentos da juventude através da segurança material que oferece à protagonista.

Josefa da Laje representa o sofrimento da mulher levado ao extremo, culminando em sua morte. Ela também é uma personagem cindida entre a paixão e as expectativas morais de sua mãe, que “compreendia barbaramente o dever da mulher” e “não perdoava cegueiras de amor porque não amara nunca” (BRANCO, 2006 [1876], p. 28). O primeiro objetivo de vida das mulheres portuguesas no século XIX deveria ser casar-se, para, apenas depois de casadas, terem relações sexuais com a finalidade de ter filhos. Josefa e tantas outras não seguiam essa cartilha à risca, e cediam às suas afinidades e desejos livremente, desprezando as imposições sociais. Essas mulheres, quando engravidavam, eram responsabilizadas e culpadas por não controlarem seus afetos. “Desonrada” e “perdida” são adjetivos que se repetem em “Maria

Moisés”, bem como em outras narrativas da época, para descrever essas mulheres. Josefa era “perdida” segundo esses padrões morais, mas foi feliz em seu curto romance; contentava-se com amar apenas, não precisava sequer da esperança do casamento que António lhe prometeu, após a morte do pai dele. O que a deixava mais feliz era estar com ele a sós, em meio à natureza. O resultado desse tipo de amor romântico, que desprezava as convenções sociais, ficou claro: sofrer até o esgotamento completo do corpo.

Maria Moisés foi uma criança supostamente abandonada que teve a grande sorte de ser apadrinhada pelos senhores da Quinta de Santa Eulália e de ser ajudada pelo cônego de Braga, João Correia Botelho. Ela foi educada em um convento até os quinze anos de idade, mas desejou uma vida muito diferente da monástica para colocar em prática seu desejo de cuidar de crianças enjeitadas e de retribuir a caridade que ela recebeu. Quando o cônego ouve os planos dela, ele os desaprova e acredita serem utópicos e indiscretos. Para João, ela ainda era jovem e não tinha posses suficientes; ademais, o religioso acreditava que a caridade de acolher crianças que os pais abandonaram encorajava a depravação.

A visão do cônego em relação à trajetória ideal de uma mulher está refletida em outras passagens do texto, como aquela que descreve as herdeiras da Quinta de Santa Eulália, solteiras depois dos cinquenta anos, descritas como sem serventia, melancólicas e embalsamadas (BRANCO, 2006 [1876], p. 34). O caseiro Francisco, que encontrou o bebê no rio, diz à Maria Moisés que a terra em que eles vivem está cheia de mulheres perdidas e de enjeitados, porque os pais não sabem criar as filhas com “pão e pau” (BRANCO, 2006 [1876], p. 45). A ironia de Camilo aparece quando a filha do próprio Francisco, Joaquina, engravida sem se casar. É a heroína, Maria Moisés, quem organiza um plano para a criança nascer e ser recebida sem que soubessem da desonra de Joaquina. São esses personagens e aspectos que serão trabalhados em “Maria Moisés”; além disso, pretende-se estabelecer conexões com os papéis familiares e o trabalho narrados por Machado de Assis em “Pai contra Mãe”.

“Pai contra Mãe”, em seus primeiros parágrafos, mais parece uma descrição histórica sobre a escravidão e suas tecnologias. Antes mesmo dos personagens, Machado de Assis decide apresentar os objetos ligados ao castigo e à captura dos escravos; pois a “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel” (ASSIS, 2009 [1906], p. 147). O protagonista é Cândido, que, por não aturar empregos regulares, rendeu-se à ocupação desprestigiada e incerta de capturar escravizados fugidos. A motivação para esse trabalho foi o fato de ele ter se apaixonado e se casado. A esposa é Clara, órfã que morava

com a tia. Os três passaram a morar juntos; Clara e a tia costuravam. Apesar de viverem com rendas limitadas, Cândido e Clara desejavam ter um bebê e tinham esperança de que conseguiriam criá-lo. Mas as dificuldades aumentaram e, justamente quando a criança nasceu, eles foram despejados de casa. O protagonista não conseguia capturar nenhum escravizado fugido. A tia de Clara convenceu o casal a entregar o filho à roda dos enjeitados. Enquanto o pai levava o menino para a roda, encontrou Arminda, uma mulher escravizada fugida que ele procurava. Ao capturá-la, Cândido e ela lutam; a mulher estava grávida, conta que seu senhor era mau e que ela apanharia por ter fugido, pedindo que seu perseguidor a soltasse. Mas Candinho, ansioso por receber a recompensa e, assim, manter seu filho, nega-se a ajudar aquela mãe desesperada como ele. Arminda abortou devido ao esforço em sua captura e Cândido voltou para casa, abençoou a fuga e concluiu: "Nem todas as crianças vingam [...]" (ASSIS, 1975 [1906], p. 59).

O personagem de Candinho permite uma interpretação acerca dos contrastes no mundo do trabalho no final do século XIX. A narrativa se passa cerca de cinquenta anos antes de sua publicação, em 1906; portanto, no ano de 1856. As leis para a mão de obra escrava promulgadas até o momento eram as seguintes: em 1845, a lei inglesa Bill Aberdeen permitiu que as embarcações britânicas apreendessem os navios negreiros; em 1850, a Lei Eusébio de Queirós proibiu a chegada de embarcações com africanos escravizados no Brasil, mas apenas em 1870 essa lei teve efeitos práticos; 1871, a Lei do Ventre Livre determinou que filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir do ano de sua publicação fossem considerados livres (TRÍPOLI, 2006, p. 153-156), apesar de ainda ficarem sob a tutela do senhor. Daí em diante, alguns setores sociais urbanos começaram a se organizar para reivindicar o fim da escravidão.

Na cronologia do narrador, os acontecimentos relatados em "Pai contra Mãe" ocorreram entre a Lei Eusébio de Queirós (1850) e a Lei do Ventre Livre (1870). Nesse momento, a escravidão já era um modo de trabalho criticado e combatido na Europa e estava a caminho de ser extinto no Brasil. Quando Candinho tornou-se captor de escravizados, isso significou que tinha acedido à pobreza, já que essa era uma ocupação estigmatizada. Ele já havia tentado a tipografia, o comércio, trabalhar como carteiro, contínuo de cartório e entalhador, mas a obrigação e o servir feriam seu orgulho. Apesar disso, queria um trabalho para se casar.

O desejo de Cândido é reflexo do papel de esposo do final do século XIX. Ele não gostava de trabalhar, mas sabia que era uma condição tácita para se tornar marido. O modo de viver burguês já havia tomado seu lugar em meio ao estilo de vida da nobreza ligada à terra. O

casamento por conveniência, ligado à fidalguia, já dava lugar ao ideal romântico de casar-se por amor e ao casamento com objetivo de ascensão financeira. Mas Machado de Assis, distanciando-se da idealização romântica, criou os personagens de Cândido e de Clara e relacionou sua união com as questões financeiras e o trabalho.

Candinho e Clara eram dos setores urbanos mais pobres, precisavam trabalhar e não dispunham de títulos, capitais ou rendas. Nessa posição as pessoas eram mais livres para escolher seus pares, sem acordos políticos, familiares ou grandes pretensões financeiras. Ainda assim, Cândido quer um trabalho porque pretende casar, “queria ter em que trabalhar quando casasse” (ASSIS, 2009 [1906], p. 149), demonstrando que não contava com o amor incondicional dos românticos e que aceitava fazer algo de que desgostava porque tinha consciência das expectativas sociais de o homem ser o provedor.

Clara também não tinha imposições familiares a cumprir em relação a títulos, dotes e arranjos políticos; era pobre. O leitor não tem acesso a muitas das motivações de Clara porque ela não é a protagonista. Ela era costureira com sua Tia Mônica e namorava, mas sem se interessar muito por seus pretendentes; queria se casar, e isso era mais do que natural, apesar de ter sido criada pela tia solteira e, órfã, não ter presenciado o matrimônio dos pais como modelo.

Clara soube que Cândido era o possível e único a escolher como marido quando o viu em um baile; apesar do que as amigas diziam contra ele, Clara o defendia por ser animado. Quando a tia lhe censurava porque Cândido não ganhava suficiente nem regularmente para sustentar um futuro filho, Clara confiava que Nossa Senhora proveria. Clara e Cândido planejavam o rebento apesar da escassez, e ele veio. Dedicando-se mais ainda ao trabalho de costureira, Clara fez seu enxoval com retalhos; nesse ritmo, mal conseguia remendar as roupas de Candinho. Seus anseios e sua atuação na narrativa equivalem ao do “anjo do lar” burguês.

Clara era esposa e mãe de dedicação ilimitada à família; seus sentimentos se assemelham ao amor romântico idealizado, pois parecem desinteressados. Ela defendia seu pretendente e recusava-se a ver as evidências que poderiam dificultar a realização do amor em um matrimônio e na constituição de uma família. Após casarem, era inevitável que o casal engravidasse, conforme as expectativas sociais do final do século XIX, que surgem representadas nas advertências de Tia Mônica.

A cultura da época concebia o trabalho feminino como irrelevante em relação ao trabalho masculino<sup>1</sup> e esse fator configurava algumas das expectativas sociais para os papéis de gênero no casamento. Tia Mônica é cruel para repreender e exigir o esforço de Cândido de encontrar um trabalho regular, mesmo que ele tenha se dado conta de que suas habilidades eram adequadas para capturar escravizados, uma atividade inconstante. Tia Mônica e Clara costumam muito, mas seus ganhos não são suficientes para sustentar a família. Subentende-se que elas, ao contrário de Cândido, conseguiram aprender e exercer regularmente um ofício. Os rendimentos delas não bastavam: elas eram mal remuneradas, não queriam ou não podiam ser provedoras? As discussões sobre a autonomia da mulher, os espaços domésticos e o trabalho feminino são pontos de convergência de vários aspectos a serem desenvolvidos nos próximos capítulos da dissertação.

Arminda é outra personagem que desejamos examinar. Ela é a mãe que aparece no título do conto. O pai, homem livre, vence a mãe, mulher negra e escravizada. Para Candinho, é culpa da própria Arminda que ela possa vir a apanhar grávida, pois fez filho e fugiu. O aborto é decorrente da luta com Candinho. O leitor não tem acesso aos anseios de Arminda, mas pode-se entender que ela também buscava melhores possibilidades para ter uma criança, assim como Cândido. Apesar de não ter liberdade e de, possivelmente, enfrentar dificuldades para se sustentar enquanto escondia-se, Arminda se arriscava para sair de seu cativeiro.

A partir da modernidade, o modelo familiar é o da mulher dotada de um sentimento amoroso inato por sua prole e o do homem capaz de sustentar os membros da família (BADINTER, 1985). Essa composição idealizada se reflete nos personagens de Camilo Castelo Branco e de Machado de Assis. Josefa e Arminda fogem para dar condições melhores a seus bebês: Josefa procurava a proteção do pai de sua filha, Arminda buscava a liberdade.

A instituição do tráfico de escravizados africanos para o Brasil modificou a estrutura da escravidão que existia na África, onde os cativos conservavam sua personalidade e os filhos de escravizados nasciam livres (DIAGNE, 2010, p. 27). No Brasil, as mães escravizadas muitas vezes não queriam que sua prole vivesse sob a mesma condição de submissão a que elas estavam sujeitas. Em “Pai contra Mãe”, Machado de Assis narra a tentativa de Arminda de evitar a consequência inevitável para seu filho de ser escravizado também. Pode-se assumir que esse era um texto de crítica à instituição da escravidão por isso? Outro ponto de discussão nesta dissertação é se Machado de Assis se empenhou em expressar

---

<sup>1</sup> O processo que levou a essa visão sobre o trabalho feminino será aprofundado no primeiro capítulo com base nas ideias de autoras como Silvia Federici (2017).

uma consciência social em sua escrita. Há um debate bem estabelecido sobre o assunto e pretende-se acrescentar a contribuição deste trabalho.

O meio e as vivências de Machado de Assis como racialmente miscigenado ou negro refletem-se em sua literatura? E a história de vida de Camilo Castelo Branco, muitas vezes descrita como mais dramática que suas obras de ficção? Essas vivências estão refletidas em “Pai contra Mãe” e em “Maria Moisés” ou é mais prudente refletir sobre o texto apenas munido dele mesmo? Camilo Castelo Branco mudou-se para uma aldeia chamada Vilarinho da Samardã quando tinha 14 anos (COELHO, 2001, p. 36); a natureza e a cultura do povo da região têm grande importância nas *Novelas do Minho*. O rio que leva Maria Moisés e dá fim ao sofrimento de Josefa, bem como a floresta que acolhe o amor proibido desta e de António, são alguns exemplos de momentos em que a natureza atua junto dos personagens. Camilo descreveu essa natureza porque teve a imagem mental daqueles locais. Argumenta-se aqui que seria impossível para os autores criar os cenários e personagens dessas narrativas sem ideias e visões inspiradas em suas experiências pessoais.

Na mesma linha argumentativa, utilizamos textos de historiadores que recorreram à literatura para entender costumes e práticas reais do final do século XIX por intermédio dos textos ficcionais. As conexões com as ciências sociais para compreender a literatura podem, para alguns, retirar seu aspecto insondável e subjetivo. Nessa dissertação, as relações estabelecidas com esses campos de conhecimento buscam ampliar o potencial de sensibilização e de subjetivização dos leitores de “Maria Moisés” e de “Pai contra Mãe”.

## 1 AS RELAÇÕES FAMILIARES EM PORTUGAL E NO BRASIL NO SÉCULO XIX

O núcleo familiar é um elemento central nas narrativas de “Pai contra Mãe” e de “Maria Moisés”. Os homens e mulheres que protagonizaram as obras foram narrados como pares românticos que se tornam amantes ou esposos e, em decorrência dessas uniões, tiveram filhos. Analisaremos as relações familiares no século XIX em uma conjuntura de consolidação de novas relações de trabalho, de transformação política e econômica e do surgimento de um conceito moderno de intimidade. A moral ditada à mulher era a de que, como mãe, ela deveria ser capaz de resistir a toda violência e a todo sofrimento por meio de seu instinto materno, supostamente intrínseco à natureza de seu corpo.

A mulher do final do século XIX costumava adotar o objetivo de casar-se e de gerar filhos, ou pelo menos deveria ter essa meta, segundo os padrões morais e as expectativas sociais. Argumenta-se nesta dissertação que essas escolhas de vida eram encorajadas por instituições sociais como a Igreja, o Estado e o modo de produção. A Igreja foi a organização mais antiga a fazê-lo; as duas últimas passaram a fazê-lo também com a mudança da sociedade feudal para um modo de produção capitalista. Os meios usados para incentivar a busca por esses objetivos foram dos mais violentos aos mais sutis.

O corpo feminino foi descrito como fraco para a mulher e como uma fraqueza potencial para o homem, apesar de ser esse o corpo que gesta e se transforma para prover a vida humana. Essa crença foi difundida desde os tempos mais remotos, e os primeiros registros escritos foram de teólogos homens, que não podiam ter relacionamentos afetivos com mulheres e que tinham como missão explicar os textos bíblicos para a população na perspectiva da Igreja Católica.

Georges Duby (2003) analisou as leituras do Gênesis de Santo Agostinho e de outros teólogos do século XII, quando estavam sendo elaboradas uma teologia e uma moral do casamento. A mulher foi vista como vilã no Gênesis; a doutrina cristã leu o mito da criação menos como uma alegoria para a conquista da razão pelos seres humanos (a maçã proibida era fruto da árvore do conhecimento) e mais como uma explicação para o motivo de a humanidade ser sexuada, culpada e infeliz (DUBY, 2013, p. 283): esses infortúnios foram motivados pela mulher, que provou da maçã e convenceu o homem a prová-la também.

Eva foi uma má influência na opinião desses teólogos, mas fora planejada por Deus por causa da necessidade do homem de uma companheira. Entretanto, essa companheira foi

entendida como uma auxiliar do homem, inferior a ele. Segundo a interpretação da Igreja, na mulher predominaria o lado carnal e animal, enquanto no homem dominaria a razão. Por isso, a mulher deveria colocar-se sob o poder do esposo (DUBY, 2013).

A Igreja foi uma instituição com poder crescente a partir da decadência do Império Romano do Ocidente. As decisões dos imperadores Constantino e Teodósio de encerrar as perseguições aos cristãos e de tornar o cristianismo a religião oficial do império foram escolhas políticas que demonstraram o potencial de união que o cristianismo podia promover naquela sociedade em processo de fragmentação (ANDERSON, 1996, p. 118).

A crença nos ensinamentos da doutrina cristã unia as pessoas. A Igreja tornou-se uma força estável em meio a guerras e turbulência política constantes, dando aos cristãos um sentido de segurança e de pertencimento a uma comunidade. Converter-se ao catolicismo, casar-se e servir como soldado romano foram formas de firmar alianças e de criar integração entre os povos germânicos que migravam para a Europa e os romanos. Desde então, a Igreja exerceu seu poder em parceria com outros atores.

Na Idade Média, líderes germânicos, adaptados a uma cultura romana e convertidos ao cristianismo, tornaram-se senhores feudais. Esses cediam suas terras a vassallos nobres e a camponeses que se submetiam à autoridade senhorial. O poder desses senhores, que exerciam a justiça, recebiam impostos e juras de vassalagem, era maior do que o dos indivíduos em seus núcleos familiares. Os próprios casamentos estavam sujeitos ao arbítrio senhorial.

Em certas regiões da Europa feudal, a decisão final sobre a vida de uma mulher não era do pai ou do esposo da mulher, e sim do senhor feudal. Ele podia escolher com quem as camponesas e nobres se casavam, podia decidir se uma mulher deveria casar-se novamente e até tinha o direito de deitar-se com a noiva no dia do casamento. Apesar disso, as mulheres servas gozavam de alguma autonomia naquele período, pois tinham direito de usar a terra, de trabalhar nela e de dispor da produção resultante do seu trabalho livremente.

Naquela época, as relações dentro do núcleo familiar eram mais fracas se comparadas com os vínculos coletivos. As servas lavavam, fiavam, colhiam e cuidavam dos animais em colaboração com outras servas. Além disso, havia campos comunais, rios e florestas que eram de acesso livre para a comunidade do feudo. Ferramentas e máquinas eram compartilhadas por todos, em alguns casos, com o pagamento de taxas ao senhor. De acordo com Silvia Federici, “as servas eram menos dependentes de seus parentes de sexo masculino, se diferenciavam menos deles física, social e psicologicamente e estavam menos subordinadas a

suas necessidades do que logo estariam as mulheres ‘livres’ na sociedade capitalista” (2017, p. 51).

As terras comunais eram um espaço de sociabilidade para as mulheres, o local onde se encontravam, compartilhavam notícias, trocavam conselhos e estavam fora do olhar masculino, podendo elaborar suas interpretações a respeito do que acontecia na comunidade (FEDERICI, 2017, p. 138). Esses laços sociais foram se desfazendo com a derrocada do sistema de campos abertos e conforme as terras comunais foram cercadas e privatizadas.

Os acordos coletivos de trabalho foram trocados por acordos individuais e, assim, a colaboração no trabalho agrícola entre os camponeses foi diminuindo. As desigualdades aumentaram entre a população rural conforme foram surgindo habitantes ilegítimos sem quaisquer bens ou meios de sustento que não tinham outra escolha além de suplicar por um emprego assalariado (FEDERICI, 2017, p. 139).

As bases de coesão da sociedade feudal começaram a se deteriorar, os núcleos familiares se desfizeram; a juventude, sem um panorama viável para continuar no campo, saiu das vilas, mesmo sem emprego. Os desocupados transformaram-se no maior problema social do período e as pessoas idosas, sem os jovens, foram deixadas em situação de desamparo. As mulheres mais velhas foram as mais afetadas, pois seus filhos foram embora e o destino delas frequentemente foi a pobreza, o endividamento, a inadimplência e os furtos. As mulheres que pediam esmola ou roubavam seus vizinhos frequentemente se tornavam acusadas de praticar magia negra. As consequências foram uma população do campo desunida pelos crescentes desequilíbrios econômicos e pelas mágoas surgidas da reorganização do trabalho e da família. Esses aspectos foram estudados por Silvia Federici nos registros de caça às bruxas (2017).

As revoltas camponesas, os movimentos milenaristas, as heresias, a fome e a peste negra também impactaram profundamente as relações de trabalho feudais. Desde o século XII, as cidades e o comércio cresceram. A cidade tornou-se um lugar onde artesãos e trabalhadores manuais comercializavam seus produtos e serviços e o senhor feudal não tinha tanto poder. O reaquecimento do comércio, a escassez populacional e o excedente de terras livres tornaram a mão de obra mais cara, diminuíram as possibilidades de receber impostos feudais e inverteram as demandas e ofertas de nobres e de camponeses. Os trabalhadores do campo começaram a exigir recompensas por seu trabalho (FEDERICI, 2017, p. 102).

As transformações decorrentes da venda da força de trabalho fizeram com que a burguesia mercantil desenvolvesse novos meios de organizar suas atividades produtivas. Ao longo dos séculos XVI e XVII, os comerciantes capitalistas recorreram à mão de obra barata

que estava livre no campo para enfraquecer as guildas das cidades e acabar com a autonomia dos artesãos. Em um processo mais complexo do que podemos detalhar nesta dissertação, a burguesia aliou-se à nobreza para controlar as classes mais pobres, e assim surgiram os estados absolutistas (FEDERICI, 2017, p. 108).

Os trabalhadores sem vínculo com a terra, ou seja, sem meios autônomos para a subsistência, precisavam disponibilizar-se a trabalhar para a burguesia mercantil. Esse processo significou a transmutação do indivíduo em máquina de trabalho, já que um trabalhador sem ferramentas ou terras dispõe apenas do seu próprio corpo para produzir. Silvia Federici (2017) acrescenta a essas análises com base marxista o fato de que havia outra hierarquia essencial ao controle do trabalho: a submissão do corpo das mulheres para gerar novos trabalhadores.

As mulheres foram as mais afetadas pela desagregação das terras comunitárias. Um dos motivos para isso foi que elas não dispunham da mesma facilidade em deixar as terras para procurar emprego assalariado, ser uma trabalhadora itinerante ou tornar-se uma desocupada. O estupro e outras formas de violência contra a mulher eram mais frequentes no caso de uma delas ser abordada sozinha.

As mulheres grávidas e com filhos tinham menos condições de migrar ou de escolher o nomadismo. A elas não era permitido tornar-se um mercenário, ou um soldado. Elas trabalhavam e juntavam-se às tropas como esposas, prostitutas, cozinheiras e lavadeiras; mas, no século XVII, as mulheres foram expulsas dos campos de guerra em decorrência de novas regulações dos exércitos (FEDERICI, 2017, p. 144).

Muitas mulheres acabaram por ser cativas do trabalho reprodutivo como consequência dos cercamentos dos campos, da privatização e da monetarização econômica, pois elas tiveram mais obstáculos do que os homens para se manter e exercer outras funções. Nesse momento, a geração de novas vidas e de mais mãos para trabalhar passou a ser desvalorizada.

A conjuntura de mercantilização da economia possibilitou que a produção para subsistência, predominante na Europa pré-capitalista, se tornasse mínima. A combinação entre produção e reprodução foi desfeita e a relevância da fertilidade da terra foi dissociada da importância da fertilidade dos ventres, em um processo que estabeleceu outro regime de valores.

A produção e a reprodução passaram a ser diferenciadas pelo sexo e foram vinculadas a novas relações sociais. A geração de novos indivíduos, trabalhadores em potencial para o mercado, passou a ser tida como sem valor econômico e deixou de ser considerada um

trabalho. Apenas a produção para o mercado passou a ser considerada como geradora de valor no modo de produção monetarizado.

As amas e as funções envolvidas na reprodução fora da família continuaram sendo pagas se fossem necessidade dos senhores, mas os valores ficaram mais baixos. Ao mesmo tempo, a dimensão econômica de gerar a futura força de trabalho dentro do ambiente doméstico foi invisibilizada. Parir seria uma vocação inevitável de toda mulher; alimentar, banhar, vestir e cuidar das crianças também passaram a ser trabalhos exclusivos de mulheres e sem valor produtivo.

Se essas atribuições da divisão sexual podem parecer escolhas irrefletidas, motivadas pela mentalidade da época, as restrições ao trabalho assalariado feminino deixam claro onde e como aquela sociedade queria que as mulheres trabalhassem: em casa e de graça. Quando as mulheres tinham um trabalho assalariado, ganhavam muito menos do que os homens, diferença que ainda existe no presente, embora combatida por movimentos feministas.

A divisão sexual das funções produtivas que surgiam e as diferenças salariais enfraqueceram as mulheres na Europa e na colonização da América. Em meio à expansão marítima, com terras livres e a necessidade de ocupar e de gerir um “novo mundo”, os comerciantes e os Estados nacionais desenvolveram projetos que contemplavam interesses comuns.

No século XVI, a eclosão do circuito comercial atlântico conectou os empreendedores capitalistas genoveses, a Coroa Espanhola, os missionários cristãos, as elites ameríndias e os africanos escravizados. De acordo com Mignolo (2000, p. 725), uma percepção nova de relações interculturais e internacionais surgiu naquele momento e colaborou com o fortalecimento da noção de cristandade europeia e com a perpetuação da diferença colonial, que se tornou a premissa histórica da modernidade e do colonialismo.

Os princípios mercantilistas postulavam que o aumento da riqueza, a manutenção da balança comercial favorável e o protecionismo comercial eram as melhores estratégias para favorecer aquela parceria. O Estado oferecia apoio aos comerciantes nacionais usando suas instituições para estimular a exportação e reduzir as importações, impondo tarifas alfandegárias a produtos estrangeiros e controlando o acesso a matérias primas. O trabalhador era outro elemento que precisava ser instrumentalizado na cadeia produtiva do capitalismo moderno.

A reunião das condições que permitiram o surgimento de um proletariado submisso não consistiu apenas na concentração de trabalhadores e de capital a serem explorados. A

reafirmação e reelaboração de diferenças e de hierarquias entre homens e mulheres, entre brancos e outras “raças”, entre jovens e idosos, entre ricos e pobres e entre a cultura ocidental cristã e outras culturas foram constitutivas das justificativas para a dominação e para a conquista de outros territórios e povos.

A partir do século XVIII, os discursos que fundamentaram essas ideias passaram a ser elaborados com base nos ideais iluministas. Os pensadores iluministas contestaram ideias estabelecidas sobre a sociedade, como a hereditariedade e o direito divino ao trono, a união entre o Estado e a Igreja e as diferenças naturalizadas entre classes sociais. Esses filósofos examinaram essas crenças segundo critérios que eles consideravam racionais e propuseram ideias como o contrato social e a representatividade para o governo, a razão e o método científico como as fontes de conhecimento e a liberdade e os direitos do indivíduo.

A valorização da crença na ciência, fundamentada na capacidade racional dos seres humanos, encorajou o individualismo e a noção de que todas as pessoas têm a capacidade de compreender por si mesmas o que é moralmente certo ou errado. A Igreja e os líderes políticos deixaram de ser as únicas autoridades legítimas com discernimento para julgar.

De acordo com Mignolo (2000, p. 727), conforme a Igreja passou a ser questionada por um mundo cada vez mais secular e o Estado se tornou soberano, a categoria de infiel (pagãos, judeus, gentios) que abrangia a população não cristã, transformou-se na categoria de estrangeiro. Se os cristãos eram aqueles que faziam parte da cristandade transnacional, os cidadãos passaram a fazer parte do novo espaço ascendente do Estado-nação, enquanto os cidadãos de outras nações passaram a não pertencer, a não gozar dos mesmos direitos dos nacionais; nascia mais um critério divisor das pessoas.

Desde os primórdios da filosofia sobre o indivíduo, algumas diferenças entre os homens não foram postas em questão. No Renascimento, a ideia de homem foi ressignificada e recebeu protagonismo, valorizando a capacidade humana de criar, de ser belo, de interpretar e de representar a natureza. Ao mesmo tempo, os filósofos que se perguntavam sobre o que era o homem restringiam-se às habilidades e feitos do homem europeu. Nos outros continentes, a colonização matava, dominava, conquistava e escravizava outros seres humanos cujas faculdades não eram objeto de reflexão (MIGNOLO, 2000, p. 727).

A instituição da família tampouco teve suas relações de poder questionadas pelo Renascimento ou pelo Iluminismo. Os filósofos iluministas não contestaram a tradição de obediência da esposa ao marido. Jean Jacques Rousseau, por exemplo, elaborou diversas ideias progressistas no campo da educação, entretanto sua visão sobre as atribuições da

mulher eram as já consagradas em sua época. De acordo com Badinter, “a lógica e o reformismo de Rousseau se detêm nas fronteiras do sexo. A mulher continua, para ele, a ser um indivíduo relativo, definido em relação ao homem. [...] sua visão da mulher, fechada em seu papel de esposa e de mãe, predominou durante longo período da história [...]” (1985, p. 170).

A obra de Rousseau *Émile*, publicada em 1762, narra a educação de um menino como meio de apresentar a visão do filósofo sobre esse tema. Ele idealiza um sistema educacional em que o homem seria educado para manter-se virtuoso, mesmo em uma sociedade corrupta. Esse livro contribuiu para fixar as ideias iluministas e influenciou o modelo de família moderna, ou seja, a família apoiada no amor maternal. “Depois do *Émile*, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe as suas implicações.” (BADINTER, 1985, p. 54).

A revolução científica e a crença na razão e no progresso contribuíram ainda para a criação de instituições que afastaram as pessoas de sua sabedoria prática sobre a natureza. Desde o Concílio de Trento (1545–1563), a Igreja Católica, ameaçada pelas reformas religiosas, passou a perseguir as curandeiras (FEDERICI, 2017, p. 363). Essa interdição levou muitas mulheres que usavam remédios e curas naturais a deixar para trás esses conhecimentos práticos. A consolidação da medicina com as descobertas da ciência acabou por invalidar esses saberes e transformá-los em superstição. No século XIX, a infalibilidade das práticas medicinais já era tão absoluta que os médicos e sanitaristas passaram a justificar políticas sociais e a respaldar as ações estatais (D’INCAO, 2004).

O Brasil era um país essencialmente rural no início do século XIX. A família patriarcal morava na casa-grande e controlava a senzala. As camadas sociais mais abastadas viviam de acordo com os hábitos e padrões de consumo da aristocracia de Portugal e segundo as diferenças sociais determinadas pela escravidão. O pai chefiava a família e possuía um poder excepcional sobre os outros membros da família, os escravizados e agregados.

Aquele período teve pouco desenvolvimento de atividades comerciais e industriais internas; por isso, o meio urbano era pouco relevante se comparado com o meio rural. A cidade era povoada por muitas pessoas sem uma ocupação fixa, com a exceção de alguns artesãos. Ela reproduzia as classes sociais e hierarquias rurais, mas poucas pessoas tinham domicílio permanente. As pessoas mais abastadas e as mais pobres não se diferenciavam muito em seu estilo de viver. No século XVIII, O Rio de Janeiro foi descrito por cronistas

como desorganizado, sem planejamento urbano e sem limites definidos entre as propriedades. Esse cronista descreveu as demolições e a limpeza por que a cidade precisou passar para receber a corte portuguesa, mas outros viajantes afirmaram que, mesmo depois dessa arrumação, a cidade continuou deixando a desejar em relação aos padrões europeus (D'INCAO, 2004, p.224).

Uma grande mudança se iniciou com a vinda da família real portuguesa. De acordo com Solange Moura e Maria de Fátima Araújo,

Com a transferência da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do século XIX, [...] a administração portuguesa desenvolveu um novo tipo de interesse pelas cidades brasileiras. Nesse movimento, promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à criança, valorizando a “família amorosa”, durante o século XIX, os higienistas auxiliaram a família brasileira a assimilar novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se (2004, p. 49).

A “reeuropeização” envolvia a arquitetura pública e privada. Foram criadas leis no Brasil para regularizar a ocupação e a limpeza das cidades. As atividades agrárias, como a coleta de madeira para lenha, a criação de animais e as fontes para beber e lavar roupas foram deslocadas para a região no entorno do centro. As construções de casas passaram a incorporar portas e janelas voltadas para a rua, e esse espaço passou a ser organizado como um lugar de circulação pública, em oposição ao lugar de circulação privada: o interior da casa. As ruas tinham que ser mantidas limpas e tentou-se alcançar esse novo objetivo com o controle da população (D'INCAO, 2004, p. 224).

Os governos passaram a modificar espaços que antes eram ocupados espontaneamente por mercados, festividades e socialização, de acordo com o interesse público. Essas políticas modernizaram e higienizaram o Rio de Janeiro. Ideias novas em relação ao que fazia bem à saúde começavam a ser difundidas entre as classes privilegiadas do Império. Na mesma época, a Faculdade de Medicina da Bahia foi aberta (1808) e a necessidade de curar doentes e de entender a causa de mortes por enfermidade era muito grande. O governo criou uma tarifa para a limpeza da cidade e o embasamento da medicina ajudou a desenvolver outros ideais de vida para a família e para a saúde dos indivíduos.

O governo de Portugal tentava implantar no Brasil ideias que ganhavam força na Europa; mas a sociedade brasileira era diferente em muitos aspectos, principalmente no peso que o sistema de produção agrário e escravista tinha na colônia.

A partir da proclamação da República (1889), a monarquia, a sociedade agrária e as elites ligadas à terra foram consideradas parte do passado. Para o governo republicano, o caminho para a civilização e o progresso era modernizar as cidades, inspirando-se no que era feito na Europa. No Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos reurbanizou a cidade inspirado pela renovação de parques, bulevares e obras públicas que o prefeito Hausmann fez em Paris.

As mudanças arquitetônicas foram acompanhadas por novas expectativas de comportamento das pessoas, que deveriam portar-se “civilizadamente”, segundo parâmetros europeus. As leis proibiram as práticas sociais que o Estado julgou não civilizadas e a imprensa ocupou-se de difamar essas expressões. As serenatas, reuniões, cultos religiosos e festas foram cerceados. A mendicância e as pessoas em situação de rua tornaram-se uma inconveniência e foram proibidas no centro da cidade (SEVCENKO, 1983).

As relações familiares foram influenciadas por esse processo modernizador. Os vínculos sociais ligados aos proprietários de terras como o compadrio, a solidariedade comunitária entre vizinhos e a família extensiva mudaram. Houve uma transformação das relações sociais senhoriais para as relações burguesas. As expressões tradicionais, as atitudes e comportamentos considerados antiquados precisariam ser contidos e transformados minuciosamente. No âmbito desta dissertação, os aspectos mais relevantes na modernização da cidade são a consolidação do Estado moderno e as mudanças econômicas transformando a vida familiar.

A família burguesa era idealmente composta por um esposo e pai que trabalhava e gerava renda, e por uma esposa e mãe que cuidava dos outros membros da família. Outro arquétipo de esposa ideal era a que tinha empregados para o trabalho do lar enquanto ela buscava notoriedade social; esse era o caso das famílias ricas.

O novo modelo valorizou a noção de amor familiar, a dedicação da esposa ao marido e aos filhos e reservou à mulher ocupações que não lhe permitiam realização pessoal fora da família. Seu propósito e suas atividades deveriam ser em função da manutenção da vida na casa ou do prestígio do marido.

A Igreja continuava a ser fonte da moral para o matrimônio. A castidade, a virgindade, a proibição do controle reprodutivo e do aborto seguiam firmes entre os preceitos católicos e valorizavam a mulher perante os pretendentes e a sociedade. Outras instituições passaram a elaborar suas versões de família e a patrocinar os novos papéis no contexto da família burguesa. Segundo D’Incao (2004, p. 230), os médicos, as escolas e a imprensa

elaboraram orientações com o objetivo de ensinar à mulher o seu ofício de guardiã do lar e da família.

A medicina passou a estudar o corpo das mulheres como destinado exclusivamente para a função reprodutiva: se a mulher tem seios e quadris arredondados, segundo a ciência, é indubitável que essas formas servem para acomodar e alimentar um bebê (COVA, 2011). Essa verdade era tida como estabelecida pela natureza e não pelos homens médicos que a afirmavam; os usos sociais da ciência estavam longe de serem discutidos.

Em um grande número de discursos, a anatomia do corpo das mulheres as predestina à maternidade. Os seios, as ancas generosas para receber o feto, não deixam pairar nenhuma dúvida: a mulher é concebida para ser mãe. A “natureza” decidiu assim, e, daí a deduzir que a mulher deve se consagrar exclusivamente à maternidade, há somente um passo, que ultrapassam alegremente os médicos, cujas proposições foram objeto de múltiplos trabalhos (COVA, 2005, p. 168).

A mulher e a mãe deveriam ter condições bem estabelecidas para exercer esses papéis em circunstâncias consideradas dignas e honrosas, e uma dessas condições era o casamento com um homem de classe social compatível, disposto a prover materialmente para a mulher e os filhos e filhas. No período em que “Pai contra Mãe” e “Maria Moisés” foram publicados, a instituição do casamento passava por mudanças em Portugal e no Brasil. Neste país, o casamento civil foi estabelecido com o advento da República, em 1890. Em Portugal, foi em 1867, ainda na monarquia, que a união pôde ser feita fora da Igreja. Em ambos os países, a autoridade da Igreja Católica diminuiu, mas, na prática, a mudança para uma união laica não ocorreu sem resistências.

No Brasil Imperial, a celebração do casamento, as interdições e demais matérias relativas ao matrimônio eram responsabilidade da Igreja Católica. Enquanto não existia casamento civil, o casamento religioso era o único meio legal e a Igreja era considerada a instituição competente para realizar o casamento. Em janeiro de 1890, o decreto n. 181 estabeleceu o casamento civil, porém a indissolubilidade matrimonial permaneceu intacta com base no preceito religioso que diz “não separe, pois, o homem o que Deus uniu”.

Na Igreja Católica, “parte do seu clero via como ilícito o casamento civil, que não passava de um concubinato, um contrato firmado no cartório, sem a benção de Deus.” (ARMOND, 2015, p. 17). Somente em 1977, com a lei do divórcio, o casamento civil teve aplicação prática desvinculada da moral religiosa (VIEIRA; SILVA, 2015, p. 29).

Existia um debate acerca do casamento por contrato em oposição ao casamento por sacramento. As leis e decretos foram em direção ao liberalismo e à laicidade do Estado, mas a

opinião pública manifestada na imprensa expressava uma visão do ideal cristão de constituição da família, em que um homem e uma mulher se unem, com a benção de Deus, para ter filhos, se comportam segundo os preceitos religiosos, e permanecem casados até a morte.

Em Portugal, por volta de 1865, quando se discutia o casamento civil no parlamento, houve um debate que se difundiu pelos jornais acerca da família e da sua deterioração. A título de contextualização, “Maria Moisés” foi publicado em 1876, mas a narrativa se passa algumas décadas antes. A Igreja defendia o sacramento como único meio de casar e a possibilidade de dissolver um contrato, ou o casamento civil, significava, para os partidários dos argumentos católicos, a possibilidade de dissolver toda a sociedade.

Naquele período, havia uma postura de crítica ao individualismo e uma resistência por parte da Igreja de abrir mão de sua influência moral. No entanto, o Estado não estava assumindo uma atitude de liberalização dos costumes ao instituir o casamento laico, pois o próprio Estado estava elaborando o seu discurso de controle da família. Difundiu-se uma teoria social de que a transição das famílias em que conviviam diferentes gerações na mesma casa para as famílias nucleares era um processo evolutivo, rumo ao progresso.

Esse modelo familiar contribuía com o objetivo do Estado de determinar padrões de sociabilidade política fundamentados na autoridade e na ordem e de garantir um sistema social a partir da estrutura familiar.

Sob o ponto de vista laico e republicano, o tema da dissolução familiar toma outros contornos, constituindo uma das fontes de inspiração de discursos reformistas, de base moralizadora, que apelavam a políticas de iniciativa estatal fundamentadas na ideia de higiene pública, tendo como público-alvo a população economicamente mais desfavorecida dos centros urbanos, em especial das duas principais cidades do país, Lisboa e Porto (VAQUINHAS, 2011, p. 120).

Os trabalhadores pobres eram habitantes da cidade temidos pela ordem burguesa, pois seu controle era essencial para a manutenção do modo de produção que concentra as riquezas e explora a mão de obra. A moral fundamentada no cientificismo e na religião era uma ideia a que se recorria para estabelecer esse controle do proletariado.

Relatos na imprensa feitos por médicos versavam sobre temas como mortalidade infantil, desocupados e vagabundos na rua, os pontos de infecção moral e física que estavam vinculados aos ambientes ocupados pelos mais pobres. Falava-se de uma degeneração humana na raça portuguesa que o Estado tomava como missão corrigir. Esse era um objetivo

para o bem da nação e dos bons costumes, e a criação dos filhos seria um aspecto primordial para esse propósito.

As crianças tornaram-se alvos de campanhas de saúde pública e gerar e cuidar dos futuros cidadãos tornou-se uma contribuição com a reforma da nação. Nos discursos veiculados pela mídia e pelo governo, os saberes científicos deveriam substituir as práticas maternas intuitivas e tradicionais. O resultado dessas campanhas pode ser verificado na mortalidade infantil, que teve suas taxas reduzidas em Portugal, a partir de 1950.

O fato de o Estado alegar uma crise da família e dos costumes demonstra que as instituições políticas atribuíam importância ao espaço privado como local em que também precisava exercer influência e controle.

Para as instâncias oficiais, a família raramente é entendida como uma unidade isolada, mesmo que, no plano do imaginário social, seja o lugar por excelência do íntimo, do calor dos afectos, um espaço protegido do mundo exterior e simultaneamente protetor [...]. Os discursos dominantes a qualificam como célula base do corpo social e instância de regulação fundamental entre o individual e o coletivo (VAQUINHAS, 2011, p. 122).

O conservadorismo e o liberalismo têm em comum o reconhecimento da importância da família. Ao longo do século XIX, os pensadores liberais desenvolveram teorias para sustentar a preservação da família. Diversas funções foram atribuídas ao núcleo familiar: a transmissão de patrimônio, do nome e de valores simbólicos. As atividades econômicas dividiam espaço com as atividades domésticas no final do século XIX: alfaiates, comerciantes, tecelões e artesãos em geral desenvolviam seus trabalhos nas mesmas instalações em que viviam. A economia pré-industrial era doméstica. Com o avanço do século XX, a separação desses espaços tornou-se mais frequente.

As ideias liberais se fizeram presentes no campo do direito, fortalecendo a igualdade entre os indivíduos homens e a diferença entre esses e as mulheres. A autoridade paternal tinha amparo no Código Civil português de 1867. No artigo 1185º estava estabelecido o dever da mulher de prestar obediência ao marido; e era dever do marido proteger a mulher e seus bens. No artigo 1186º, determinava-se que a mulher tinha a obrigação de acompanhar seu marido e, no artigo 1187º, que não podia publicar sem a permissão do esposo se fosse escritora; nos artigos 1192º, 1194º e 1196º a mulher era proibida de exercer profissão, comércio, adquirir, alienar bens, contrair obrigações ou estar em juízo. O marido tinha ainda o direito de abrir as cartas e papéis de sua mulher, segundo o artigo 461º do código penal. A mulher só teria o direito de se separar do marido em casos de maus-tratos, injúrias graves,

adultério com escândalo público, relacionamento extraconjugal mantido em domicílio ou desamparo total (art. 1204<sup>o</sup>). O marido adúltero deveria cumprir uma pena de até três anos, já a mulher adúltera poderia perder todos os seus bens (CCP, 1868, p. 211).

Os artigos do Código Civil estabeleciam uma dependência e tutela da mulher que a deixavam em condições equivalentes às de uma criança. A mulher tinha direito de dispor de bens próprios, mas cabia ao marido administrá-los. A mulher podia reservar parte dos rendimentos dos seus bens em um acordo pré-nupcial, mas esse acordo limitava-se a um terço dos rendimentos líquidos. A legislação definia um único papel para a mulher dentro do casamento: ser controlada pelo marido e dedicar-se às funções domésticas.

Esse modelo de família oficial não necessariamente se realizava concretamente em todos os núcleos familiares. Segundo Robert Rowland, não existia apenas um padrão familiar que se reproduzia por todo o território de Portugal no período do início do século XIX até o meio do século XX (VAQUINHAS, 2011, p. 130). Mesmo a palavra “família” não era usada de forma homogênea. Em algumas regiões, podia ser referida como “fogo”, “lar”, “casa” e assumir diferentes significados de acordo com a sociedade e a demografia.

A burguesia urbana definia a família como o núcleo conjugal e os filhos, mas os camponeses do Noroeste Atlântico e do Alto-Minho, que Camilo escolheu para a narrativa de “Maria Moisés”, falavam de “casa”, “casa agrícola” ou “casa da lavoura”. Esses conceitos incluíam o casal, os filhos, os terrenos e os indivíduos envolvidos na dinâmica agrária. O núcleo social era mais complexo do que a família nuclear urbana: pessoas, animais, terras e construções compunham esse grupo. Vimos que a modernização do comércio e a industrialização alteraram as relações com a terra na Europa, mas os processos sociais de longa duração nunca transformam as práticas humanas de forma imediata e a coexistência dessas práticas familiares demonstra que, embora o discurso do poder centralizado estatal se destinasse às classes emergentes esse colocasse como universal, ele não representava todos os portugueses.

Na “casa agrícola”, os rendimentos dos filhos deveriam ser entregues aos pais para uso em favor da “casa”. A manutenção desta definia práticas de herança, de sucessão e de emigração. O filho emigrante deixava a “casa” com a expectativa de retorno. As normas de herança determinavam que um herdeiro se beneficiasse preferencialmente, e o envio dos excluídos da herança para o Brasil foi uma prática comum. O Código Civil de 1867 estabeleceu a divisão igualitária da herança, mas na prática isso não extinguiu as diferenciações dos herdeiros.

O pai da casa tinha o costume e o direito de escolher quais filhos herdariam a casa, quais casariam, quais poderiam sair e quais poderiam casar e ficar na casa com sua nova família. Esse poder paternal assegurava cuidados com os pais na velhice, pois eles escolhiam o filho que se responsabilizaria por ficar e tomar conta deles. As filhas costumavam ter a ajuda dos pais para fazer um enxoval e arrecadar um dote a ser transmitido mediante matrimônio, recursos de compensação que visavam a ajudar a mulher e ao novo casal a se estabelecer. A mulher sem dote encontrava dificuldade para casar (VAQUINHAS, 2011, p. 132).

Nas cidades, havia famílias complexas, agregados independentes ou que foram gerados por uniões informais, especialmente entre pessoas que eram operárias ou pobres. Essas famílias eram o público-alvo do discurso político moralista e higienizador. Nas classes mais ricas, havia uma noção de família alargada, que incluía todos os que viviam sob o mesmo teto – em alguns casos, até mesmo os criados.

A condição das crianças sem amparo familiar era complicada. A extrema pobreza era associada aos abandonos ou à geração de filhos ilegítimos. No início do século XX, doze em cada cem crianças eram ilegítimas (VAQUINHAS, 2011, p. 134). A lei especificava diversos tipos dessas crianças: menor em perigo moral, menor abandonado, exposto, ilegítimo e espúrio. Os filhos concebidos fora do casamento não tinham os mesmos direitos que os filhos chamados legítimos e carregavam a infâmia em suas vidas. O indivíduo era castigado pelas ações de seus pais, pois a concepção modelar no matrimônio e os sobrenomes transmitidos eram mais valorizados do que a pessoa. A ausência de vínculos familiares significava um futuro incerto para essas crianças. A Câmara Municipal se encarregava de sustentar os enjeitados até os sete anos de idade, momento após o qual eles entravam no mercado de trabalho como aprendizes ou criados com as funções e rendimentos piores possíveis.

O abandono de crianças era condenado e passou a ser desencorajado por dispositivos legais no final do século XIX, antes da publicação de “Maria Moisés”. De acordo com Irene Vaquinhas (2011, p. 135):

Por legislação de 21 de novembro de 1867, é extinta a roda dos expostos, sendo essa medida acompanhada por todo um conjunto de medidas dissuasoras do abandono de recém-nascidos e de dispositivos jurídicos preventivos quanto aos crimes de infanticídio e de aborto, entre os quais se conta a concessão de subsídios temporários de lactação, às mães indigentes, como incentivo à criação das crianças no seio da sua família biológica.

A instituição do matrimônio era tão importante para as classes média e alta porque era uma oportunidade de aumento patrimonial. A obtenção de vantagens econômicas determinava as escolhas em um casamento; buscava-se adequar essas decisões, da melhor maneira possível, com as questões afetivas, ou como se dizia no XIX, com as “inclinações”.

Os nobres envolviam toda uma mobilização de familiares para dispor de uma rede de contatos sociais que pudesse encontrar e aproximar pretendentes. Os primogênitos deveriam casar-se com uma herdeira rica, preferencialmente filha única, para manter a reputação e a condição econômica da casa. Os casamentos entre primos, tios e cunhados (em segunda união), eram frequentes para aumentar ou fortalecer o patrimônio. As grandes disparidades etárias entre os cônjuges causavam distanciamento dos projetos de vida em comum e problemas no relacionamento.

A nobreza decadente recorreu aos casamentos com os comerciantes e industriais em ascensão para dispor de seus patrimônios. Alcançar o prestígio social da aristocracia era um objetivo dos capitalistas nessas uniões. Muitos indivíduos dessa classe ascendente em Portugal eram brasileiros que voltavam da colônia com fortunas e conquistavam títulos nobres como os de comendadores, viscondes e barões. Irene Vaquinhas (2001, p. 137) comenta que Camilo Castelo Branco via esses novos nobres com desdém, atribuindo sua ascensão social aos distúrbios políticos promovidos pela monarquia constitucional.

Os amores rejeitados pelo arbítrio do pai eram frequentes; os enamorados buscaram, cada vez mais, escolher um parceiro ou parceira que pudesse proporcionar felicidade, amor e prazer no casamento prioritariamente.

O romance *Amor de Perdição*, de Camilo, fez sucesso nessa época em que a literatura ultrarromântica passou a apresentar aos leitores heróis e heroínas que tinham suas paixões impedidas. Todos os sacrifícios eram válidos para manter acesa a chama de um amor. Teresa, Simão e Mariana, protagonistas de *Amor de Perdição*, vivem um triângulo amoroso que provoca a morte dos três<sup>2</sup>. Diversos jovens raptaram seus amores como única alternativa à interdição da união pelas famílias. Uma nova forma de pensamento emergia: a oposição à contenção dos impulsos amorosos. Quando as estratégias de alianças sociais e as limitações financeiras impossibilitavam uma união, a não resignação tornou-se uma possibilidade devido aos elogios românticos ao sentimento do amor. O pragmatismo deu lugar ao sonhado e idealizado.

---

<sup>2</sup> Embora convencionalmente lido como obra ultrarromântica, *Amor de Perdição* apresenta também diversas referências críticas e irônicas à estética do romantismo.

A Revolução Liberal de 1820 encorajou o individualismo e o valor da personalidade autêntica de cada ser humano, o que trouxe alguma libertação de certas expectativas sociais. As gerações mais jovens foram as mais receptivas a essas ideias. As novas formas de expressão envolveram, além da literatura, as roupas da moda, as maneiras de flertar e os ambientes frequentados pela juventude. Eles fantasiavam encontrar a noiva ou o noivo ideal.

O desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, como o telégrafo, a imprensa e o correio, favoreceu o amplo alcance dessas tendências. Os ambientes e eventos de convivência se diversificaram, como saraus, bailes, balneários e teatros. Apesar da vigilância constante dos pais, principalmente das meninas, os jogos de sedução floresceram com a linguagem corporal, os acessórios (lenços, bengalas, leques), as trocas de olhares, as danças e poses.

Esses comportamentos eram mais comuns entre as classes médias e altas. Nas obras que analisamos, os protagonistas não frequentavam esses ambientes, pois Josefa, Maria Moisés, Candinho, Clara, Tia Mônica e Arminda eram pobres; a exceção era Antônio de Queirós, personagem de “Maria Moisés”. No Brasil, os personagens de “Pai contra Mãe” eram do proletariado urbano. E Arminda era uma mulher escravizada. As expectativas sociais oficiais para essas pessoas eram o trabalho disciplinado e a emulação do comportamento dos mais ricos. Sobre as mulheres, principalmente, pesavam fortes pressões para que elas alcançassem alguma inserção social por meio de seu comportamento.

Rachel Soihet (2004) estudou a documentação policial e judiciária para acessar os meios de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares no Rio de Janeiro, no período de 1890 a 1920. A pesquisadora percebeu que muitas famílias eram encabeçadas apenas por mulheres, assumindo formas muito diferentes do modelo idealizado pelas classes ricas. Os valores e condutas populares e as privações econômicas eram as principais causas desses múltiplos arranjos familiares.

As ideias de honra e de casamento que as mulheres pobres tinham eram uma ameaça à nova ordem burguesa. Nesse sentido, era imprescindível para as autoridades que os trabalhadores aderissem aos moldes familiares convenientes. O fim do regime de trabalho escravo exigia que a mão de obra viesse das camadas pobres. O custo da reprodução incluía como implícitos os esforços invisibilizados e não remunerados da mulher para gerar, parir, alimentar e educar as crianças.

A ciência se debruçava sobre a sociedade com a força de sua racionalidade para tentar adequar as famílias pobres. Os argumentos científicos se baseavam em supostas

características naturais das mulheres e dos homens, que os conformaria àquele exemplo de união. Elas seriam biologicamente frágeis, recatadas, mais afetuosas do que intelectuais e mais voltadas para a maternidade do que para a sexualidade. Eles seriam fortes, autoritários, racionais, empreendedores e de sexualidade ilimitada. Esperava-se das mulheres, então, um comportamento honrado e submisso: o sexo antes do casamento era proibido, e depois devia acontecer apenas com o marido para fins reprodutivos.

Os casos policiais brasileiros citavam os cientistas que apresentavam essas características inatas para fundamentar os processos penais. Cesare Lombroso foi um estudioso da criminologia e médico muito influente na época (SOIHET, 2004, p. 363). Ele afirmava que o adultério só deveria ter legislação aplicável às mulheres, que não tinham vocação natural para ter mais de um parceiro sexual. As mulheres sem sentimento maternal, muito inteligentes ou com erotismo exacerbado eram anormais e perigosíssimas na concepção de Lombroso. Seriam potenciais loucas, prostitutas ou criminosas, e deveriam ser afastadas da sociedade.

Em relação a Portugal, Irene Vaquinhas teve percepção similar à de Soihet. Em suas palavras:

O século XIX [...] fornece alguns casos de individualidade, sobretudo do sexo feminino, que, por porem em causa as normas sociais e, muito em particular, os dois mais importantes pilares da família, o poder marital e o poder paternal, tombavam no quadro clínico. [...] Podem incorrer no diagnóstico de loucura os “desvarios” conjugais de esposas, as “perdições” de jovens bem nascidas por homens abaixo de sua condição social, ou, [...], por dar indícios de uma grande religiosidade [...]. A normalidade feminina definia-se por um padrão de comportamento que excluía os excessos ou as paixões. Assumi-los, optando-se por caminhos que não valorizavam a família ou a maternidade, podia ser considerado sintoma de loucura (2001, p. 148, 149).

No centro do Rio de Janeiro, com a progressiva urbanização e procura de empregos, houve um aumento da população pobre, que morava em pensões, cortiços e moradias coletivas. Essas habitações se desviavam do padrão de casa e terrenos dispostos para a privacidade da família tradicional. Para os grupos abastados e poderosos, as moradias populares significavam atraso e amoralidade. Elas ficavam próximas dos ambientes frequentados pela burguesia, perto dos teatros. A destruição dos cortiços e expulsão dessa população do Centro foi considerada questão de saúde pública.

As mulheres pobres foram duplamente prejudicadas por essa política pública, pois frequentemente tinham em casa seu local de trabalho. Além de trabalharem como doceiras, bordadeiras, lavadeiras, engomadeiras, floristas e cartomantes (SOIHET, 2004, p. 365)

realizavam os afazeres domésticos gratuitos e considerados “naturais” para uma mulher. Esse trabalho doméstico era tão desvalorizado quanto essencial para a sobrevivência dos companheiros e filhos. A sobrevivência dos trabalhadores pobres era responsabilidade das trabalhadoras pobres, que ainda precisavam cuidar da sua própria sobrevivência, longe do olhar das elites, preferencialmente. As relações de comunidade e de solidariedade entre os pobres davam-se mais em função da subsistência e menos em função das manifestações de honra e de status social.

As mulheres pobres, quando comparadas às de outra classe social, tinham mais liberdade de iniciativa, de se locomover, de decidir, e possuíam uma linguagem menos contida e maneiras mais expansivas (SOIHET, 2004, p. 365). Seu rendimento era muito inferior, ainda por causa do pensamento hegemônico segundo o qual a mulher não era capaz de produzir na mesma qualidade e no mesmo volume que os homens.

As incertezas do cotidiano das mulheres pobres se intensificavam quando elas aceitavam as pressões sociais decorrentes da ideologia das classes dominantes. Algumas mulheres frequentemente sentiam-se inferiorizadas quando não se casavam ou não realizavam uma união formal. Soihet atentou para esses sentimentos ao estudar as brigas que resultaram em detenção: o fato de a mulher ser casada ou amasiada era fundamento para as acusações e defesas, além dos próprios ocorridos. Apesar de reagirem às vezes, muitas das mulheres pobres também compartilhavam do pensamento de predomínio dos homens e dividiam seus proventos com eles, mesmo que os tivessem ganho sozinhas.

Outras mulheres optavam por não casar. O desinteresse motivado pela escassez de bens e propriedades a serem reunidas, tanto pelos homens pobres quanto pelas mulheres pobres, era um fator que podia desencorajar o matrimônio. Para Solange Moura e Maria de Fátima Araújo, “o papel materno deve sempre ser considerado de forma relativa e tridimensional, decorrendo daí a impossibilidade de compreender as modificações nele ocorridas sem fazer referência aos demais membros do microsistema familiar (pai-mãe-filhos)” (2004, p. 45). De modo análogo, os homens sofriam pressões sociais que as classes hegemônicas elaboravam para o seu papel em relação ao núcleo familiar. Era mais difícil para o homem pobre se encaixar no papel de provedor, característico do modelo burguês; isso podia contribuir para a renúncia ao casamento.

Em relação à família de homens e mulheres escravizados, pode-se dizer que eles estavam sob outro regime de expectativas e pressões sociais, mas a ideologia burguesa também os alcançava. As relações sociais entre escravizados, senhores e outros escravizados

eram multifacetadas, impossíveis de serem caracterizadas apenas pela separação entre indivíduos livres e indivíduos escravizados.

A escravidão moderna foi um dos elementos básicos da acumulação de capital primitiva. Os Estados europeus capturaram pessoas escravizadas entre os muçulmanos e tiveram essa mão de obra no seu continente, mas esse trabalho não alcançou níveis de um modo de produção predominante.

Na África, a interação com os Europeus e com os muçulmanos modificou os sistemas de cativeiro e escravidão. No sistema *jonya*, que quer dizer cativo em mande, um *jon* era um cativo vinculado a uma linhagem. Ele possuía a maior parte do que produzia, não podia ser cedido, estava integrado à classe dominante, exercia algum poder e, em certos casos, também podia ter cativos. O *jonya* foi significativo no Sudão Ocidental, na região do Níger, do Chade, nos Impérios de Gana, Takrür, Mali, Kanem-Borno, Ashanti, Iorubá, e Monomatapa (DIAGNE, 2010, p. 28).

As escravidões oriental e ocidental, em seus formatos antigo e colonial, concebiam o trabalho feito por cativos como uma atividade desprestigiada. Embora os escravizados representassem a maior parte da população ativa da sociedade, como em Atenas, nas colônias árabes na Idade Média e na América, era preciso subjugar essa maioria para concentrar o poder e aumentar os ganhos. Esses sistemas despojavam o escravizado de direitos e concediam os direitos sobre o indivíduo a um proprietário, ou seja, transformavam o cativo em uma mercadoria, com personalidade invisível (DIAGNE, 2010, p. 29).

Os primeiros europeus a explorar a África foram os portugueses, por volta de 1400. A princípio, eles estavam mais interessados em trocas por ouro do que por africanos escravizados. Os africanos já haviam sido afetados por migrações forçadas desde tempos muito antigos, porém o tráfico atlântico impôs o maior custo humano desses fluxos, vitimando cerca de 12 milhões de pessoas entre os séculos XVI e XIX. O Brasil recebeu um número de africanos quase dez vezes maior do que as colônias inglesas da América do Norte; o volume de escravizados é comparável apenas às quantidades recebidas pelo Caribe (FERREIRA, 2018, p. 41-46).

Nos primeiros anos de colonização brasileira, associaram-se trabalho escravo de populações indígenas e africanas. A partir do desenvolvimento da cultura da cana de açúcar, principalmente na Bahia e em Pernambuco, os modelos escravocratas se arraigaram. Indígenas e africanos trabalharam juntos inicialmente, mas por causa dos enormes

rendimentos que o tráfico proporcionava, a escravidão africana predominou (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 11-12).

O núcleo familiar do senhor incluía os escravizados e agregados como parte da família. Nas cidades, os escravizados eram trabalhadores cujo ofício complementava a renda da família senhorial. Libertos e alforriados viviam próximos das famílias de que dependiam.

Nos Estados Unidos, em diversos casos, a família dos escravizados era uma unidade para a organização de alojamento, alimentação e vestimentas; ela criava laços afetivos e, apesar da proibição do casamento de escravizados dos estados escravistas, os proprietários de terra não respeitavam a legislação, para assegurar os nascimentos de filhos de escravizados como uma outra fonte de mão de obra (MATTOSO, 2003, p. 126).

Para Kátia Mattoso, no Brasil, ocorreu o contrário, e a proporção entre homens e mulheres não contribuiu para que se visse o núcleo familiar como fonte de novos escravizados. As relações de linhagem dos africanos eram desfeitas quando eles chegavam ao Brasil. Apesar das recomendações da Igreja, os senhores não tinham interesse em que seus escravizados se casassem. Além disso, as fontes de venda foram mantidas até 1850, então comprar escravizados adultos era mais interessante financeiramente do que contar com o nascimento de seus filhos.

Era necessário esperar até a adolescência para que a criança se tornasse um trabalhador produtivo e a mortalidade infantil era alta (MATTOSO, 2003, p. 126). “Não querendo que os filhos continuassem na condição servil, as escravas praticavam o aborto em grandes proporções. Entre a fecundação e o aborto calculava-se em 70 a 80% a mortalidade com uma percentagem enorme de abortos” (MOURA, 2004, p. 16). A cada mulher escravizada, havia de dois a três homens escravizados; essa diferença continuou até a interdição ao tráfico, em 1850.

O número inferior de mulheres seria propício para vínculos de curta duração, na interpretação de Kátia Mattoso. O recenseamento da população brasileira de 1872 apresentou 10% dos escravizados como casados ou viúvos. No interior, não era comum que os escravizados se casassem, mas nas cidades o casamento entre escravizados era mais frequente e tão comum quanto entre a população livre (MATTOSO, 2003, p. 135). O concubinato era recorrente entre livres e entre escravizados.

Algumas irmandades religiosas pediam que seus integrantes se casassem oficialmente e a Igreja insistia para que os senhores de escravizados casassem aqueles que viviam como casal; a despeito disso, o direito civil não garantia qualquer proteção a esses casais unidos

pelo sacramento. O senhor podia separar esposa e esposo se desejasse vender isoladamente mães, filhos ou pais. De acordo com Mattoso, seria natural que os senhores não encorajassem os casamentos e que os escravizados não vissem vantagem neles.

Em 1869, instaurou-se a lei que proibia a venda de escravizados casados separadamente. As relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras eram permitidas, mas o casamento não era aceitável; também não eram permitidas as uniões oficiais entre mulheres brancas e homens negros (MOURA, 2004, p. 93). Assim, as ligações passageiras teriam predominado entre os escravizados.

As crianças nasciam apesar das dificuldades e incertezas. A família desses bebês passava a ser o grupo de escravizados com quem conviviam, para Katia Mattoso,

a vida social do grupo é mais importante que a vida familiar propriamente dita, praticamente inexistente. Para a criança-escrava, as relações essenciais são as de vizinhança, de trabalho, de recreação, de ajuda mútua, de associação religiosa. A vida pública adianta-se à vida privada. Os momentos fortes de sua existência são os de festas de convivência comunitária, os fracos são os da vida doméstica pobre e os da indigência do cotidiano. [...] a criança de pai ausente procura, junto à sua mãe e no seio do grupo de escravos, os apoios necessários ao desenvolvimento de sua personalidade (2003, p. 128).

A leitura sobre a família dos escravizados de Kátia Mattoso foi vista de outra maneira por Robert Slenes (1999), Manolo Florentino e José Roberto Góes (2017). Kátia trabalhou com as contingências a serem enfrentadas pelos cativos; esses autores enfatizaram a agência e as escolhas dos escravizados. Florentino e Góes afirmaram que os cativos estabeleciam uma identidade comum, mesmo entre pessoas de etnias diferentes reunidas aleatoriamente. O pilar da constituição dessa identidade eram os laços familiares. O parentesco compunha a comunidade e fomentava a paz nas senzalas.

A família escravizada e o tráfico seriam essenciais para a continuidade da escravidão. Os autores argumentam que a concepção e a criação de filhos eram sim um objetivo dos casais de escravizados e a reprodução foi significativa na perpetuação dos cativos também para os senhores e comerciantes. Florentino e Góes verificaram um fluxo de mulheres escravizadas dos plantéis menores para os plantéis maiores justamente quando se reduzia a entrada de africanos no mercado. Nesse sentido, os autores enfraqueceram a ideia vigente na historiografia de que os senhores não encorajavam as uniões e a reprodução.

Florentino e Góes apontaram que o matrimônio entre escravizados era regido pelos homens mais velhos, que possuíam influência e autoridade na comunidade. Esses homens frequentemente se uniam às mulheres jovens, e os homens jovens, em sua maioria, casavam-

se com mulheres mais velhas. O matrimônio teria sido um evento apaziguador das tensões e que agregava etnias diferentes. Essas tendências se transformavam quando chegavam muitos homens jovens traficados e os mais velhos viam seu poder se reduzir.

A paz na senzala teria sido mais propícia quando os laços parentais de nascimento e de matrimônio davam uma perspectiva de convivência em um grupo familiar, para além do cotidiano de trabalho forçado e de violência. Esse espaço de comunhão motivaria os escravizados a tentar proteger suas vidas familiares, sem exacerbar os conflitos com a casa-grande.

Robert Slenes (1999) tem uma interpretação diferente a respeito de a família escravizada ter aplacado tensões e, dessa forma, ter sido um pilar na permanência do escravismo. Ele partilha da opinião de que os cativos desejavam estabelecer vínculos, mas afirmou que os escravizados tornavam-se mais expostos à casa-grande quando buscavam anseios próprios e projetos familiares. Para Slenes, a vulnerabilidade de ter laços familiares, mesmo em situação de dominação, contribuía para a solidariedade entre os escravizados contra os senhores e o sistema escravista. Nesse sentido, a empatia entre quem era vítima da escravidão e tinha vínculos familiares seria uma força de resistência potencial ao escravismo e não necessariamente uma tendência apaziguadora.

O árduo trabalho dos historiadores de dar voz às fontes traz interpretações plurais e dialéticas. Em uma tentativa de produzir conhecimentos não excludentes, buscamos apresentar parte desse diálogo acadêmico. Acreditamos que o ponto distintivo entre eles é a atitude dos cativos em relação à sua condição; Mattoso, Florentino e Góes enfatizam a atitude de adequação, enquanto Slenes salienta a resistência. Às inúmeras formas de violência e de controle do escravismo correspondiam infindas formas de resistência. Segundo Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, “marcou o sistema um verdadeiro toma lá da cá, em que a escalada da violência da escravidão foi acompanhada pela mesma proporção na reação. Revoltas e insurreições sempre existiram, sendo algumas individuais – como os assassinatos, envenenamentos, suicídios e até abortos” (2018, p. 20).

Ao analisar as resistências nos papéis familiares, o aborto como forma de revolta pode ser entendido como uma oposição da mãe em gerar mais um ser humano a ser escravizado. A lei de 28 de setembro de 1871, chamada Lei do Ventre Livre, considerou juridicamente livres milhares de crianças, filhas e filhos de mães cativas; essas crianças, no entanto, continuavam sob a tutela do senhor. No tempo em que os eventos de “Pai contra Mãe” ocorreram, na cronologia do narrador, a mulher escravizada grávida que buscasse a resistência para ela e

para seu bebê tinha as opções de gerar mais uma pessoa a ser explorada, de tentar interromper a gravidez ou de fugir de seu cativeiro. Para uma grande quantidade de mulheres, a dignidade para criar um ser humano era impraticável.

A família dos escravizados e de seus filhos tinha configuração divergente do ideal que o Estado republicano propunha como símbolo do progresso nacional e da higienização da nação. O governo parecia não considerar que tinha diferentes arranjos familiares dentro de seu território; agia no sentido de ignorar as diferenças profundas, resultantes das práticas sociais e econômicas que ele mesmo vinha conduzindo, e disfarçava a pluralidade e a injustiça na superfície, com as reformas arquitetônicas, as campanhas sanitárias e a repressão policial. Esse Estado tentava rearranjar o país, apesar das heranças do colonialismo, julgava-se conhecedor das políticas benéficas para a modernização, mas ignorava as desigualdades de que ele precisou para se constituir.

No âmbito internacional, as nações europeias, por sua vez, reorganizavam seu modo de produção em um modelo imperialista. A África e a Ásia tiveram territórios anexados e seus recursos naturais explorados para alimentar a industrialização. Na Conferência de Berlim (1884-1885), organizada por Otto Von Bismarck, chanceler da Alemanha, debateu-se o futuro da África. Quatorze nações europeias acordaram que qualquer país Europeu poderia reivindicar terras na África, desde que notificasse as outras nações europeias e controlasse a área. As terras foram divididas sem considerar as etnias ou línguas dos diversos povos africanos e nenhum líder político da África foi convidado a participar da Conferência de Berlim. Nessa conferência, assinou-se o Ato de Berlim, que incluía uma resolução para o fim da escravidão.

Uma nova forma de trabalhar, mais “racional” e “civilizada”, passou a ser defendida, e o fim da escravidão tornou-se um objetivo. Missionários cristãos também ofereciam argumentos contra a crueldade da escravidão, mas a dinâmica da Conferência e o objetivo de conversão demonstram que o abolicionismo estava cheio de interesses secundários e assimiladores, que ignoravam a autonomia e as escolhas dos negros africanos. A ciência, a racionalidade, a civilização e o cristianismo foram afirmados como os valores pródigos do progresso, mas o trabalho forçado assumiu outras formas.

A liberdade do trabalhador ou da trabalhadora como um resultado favorável das relações de produção capitalistas é um engodo. Seria liberdade se os mais pobres tivessem a opção de não vender sua força de trabalho, mas para sobreviver no regime capitalista é inviável abster-se de trabalhar sem sofrer alguma espécie de coerção social. Alguns discursos

contrários à escravidão exaltaram o capitalismo como um sistema que trouxe evolução e melhora das condições de trabalho, mas o capitalismo criou mecanismos de escravizar e de hierarquizar os seres humanos tão cruéis quanto o escravista.

Nas palavras de Silvia Federici,

No Novo Mundo, encontramos a submissão das populações nativas por meio dos regimes de *mita* e do *cuatequil* [...]. Na Europa Ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em *workhouses* [...]. o surgimento do tráfico de escravos. [...] a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando (2017, p. 120).

As mudanças no trabalho e no controle da violência acompanharam a elaboração de narrativas sobre a vida familiar baseadas na ciência, na medicina e no nacionalismo. Esses discursos acomodaram as diferenças e opressões constitutivas do tecido social. Homens e mulheres, brancos e outras “raças”, ricos e pobres, a cultura ocidental cristã e outras culturas.

As relações amorosas, familiares, políticas e de trabalho estão registradas em estilo mais pungente nos textos de Camilo Castelo Branco e de Machado de Assis. De acordo com Jacinto do Prado Coelho, “O conflito central da novela camiliana resulta do choque de três mundos irreconciliáveis: o mundo da nobreza, o mundo do dinheiro e o mundo da paixão” (2001, p. 53).

Em relação aos personagens, pode-se dizer que António de Queirós era um homem dividido entre a nobreza e a paixão. O pai de António não admitiria uma esposa de classe social mais baixa, como Josefa, entrando em sua linhagem. Por isso, António foi o filho que emigrou para o Brasil, uma situação menos prestigiosa na “casa” da família nobre. Mas Camilo o descreve como um personagem benevolente e generoso quando ele volta e reencontra Maria Moisés e a ajuda a quitar suas dívidas e a manter a Quinta de Santa Eulália. O dinheiro apazigua o conflito entre nobreza e paixão, não sem deixar consequências funestas: a morte de Josefa.

Josefa, assim como António, é uma personagem que não se rende às convenções sociais, e sofre as consequências de suas escolhas. Sua trajetória também acarreta um conflito entre a nobreza e a paixão. Josefa era pobre e não tinha dote, não almejava um casamento com vantagens financeiras. Ela se apaixonou por um nobre e teve seu amor contrariado pela família dele. Os interesses da linhagem para a “casa” são mais antigos e fortes do que o amor espontâneo. Josefa ainda engravidou e foi duramente repreendida por sua mãe, que era pobre,

mas orgulhava-se de seguir a moral cristã, suportando um casamento ruim com um homem que não amava.

Maria Moisés foi um exemplo de conflito entre o dinheiro e a paixão: a paixão por fazer caridade. Maria Moisés era órfã, o que lhe deu liberdade em relação ao direito de escolha dos pais, comum no meio rural português. A concepção alargada de família entre os fidalgos possibilitou que a bebê, Maria Moisés, encontrada pelo caseiro Francisco, se tornasse herdeira de D. Maria Tibúrcia e de D. Maria Filipa. Ela teve ainda a sorte de ser educada e, por isso, vislumbrar um projeto de oferecer educação a enjeitados, como ela. O clérigo e Francisco, que ajudaram a criá-la, achavam loucura a sua escolha de caridade fora de uma família tradicional. Seu arco deixa claro que, mesmo dedicando-se aos princípios cristãos, uma mulher do final do século XIX que buscasse exercer atividade independente era desviante.

Esses personagens, em um cenário rural de Portugal, ligados a uma economia agrícola, têm pontos de convergência e de divergência com aqueles, em um ambiente urbano, destacados no conto “Pai contra Mãe”, de Machado de Assis. O núcleo familiar e seus conflitos são protagonistas em ambas narrativas.

Para Maria Ângela D’Incao,

Na segunda fase da obra de Machado de Assis (1880-1908), não só a família é o ponto central das histórias, como também surgem os temas psicológicos. A distribuição de papéis em “Esaú e Jacó” revela a crescente santificação da mulher como mãe, através do sofrimento, enquanto todos os deveres do pai apontam na direção de ganhar dinheiro para o sustento da família. Pode-se sentir, por parte da mulher, o cultivo da domesticidade e dos deveres de ser esposa. Toda fragilidade e, ao mesmo tempo, fortaleza de mãe é sublinhada (D’INCAO, 2004, p.237).

O ambiente doméstico em que Clara e Tia Mônica vivem contrasta radicalmente com o espaço da rua, que Candinho explora. Candinho sabia que precisava de um emprego para casar, ele tinha um conflito entre dinheiro e paixão: não gostava de trabalho, mas se submetia porque apreciava e almejava a vida de casado. Não questionava a expectativa social de que ele tivesse que sustentar um filho, planejava o bebê com a esposa, mesmo com dificuldades. Divertia-se com Clara e com Tia Mônica, sabia que elas contavam com seu esforço em ganhar dinheiro para manter o espaço doméstico. A crueldade que a escravidão naturalizou, o desespero por manter o filho e por prover para sua família tornaram Cândido insensível ao sofrimento de Arminda.

Clara era a dona de casa santificada, resoluta em seu amor, superou os conflitos entre dinheiro e paixão. Não abriu mão do ideal de família, queria ter um filho, e entregou à sua fé

o desembaraço das necessidades materiais. Fez tudo que estava ao seu alcance para preencher as necessidades de Candinho, mas seu trabalho de costureira não era suficiente para dar a segurança necessária aos três. Tanto Clara como Josefa estavam limitadas em suas possibilidades de realização: Josefa pela ausência de nobreza, Clara pela falta de dinheiro. Essas personagens representam a posição desfavorável das mulheres, que precisavam do prestígio de nascimento ou de um homem provedor para conquistarem seus objetivos.

Tia Mônica também era uma mulher em situação de dependência. Para D’Incao, especialmente nas obras da segunda fase, Machado “delineia as personalidades fragmentadas, divididas entre as aparências e os sentimentos mais profundos. Nesses romances, aparecem as mulheres sós, tias solteironas ou viúvas que procuram favorecer a felicidade de seus protegidos” (2004, p. 238). A tia era a voz das pressões sociais no seio do casal. Fala pelo bem de Clara, mas também pelo seu próprio bem, pois era beneficiada ao morar na mesma casa. Mônica não considera morar só ou viver apenas do seu próprio trabalho de costureira; a personagem se desvia do ideal de privacidade da família burguesa, ela está mais próxima da família estendida, que mantém os agregados na mesma casa.

Essa família senhorial é de onde Arminda tenta sair. Finalmente, destacamos a personagem em situação de maior desvantagem na sociedade. A mulher escravizada, que não tem direito à segurança de seu corpo e não tem sua gravidez exaltada e protegida, o direito de propriedade de seu senhor tem mais garantias do que a vida de seu filho. As uniões entre escravizados tinham diversos empecilhos quando esses eram cativos e não se sabe quem era o pai do filho de Arminda, ela foi buscar não se sabe o quê na incerteza da fuga. Será que a nossa episteme, a mesma que concebeu a ciência e o progresso, é capaz de apreciar o que Arminda procurava?

Machado de Assis criou o encontro trágico de Candinho e de Arminda; Camilo Castelo Branco escreveu sobre as inconformidades dos amores, da nobreza e do dinheiro. Em que medida eles eram críticos desses embates?

## 2 CAMILO CASTELO BRANCO E OS VALORES DE SEU TEMPO: UMA LEITURA DE “MARIA MOISÉS”

A ficção literária é uma realização da imaginação e da inteligência dos escritores a partir de suas vivências e de suas escolhas criativas. O leitor pode ignorar a vida de um autor e o momento em que ele escreveu para se impressionar com a obra, mas a trajetória vivida e o tempo do autor são essenciais para entender um movimento literário e a sociedade que o produziu. Nessa concepção, entendemos que Camilo Castelo Branco era um protetor dos valores tradicionais em sua época, ao mesmo tempo em que experimentava dentro das novas tendências realistas e naturalistas para cativar seus editores e leitores. Neste capítulo apresentaremos a biografia de Camilo e os aspectos de “Maria Moisés” que fundamentam essa hipótese.

Na Lisboa de 1825, em 16 de março, nasceu Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco. O pai, Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco, vinha de uma família nobre e era filho de um juiz (COELHO, 2001, p. 33). O avô e o tio-avô do escritor eram destemidos e brigões, aquele teria sido assassinado. O tio de Camilo, Simão Botelho, foi uma figura marcante para o autor, pois a vida de Simão foi repleta de episódios dramáticos, nos quais ele se envolveu com criminosos e, provavelmente, esperava ser protegido da punição por ser filho de uma autoridade. Esse tio acabou sendo degredado, como o personagem também chamado Simão, em *Amor de Perdição*. A tia de Camilo contava essas histórias da família para ele e encorajava a imaginação do futuro novelista (COELHO, 2001, p. 33). A personalidade dele foi moldada com tendências similares às desses homens, Camilo acreditava que a loucura atribuída a seus parentes era significativa para quem ele era. Como afirmou o escritor em carta a Tomás Ribeiro: “Sabes que meu pai morreu doudo, e minha avó e duas minhas tias e meu tio Simão” (BRANCO; RIBEIRO, 1922, p. 73).

A mãe de Camilo foi Jacinta Rosa do Espírito Santo Ferreira, ela vinha de uma família pobre de pescadores (COELHO, 2001, p. 35). Jacinta e Manuel tiveram Carolina e Camilo. Camilo e Carolina não foram registrados como filhos dela. Os pais do autor não se casaram e a mãe faleceu quando Camilo tinha um ano, então Manuel entregou os filhos para serem criados por outras mulheres e, posteriormente, por sua irmã Rita Emília (FERRAZ, 1997, p. 81) que morava em Vila Real. Camilo era um menino de dez anos quando seu pai morreu. A causa da morte do pai é misteriosa, mas o próprio autor afirma que ele morreu louco.

Manuel deixou algumas propriedades e dinheiro para seus irmãos e para seus filhos, preocupou-se em registrar Camilo e Carolina como seus filhos legítimos, mas não incluiu o nome da mãe Jacinta Rosa, que era pobre. Jacinto do Prado Coelho, Alberto Pimentel e Ludovico de Menezes acreditam que se pode identificar a história da união dos pais de Camilo à de Balbina, personagem de *Coisas Espantosas* (COELHO, 2001 [1862], p. 35). Jacinta saiu da casa dos pais e teria ido com Manuel para Lisboa, onde viveram primeiro com o fervor da paixão, depois com a chateação do dever e depois pelo mero carinho da amizade. Balbina e Jacinta teriam se resignado e foram abandonadas pelos pais de seus filhos. O assunto do abandono foi abordado por Camilo em diversas de suas obras. Em “Maria Moisés”, o que aconteceu entre os pais da protagonista foi uma espécie de abandono; ainda que a partida tenha sido provocada pela família de António, o sofrimento de Josefa foi causado pela ausência dele.

Durante a juventude de Camilo, sua educação foi feita por padres. Um deles foi o Padre Azevedo, em Vilarinho de Samardã. Ele estudou a doutrina cristã, latim, francês e literatura portuguesa com esse clérigo (COELHO, 2001, p. 41). A religiosidade dos personagens e os preceitos cristãos estão muito presentes em “Maria Moisés” e serão abordados em seguida para exemplificar como Camilo era um protetor dos valores cristãos, ou, pelo menos, sabia que seu público os valorizava.

Camilo foi para Vila Real aos treze anos, quando sua irmã se casou. As vivências nesta cidade delinearão os cenários de um conjunto de novelas. As Novelas do Minho foram oito narrativas publicadas entre os anos de 1875 e 1877 que têm em comum a paisagem minhota, os hábitos e as heranças culturais das pessoas que viviam na região. Camilo Castelo Branco escreveu “Maria Moisés” quando vivia em Famalicão, uma província do Minho. O autor recriou parte da vida daquelas aldeias por meio de suas lembranças. Camilo dizia que tinha memória, e não imaginação, o que evidencia seu cuidado em retratar com realismo os cenários que escolheu para esses enredos. Diversos lugares e personagens dessas obras foram reais, conforme estudiosos camilianistas confirmaram (MARTINS, 1997, p. 25). “A fábula novelesca de ‘Maria Moisés’ configura uma típica novela sentimental, mas ao contrário do *Amor de Perdição* singulariza-se por dosear a mundividência romântica com uma atenção a elementos realistas” (MARTINS, 1997, p. 17). Nesse sentido, buscou-se elaborar a investigação fundamental desse capítulo: “Maria Moisés” foi um texto precursor na transformação da escrita romântica do autor rumo à estética realista?

Camilo saiu da casa da irmã com dezesseis anos para se casar com Joaquina Pereira de França, que era de uma família de agricultores e também era muito jovem. Eles foram morar em Vila Real, no distrito chamado Friúme. O casamento desses jovens não durou muito. A biógrafa do autor, Augustina Bessa-Luís, sugere que o casamento pode ter sido um esquema para conferir emancipação a Camilo e permitir-lhe o acesso aos trezentos contos da herança deixada pelo pai (COELHO, 2001, p. 54). Camilo saiu de casa, deixou a esposa grávida de uma filha, e retornou à casa de sua irmã.

Em 1842, Camilo entrou na faculdade de medicina da cidade do Porto (FERRAZ, 1997, p. 81); ele se preparou para as provas de ingresso com um padre-tutor da região de Granja Velha; preparou-se cuidadosamente, porque queria cursar uma universidade, mas não chegou a concluí-la. Como estudante de medicina no Porto, o autor conheceu dois domínios em antagonismo: a boemia jovem romântica de um lado e a burguesia comercial do outro. Nessa época de transformação, os fidalgos antigos e em decadência, orgulhosos de sua nobreza, estavam em sua maior parte nas províncias do norte, de onde Camilo viera. Na cidade do Porto, estavam os novos burgueses, recém-enriquecidos pelo comércio, sem prestígio social. Nesta cidade, a integração das duas classes era menor do que em Lisboa (COELHO, 2001, p. 46). Camilo Castelo Branco desprezava a mentalidade pragmática e monetária dos burgueses que compravam títulos para se tornarem nobres, como se fosse possível monetizar o prestígio. Camilo valorizou os hábitos da fidalguia em “Maria Moisés”, à exceção da prática dos nobres de organizar casamentos convenientes, arranjados pelos pais. O leitor pode perceber que a personagem Maria Moisés só pode desempenhar seu papel heroico de acolher enjeitados porque os nobres da Quinta de Santa Eulália foram generosos com ela.

Camilo alinha-se com um desses lados da sociedade em efervescência: a boemia romântica; ele escolheu frequentar o novo em termos de arte, cultura e diversão. Foi uma opção também determinada pelas contingências. Era o que estava ao seu alcance em termos materiais, pois a nobreza em sua ascendência não lhe garantia a sobrevivência e ele não tinha inclinação ou capital para ser comerciante. Os jovens boêmios e os artistas românticos idealizavam o amor, o sofrimento e as relações; valorizavam o sentimento puro e espontâneo em oposição ao pragmatismo da racionalidade burguesa.

Camilo ajudou a criar algumas desventuras passionais em seus relacionamentos. Ele se envolveu com muitas outras mulheres depois de Joaquina, que morreu em 1847. No ano seguinte, ele foi espancado por sargentos, aparentemente, por tentar conquistar a filha do

governador. Sua filha do primeiro casamento morreu em 1848, ano em que nasceu a filha do seu romance com Patrícia Emília; a criança foi entregue à roda dos enjeitados, como foi feito com outros dos filhos ilegítimos de Camilo (COELHO, 2001, p. 55). O autor também se relacionou com Isabel Cândida, uma freira que foi tutora de sua filha.

Camilo começou a trabalhar como escrevente em 1846, no jornal, *O Nacional*, que publicou seus primeiros trabalhos literários. Alguns de seus textos e posicionamentos renderam-lhe agressões físicas na rua. A escrita virou a profissão de Camilo; então, durante quarenta anos ele produziu intensamente para o jornalismo e publicou seus livros (COELHO, 2001, p. 61). Esse foi o único meio de Camilo para sustentar a si e à sua família. Nesse sentido, o escritor dedicou-se, em grande medida, a agradar seus leitores e seus editores para manter-se empregado. A dinâmica da imprensa fez com que ele opinasse sobre questões políticas de seu tempo.

Foi o jornalismo que levou Camilo a abandonar o segundo curso universitário que ele começara: Direito. Em 1849, ele tinha ido para a cidade do Porto, novamente com a intenção de graduar-se, mas não concluiu o curso; em vez disso, dedicou-se ao trabalho de escritor, à diversão e às festas. Ele escrevia artigos polêmicos, como o que redigiu em 1850 para apoiar os membros da Igreja contra as denúncias feitas pelo liberal Alexandre Herculano. Nesse texto, Camilo insulta Herculano por suas posições defendidas no panfleto *Eu e o Clero*<sup>3</sup>, de 1850.

Em 1850 também, Camilo conheceu Ana Augusta Vieira Plácido e se apaixonou por ela, justamente uma moça prometida para casar-se com outro homem: Manuel Pinheiro Alves, um português que fazia comércio no Brasil. O casamento dos dois foi realizado e levou Camilo a uma busca espiritual: ele entrou para o seminário no Paço Episcopal do Porto (COELHO, 2001, p. 42). Para além disso, Camilo tinha uma formação e devoção religiosas. Ele iniciou os periódicos religiosos *O Cristianismo* e *A Cruz* e escreveu artigos exaltando monjas. Em “Maria Moisés”, vê-se essa posição favorável a alguns preceitos cristãos. Entretanto, sua formação no seminário foi interrompida rapidamente; ele saiu de lá em 1852, desapontado com a vida clerical.

Camilo buscou então realizar seu amor proibido, passando de santo a pecador. Ele e Ana Plácido envolveram-se em um relacionamento extraconjugal. Em 1858 nasceu o filho de Ana Plácido, Manuel Plácido, que, possivelmente foi fruto da relação com Camilo. Os

---

<sup>3</sup> Nesse panfleto, Alexandre Herculano questionava a intervenção sobrenatural na batalha portuguesa de Ourique, descreditando a simbologia nacional e a influência da interpretação religiosa.

amantes fugiram em 1859 e, por exibirem-se publicamente juntos, foram acusados e procurados por rapto e adultério. Ana foi presa em junho daquele ano e Camilo se entregou em outubro à Cadeia da Relação, no Porto, onde o pai de Camilo também estivera encarcerado.

Na prisão, Camilo conviveu e fez amigos entre os presos e serviu-se de sua experiência para escrever *Memórias do Cárcere*. As histórias dos crimes e as personalidades dos encarcerados serviram de inspiração para o autor: alguns prisioneiros que ele conheceu foram o Senhor Carneiro, que tentara assassinar o próprio pai, pois este tentara proibir a realização do seu amor; e António Coutinho, que falsificava moedas, amava as plantas e os animais (COELHO, 2001, p. 56). A atitude do autor de usar essa experiência demonstra sua grande sensibilidade e seu pragmatismo de valer-se de uma vivência negativa e de confinamento para ampliar sua produção e manter a mente dedicada ao seu ofício. Na cadeia, Camilo também escreveu *Amor de Perdição*, que passou a ser considerada uma das suas principais obras e uma das mais destacadas do romantismo em Portugal. *Amor de Perdição* narra o amor proibido entre Teresa de Albuquerque e Simão Botelho, fidalgos que tiveram sua união desaprovada por suas famílias. O estilo e a escrita do autor modificaram-se a partir da passagem pela cadeia. Camilo passou a discutir grandes questões morais, ele amadureceu e seu vocabulário tornou-se mais apurado. De acordo com Jacinto do Prado Coelho, “a sua linguagem tornou-se, dum modo geral, mais reflexiva, mais densa, com a sóbria contenção do desengano e da sabedoria” (COELHO, 2001, p. 57).

Depois de um ano na cadeia, Camilo e Ana Plácido foram soltos porque não havia provas do adultério. Em liberdade, o casal passou a morar em Lisboa, ocasião em que Camilo tinha 38 anos de idade. A vida em comum exigia mais recursos financeiros do que eles dispunham. Além do primeiro filho de Ana Plácido, nasceram mais dois: Maria Isabel e Jorge. Bernardina Amélia, filha do relacionamento anterior de Camilo com Patrícia Emília, casou-se aos dezessete anos com um brasileiro rico e o autor não aceitou bem essa união. A outra filha que Camilo teve com Ana Plácido, Maria Isabel, teve o incentivo do escritor para casar-se com Nuno, um homem dito devasso e portador de sífilis. O outro filho do casal, Jorge, enlouqueceu e ameaçava seus pais em casa.

A pobreza e a doença foram os principais desafios após a acomodação à vida conjugal. Camilo era generoso e extravagante em seus gastos e, como tinha uma família grande para sustentar, começou a escrever em um ritmo vertiginoso. A maioria dos escritores ilustres daquela época era de famílias com recursos. Ele tornou-se o único escritor de status da sua

geração que tinha que escrever para conseguir sobreviver, pois dependia exclusivamente da renda de suas publicações. Por esse motivo, ao longo de aproximadamente quarenta anos, entre 1851 e 1890, Camilo conseguiu produzir mais de duzentas e sessenta obras, publicando mais de seis livros por ano em média. Ele garantia ao editor que escreveria tantas páginas, para lhe cobrar tantos mil réis; compilava artigos espalhados, traduzia obras famosas, fazia livros fantásticos com títulos espetaculares. No prefácio d'*A doida do Candal* (1867), relatou que escrevia para agradar, pois não era próspero suficiente para escrever para a posteridade (COELHO, 2001, p. 59).

Camilo publicou o seu romance mais popular, *Amor de Perdição*, em 1862; esse livro afirmou sua importância como escritor e lhe trouxe fama em Portugal. Nesse mesmo ano, o ex-marido de Ana Plácido faleceu, de modo que o primeiro filho dela, registrado como prole de Manuel Pinheiro Alves, recebeu a casa como herança. Assim, a família de Camilo se mudou para São Miguel de Ceide em Vila Nova de Famalicão.

Camilo frequentou regularmente a cidade costeira vizinha, chamada Póvoa de Varzim, a partir de 1873. Lá ele se encontrava com personagens de notoriedade intelectual, alcançando reconhecimento na sociedade da época. O autor fez amizade com o pai de Eça de Queirós, juiz que o soltou da prisão. Ele também se aproximou de Almeida Garrett, um dos precursores do romantismo; António Feliciano de Castilho; Alexandre Herculano, historiador e romancista e Francisco Gomes de Amorim, poeta e dramaturgo. Dizia-se que Camilo também ia à Póvoa de Varzim para divertir-se nas casas noturnas e nos salões de jogos, onde contraiu dívidas e se envolveu com outras mulheres.

A partir da década de 1880, sua popularidade como autor se expandiu e Camilo tornou-se um dos mais celebrados autores portugueses; recebeu uma homenagem da Academia Real de Ciências de Lisboa e, em 1885, o rei D. Luís I de Portugal, conferiu-lhe o título de primeiro visconde de Correia Botelho. Nesse mesmo ano, quando Camilo tinha sessenta anos, ele e Ana Plácido finalmente se casaram oficialmente.

Se suas criações e ideias se engrandeciam, por outro lado, o autor sofria com as limitações do corpo. Já em 1865, em decorrência do avanço da sífilis, Camilo apresentou sérios distúrbios visuais e também problemas neurológicos que lhe acarretavam uma cegueira gradativa, a qual aos poucos atrofiou seu nervo ótico e o impediu de ler e de trabalhar plenamente. As relações com os filhos, a cobrança dos editores pelo trabalho, sua dificuldade de trabalhar e as privações financeiras causaram grandes preocupações e o fizeram entrar em um estado depressivo. Camilo escreveu em uma carta pessoal para Vitorino da Mota “No

estado nevrótico em que estou, tudo me tem numa vibração nervosa deplorável. Não durmo há três dias e trabalho sempre” (BRANCO, 1913, p. 118-119). Camilo suicidou-se aos sessenta e cinco anos.

A despeito desse esgotamento no fim, o legado de Camilo é fértil para os estudos literários. Ele tinha uma sintonia aguçada com as formas de viver e de pensar da sociedade lusitana da sua época. Desenvolveu além de romances e novelas, peças teatrais, poesia, contos, polêmicas e críticas literárias. A pluralidade de estilos foi uma versatilidade exigida pelo mercado de publicações, pois o autor cumpria o que lhe era pedido. Algumas editoras preferiam livros religiosos, outras favoreciam romances históricos e outras preferiam livros de escândalo. F. Gomes da Fonseca exigia livros religiosos; a editora Comércio do Porto só publicava romances; a Moré queria romances históricos; e Chardron exigia novelas realistas apimentadas e polêmicas. Essa demanda, inclusive, fez Camilo romper com Chardron quando seus trabalhos de erudição foram rejeitados (COELHO, 2001, p. 62). Camilo comentava a influência da crítica e a repercussão de suas obras entre os leitores, algumas vezes usando do sarcasmo. De acordo com Jacinto do Prado Coelho (2001, p. 62),

Camilo vai oscilando entre dois polos – a independência que se empenha em defender e a dependência inevitável para subsistir –, tentando entre elas várias formas de conciliação. Em larga medida, a sua carreira de escritor confunde-se com as injunções do mercado literário, ressumando a consciência desse fato em azedume e ironia. Foi, de qualquer modo, vigiando as concessões, ora rebelde orgulhoso, ora contemporizador.

O conjunto da obra camiliana, além de ter sido um retrato das suas experiências de vida, foi, em certa medida, uma reprodução de seus pensamentos e de seu entendimento moral. No início da trajetória literária de Camilo, seu repertório favorecia as convicções conservadoras e tradicionais, mas isso se modificou gradativamente ao longo da sua vida. Um trabalhador ávido como ele dependia de sondar as preferências de seus leitores e de moldar suas ideias para agradar. O público que apreciava o romantismo estava se transformando, então ele também precisou transformar as ideias que apresentava nas obras; mas Camilo cultivou uma dualidade de concessões e de autocrítica. Ele dizia que, dentre os diversos grupos de leitores portugueses, ele escolhia escrever “para gente séria” (COELHO, 2001, p. 64).

Na realidade, sua escolha e sua independência são menos importantes que seu pragmatismo. Camilo pretendia satisfazer diversos públicos ao mesmo tempo ou alternadamente, desde os ânimos reflexivos que se satisfazem com a essência espirituosa de

aforismos inseridos na narrativa até leitores mais superficiais que querem distrair-se com histórias emocionantes de momentos inusitados; desde os pais de família zelosos por sua respeitabilidade, até os jovens rebeldes que queriam ser livres para definir seus próprios destinos.

Camilo tinha uma posição dividida porque se, em alguns momentos, desaprovava a falsidade burguesa, em contrapartida, não levava a sério os progressistas opositores da ordem; se por um lado elogiava os amores proibidos, por outro lado, exaltava o respeito pelas pessoas honradas, abnegadas e sofridas. Camilo teve uma vida indecorosa na juventude; mas, na literatura, expressava sua faceta de profunda ilustração e sensibilidade moral.

O autor também adotava uma postura de instruir os editores e os leitores para o que fossem temas e enredos de qualidade. No prefácio da obra *O Esqueleto*, Camilo (2017 [1865]) fez questão de escrever sobre um editor, descrito como homem de bem, proprietário de um dos primeiros jornais portugueses, que rejeitava textos sobre histórias de crimes que afrontassem a probidade da vida conjugal ou revelassem máculas da vida doméstica. Esse senhor teria esses critérios porque queria que os livros publicados por ele fossem aprovados pelos pais para serem lidos por meninas de boa família e os pais dessas meninas, com ou sem razão, pensavam que as filhas eram inocentes e desejavam que elas continuassem a desconhecer “a corrupção que lavra nos pântanos da sociedade”, palavras de Camilo. Ele tentava explicar ao editor que essas filhas sabiam, por frequentar os salões, que a sociedade fingia não ver os disparates das “mulheres desonradas” e que não seria ignorando, mas vendo descritos nos romances os infortúnios, as “infâmias estrondosas” das mulheres pecadoras, que as jovens se orientariam de modo responsável pela virtude. O editor não cedeu e apresentou a realidade cruel: os pais não pensavam assim e o livro precisava vender.

Camilo procurou ser pedagógico com seus leitores também, especialmente com aqueles que liam romances para se entreter. Nesse público, ele queria encorajar um apreço maior pelas descrições dos cenários, dos personagens e de sua psicologia. O escritor não apreciava a leitura por mera distração do formato de folhetim, com prosa apressada, excesso de episódios e de ganchos. Camilo disse o seguinte em *A Filha do Regicida* (1875, p. 105),

Ninguém quer deter-se a escutar o borburinho das labaredas que queimam os corações. As delongas psicológicas malsinam-se de enfadonhas. Um leitor de novelas presume-se benemérito de que a natureza se desentranhe em peripécias trágicas para recreio de suas horas em labutações gananciosas. Pois mortifiquem-se, prestem a sua paciência à narrativa de obscuras dores que lhes servem de iludir os enfados da ociosidade.

O autor reconhecia as críticas ao seu estilo de escrever. Alguns diziam que os enredos de Camilo Castelo Branco eram previsíveis. A pressa surpreendente com que ele tinha que escrever trouxe uma certa fragilidade tanto na concepção quanto no andamento de alguns dos seus livros; percebe-se uma mesmice em diversos romances, assim como uma repetição de estruturas narrativas. Alexandre Cabral (1964, p. 53-56) aponta para “uma frágil construção da novela, visão superficial ou limitada da sociedade portuguesa, digressões ou acrescentos despropositados, incapacidade (relativa, parece-me) de ultrapassar ‘as barreiras impostas pela moral dominante’”. Camilo respondia a essas críticas dizendo que os editores e os consumidores queriam romances verossímeis, reflexos da sociedade.

O autor buscava uma credibilidade para o desenrolar dos eventos que criava em suas tramas. Algumas técnicas narrativas usadas eram o uso de topônimos realmente existentes e da primeira pessoa de um narrador testemunha. De acordo com Cândido Martins (1997, p. 31), o narrador típico de Camilo é onisciente e interventivo. A sua perspectiva se põe num nível diferente daquele em que se deparam os fatos e personagens criados, ela não assume papel nas ações como personagem; mas é o olhar de um narrador que detém uma significativa autoridade sobre os episódios relatados, que é capaz de manipulá-los conforme os seus intentos, podendo apresentar-se na primeira pessoa eventualmente, ou ainda conversar com espectadores que garantem a verdade do seu relato. Em “Maria Moisés”, um dos muitos exemplos desse ponto de vista ocorre quando o narrador diz ter visto uma foto do cónego João Correia Botelho e ter falado com alguém que conheceu pessoalmente Maria Moisés (BRANCO, 2006 [1876], p. 40):

Este cónego, cujo retrato eu vi há dias, em Braga, na galeria dos benfeitores do Hospital de S. Marcos, [...] dava aos pobres inválidos e enfermos parte de suas rendas, e estimulava, como há pouco presenciámos, a caridade dos seus hospedeiros amigos em benefício da enjeitada. Folguei de ver aquele ridente aspecto em que reluzem uns olhos sagazes, posto que já desvidrados pelo puir dos setenta anos. Estava ao pé de mim o nonagenário provedor da misericórdia que me disse ter ainda conhecido aquele alegre ancião [...]. Foi ele quem recolheu no convento das Teresinhas de Braga, aos quinze anos, Maria Moisés.

Mas a ilusão de verdade se dá efetivamente quando Camilo constrói personagens mesquinhos, sonhadores e movidos por suas paixões. Suas narrativas priorizam o conflito de sentimentos contrários que rege o desenrolar da ação: amor e ódio, euforia e angústia, bravura e temor, reconciliação e desforra. Para o leitor, são os narradores camilianos que habilmente combinam e instrumentalizam essas emoções para compor a narrativa. Os personagens são arquétipos desses sentimentos, seus impasses afetivos os tornam complexos, e, por isso,

autênticos e verossímeis, porém Camilo não usava seus protagonistas como objeto de estudo dos comportamentos dos sujeitos, como futuramente os autores realistas vão tentar fazer.

Alguns Camilianistas, por sua vez, apontam Camilo como revolucionário em um sentido distinto das transformações que o realismo e o naturalismo trouxeram. É o caso de Abel Barros Baptista, para quem, diferentemente de autores que o sucederam como Antero de Quental e Eça de Queirós e de autores que o precederam como, Antônio de Castilho e Almeida Garrett, Camilo criou uma proposta estético-literária independente de um modelo político, religioso ou estético. De acordo com Abel, Camilo escolheu uma perspectiva distinta em relação à sociedade lusa e ao homem, não se apresentando como reformador de nenhum dos dois.

Camilo não designa nem um liberal nem um miguelista, nem católico nem protestante, mas romancista: que não escreve romances para ilustrar qualquer interpretação de Portugal (o que não quer dizer que quem estiver interessado não possa estabelecer uma interpretação relativamente estável na ficção camiliana), que não procura atingir qualquer um fim superior, que não se fundamenta em outra coisa além do estrito interesse romanesco (1988, p. 143).

O autor teria criado uma posição de enunciação original e revolucionária no contexto do primeiro romantismo porque deixou para trás os ideais estéticos ligados à nacionalidade e ao significado do que é ser português. Para Abel, a observação dos comportamentos e aspectos psicológicos e sociológicos dos indivíduos assumiram destaque na obra de Camilo por meio das experiências vividas no cotidiano dos personagens, onde a tragédia humana passou a ocupar o cerne da problematização; não mais o drama nacional, no qual os indivíduos eram a personificação literária de alegorias nacionais. Camilo teria sido um dos pioneiros a retratar o homem e seus sentimentos em embate com a sociedade.

Camilo se concentrou no estilo romântico porque esse era o gênero literário do seu tempo e suas inovações do romance se deram da primeira para a segunda geração; entendemos que ele não foi na direção das tendências literárias realistas e naturalistas. Os princípios realistas na ficção de Camilo, de denúncia e de crítica às mazelas da sociedade, foram feitos sem a convicção de o serem; e, quando ocorreram, estavam imbuídos de um tom moralizante que Camilo quis passar nas suas obras: não havia cientificismo para entender o caráter humano como haverá no realismo, existiam valores morais que eram defendidos pelo autor ou aplaudidos pelo público e pelos editores. Essa postura conservadora, ou seletiva, na recepção do novo que se observa em Camilo, acompanhou a trajetória das tendências literárias do país. Segundo Jacinto do Prado Coelho (2001, p. 69), durante as disputas liberais,

até 1834, Portugal dedicou-se apenas às mazelas e às formas de superá-las, deixando um pouco de lado as dinâmicas das ideias.

*Die Leiden des Jungen Werther* (“O Sofrimento do Jovem Werther”), um dos marcos do romantismo europeu, foi publicado em 1774, na Alemanha, por Goethe. Apenas na década de 1830 o romantismo chegou a Portugal, por meio de alguns pioneiros como J. M. da Costa e Silva, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e António de Castilho, e por traduções de peças de teatro e de novelas alemãs, inglesas e francesas.

Uma nova sensibilidade foi desenvolvida a partir dessas novidades literárias. As revistas e os jornais foram importantes para a expansão dos ideais do romantismo; essas publicações incluíam citações de autores famosos, como François-René de Chateaubriand e George Byron, provérbios, xácaras e novelas curtas. Essas leituras despertaram o gosto romântico no público leitor dos periódicos. Camilo comentou os efeitos dessas novas tendências no imaginário das senhoras provincianas (BRANCO, 1876, p. 9):

O romance deu aos corações das senhoras de Basto feitos e jeitos novos, ensinando-lhes o que diz a aurora, o que segredaram as transparências cetinosas do arrebol, o que se deve cismar quando as fontes tépidas murmuram, e tudo o mais respeitante a flores, brisas e pássaros.

Até 1850, esse movimento teve definições complexas. Alguns autores entendiam as novas inclinações como pertencentes ao cenário medieval e das lendas populares, buscando seus temas entre os costumes feudais e cavaleirescos, as fábulas e tradições populares e a mitologia para suscitar as emoções e a memória nacional. Um dos marcos fundadores do romantismo português foi o poema *Camões*, escrito no exílio por Almeida Garrett, em 1825; a posição política liberal do autor levou-o a deixar Portugal, tomado por um golpe militar, e a nostalgia e o isolamento levaram-no a uma mitificação romântica, e ao lugar de enunciação do autor romântico como o de um indivíduo solitário e atormentado (REIS; PIRES, 1999, p. 16). A complexidade se dá pelo fato de as primeiras gerações românticas exaltarem a nação ao mesmo tempo em que se inspiram em uma cultura literária estrangeira e apoiam movimentos sociais que os afastam da política institucional do país.

A atitude dos autores românticos se consolida com a temática que exalta o indivíduo, a subjetividade, a espontaneidade, os impulsos, o devaneio e a melancolia diante da mulher idealizada, da natureza e das dores humanas. Tratavam do conflito trágico entre o eu (subjetivo) poético e o mundo (objetivo) que o rodeia. A devoção aos seus próprios sentimentos e desejos causava um ressentimento íntimo pelo que fosse considerado injustiça

do destino e um desejo de glória, uma ambição de encantar o mundo com a expressão da própria subjetividade.

De acordo com Óscar Lopes e Antônio José Saraiva, essa forma de expressão romântica foi acolhida pelos leitores que não se afeiçoavam às fórmulas clássicas. Nas suas palavras,

Como o público do romantismo não tem grande preparação literária, ignorando as convenções e padrões da literatura clássica (mitologia, história antiga, retórica, etc.), e preferindo a expressão concreta imediatamente acessível das imagens e símbolos que dão corpo bem sensível ao pensamento (realismo descritivo), as principais características românticas, adaptadas ao seu público, são: estilo declamatório, por vezes redundante e um pouco vago, em que a abundância prejudica a concisão e o rigor; o gosto das hipérboles (aproximando-se do Barroco), das exclamações e imagens, que concretizam e popularizam; o uso de vocabulário mais rico em alusões concretas, menos selecto e mais corrente, familiar e sensorial; presença física das personagens humanas e das paisagens; o recurso ao romanesco, à peripécia que prende a imaginação; o tom de mensagem ao próximo das obras, convertidas em meios de comunicação e não já um mundo fechado de valores. (1996, p. 710)

Ao enfatizarem a exteriorização desses sentimentos tão individuais, ocorria, em alguns momentos, de os autores românticos se fecharem para o bem comum e para as questões da sociedade como um todo. Porém, a abertura dessa sintonia também levou, em outros momentos, a uma partilha mais consciente do sofrimento dos outros. A moral cristã tão intrínseca na coletividade portuguesa corroborava essa solidariedade universal pelos sofredores e oprimidos e o sentimentalismo romântico assumiu um ânimo de religiosidade para as paixões, pensamentos e ações.

Jacinto do Prado Coelho fala de um idealismo social romântico e cita a posição de António de Castilho, segundo a qual os escritores românticos deveriam “ilustrar as turbas”, “levantar o povo a grau de homem” (COELHO, 2001, p. 79). Essa direção progrediu no clamor por justiça e, depois de 1850, os românticos tornaram-se porta-vozes do humanitarismo, do elogio ao trabalhador e da crítica aos problemas sociais. Coelho cita romances como *Fortuna e trabalho* (1863) e *Os operários* (1865), de Ernesto Biester, e *Aleijões sociais* (1870), de Gomes de Amorim.

A obra de Camilo se incorpora a essa tradição de modo peculiar. Lopes e Saraiva (1996) tecem uma sistematização da obra camiliana em três fases. Até por volta de 1850, a primeira fase, seria caracterizada como em sintonia com as tendências da prosa de ficção vigente em Portugal. Nesse primeiro período, Camilo criou alguns folhetins moralistas e históricos influenciado por Alexandre Herculano; redigiu obras de cunho idealista inspirado pelos românticos franceses; e escreveu romances góticos e melodramas sob a influência dos

autores ingleses pré-românticos. Após 1850, Camilo alcançou o auge de sua literatura. Nesse momento, suas novelas passionais e satíricas se consolidaram. Nessa época ele publicou o romance *Onde Está a Felicidade?* em 1856 e *Amor de Perdição* em 1862. Na concepção de Lopes e Saraiva (1996) a última fase é marcada por uma transformação da escrita de Camilo em direção ao realismo e ao naturalismo. Esse estágio teria como referências as *Novelas do Minho* de 1877, *Eusébio Macário* de 1879 e *A Corja* de 1880.

Camilo não se encaminhou para essa concepção da literatura como transformadora da sociedade através da sua interpretação crítica; seus romances eram espelho de uma moralidade cristã. Nesse sentido, ele difundia valores tradicionais e de permanência em meio a uma sociedade que se direcionava para a industrialização e o materialismo. Camilo alternava entre a defesa da naturalidade e as urgências do trabalho, mas dizia que exigia verdade dos seus romances, no sentido de serem autênticos, uma intuição da existência humana que o autor só podia expressar a partir de sua inspiração nas experiências vividas.

De acordo com Jacinto do Prado Coelho (2001, p. 84), Camilo apreciava alguns aspectos da crítica social presentes em obras como *O Céptico* (1852), de D. João de Azevedo, e em *Viver para Sofrer* (1855), de Barbosa e Silva, mas afirmava que ele não participava da corrente humanitária que estava na moda e “palpitava de atualidade”. Nas palavras de Coelho, que cita palavras do próprio Camilo, o autor

Quer-se não alistado, independente da “escola romântica democrática social e regeneradora” [...] recusa-se a produzir “estereótipos baratos consagrados ao povo” a cabeças “prenhes de utopias e fumos de socialismo”. Não se compromete definindo com clareza a sua posição pessoal, mas o que se conclui [...] é desejar ter as mãos livres para, sem exclusivismos, também ele aplicar conforme lhe apraz [...] elementos romanescos e melodramáticos ora focando barreiras de classe e problemas ético-sociais (COELHO, 2001, p. 85).

Essas dicotomias na escrita de Camilo podem ser melhor compreendidas quando se analisa a trajetória dele no meio acadêmico. No ambiente intelectual da cidade do Porto, ao qual começou a se integrar em 1843, Camilo descobriu uma disposição de resistência e de não conformismo que deve tê-lo marcado fortemente, porque ele tinha recebido sua primeira educação de padres no isolamento do campo. Alguns grupos da cultura romântica lusa apresentavam expressões de rebeldia com o antigo, mas ao mesmo tempo enfatizavam um idealismo distanciado das coisas práticas; eles propunham os elogios dos afetos e dos instintos, mas não se dedicavam a elaborar um ideário esclarecido e fundamental e um sentido crítico objetivo para instituições e práticas políticas. Eles voltavam-se para a concepção da obra de arte, que deveria nascer sem esforço e por inspiração divina, frequentemente motivada

pela fixação nos impasses do amor. A cultura romântica portuguesa também cultuava a melancolia, o ceticismo, a religiosidade nebulosa, o tom de sermão, a abnegação, a eloquência do melodrama, o entusiasmo pela expressão popular e pelas manifestações folclóricas e não resolvia as disputas entre a tradição e as novas tendências na arte, na moral e na política. Toda essa ambiguidade e esse tradicionalismo influenciaram a obra de Camilo e permaneceram em seus textos, mesmo quando a literatura se direcionou para uma estética mais empiricista.

No período de 1855 a 1875, um estilo de vida mais materialista e menos aberto ao sentimentalismo ganhou força; o cientificismo e a racionalidade cresceram no desenvolvimento da indústria e do comércio. Essas mudanças ocorreram devido ao momento político da Regeneração, um período em que se estabeleceu a monarquia constitucional depois da insurreição militar, em 1851. A Regeneração foi marcada por tentativas de desenvolver o país financeiramente e de modernizá-lo. As obras públicas, planejadas pelo ministro Fontes Pereira de Melo, concentraram-se em renovar Portugal, reduzindo o atraso tecnológico e econômico. Fontes estabeleceu uma política de construção de novos meios de transporte e de comunicação. Ele incentivou a instalação de telefones e telégrafos e a construção de portos, pontes, estradas, linhas férreas e carros elétricos. Foram convidados escultores e arquitetos estrangeiros, como o francês Calmels, para transformar a paisagem da capital portuguesa. (FRANÇA, 2002, p. 475).

A racionalidade e a praticidade do governo apareceram nas manifestações artísticas portuguesas gradativamente; não havia fronteiras claras entre os movimentos artísticos do romantismo e do realismo, como uma análise retrospectiva tenta estabelecer. A literatura já apresentava alguns exemplos de romantismo realista antes do movimento literário que depois foi chamado de realismo se consolidar. O romance histórico do escocês Walter Scott trazia um novo exotismo e os romances do francês Eugène Sue exploravam ambientes misteriosos e um realismo humanitário. Em Portugal, D. João de Azevedo contava enredos brutais e apresentava personagens prostitutas e plebeias. Coelho Lousada retratava os costumes dos burgueses, das senhoras fofoqueiras e das “boas meninas”, para os enamorados, era romântico, mas para os outros personagens, tendia ao realismo. Esses autores abriram o caminho entre os leitores para o realismo.

Novos autores como Honoré de Balzac, Champfleury e Gustave Flaubert começaram a pintar a sociedade francesa segundo uma nova estética. Em 1857, ano que pode ser considerado categórico na arte realista francesa, foram publicados *As flores do mal*, de Charles Baudelaire, e *Madame Bovary*, de Flaubert. A nova literatura foi qualificada de

brutal; os personagens eram estudos do homem como um tipo na história natural, não como um ser de personalidade individual e dotado de moralidade. A volúpia foi vista como um acidente na constituição humana, e os autores registraram diversas expressões dessa falha. A observação minuciosa do comportamento dos indivíduos foi expressa com precisão e força, sem qualquer complacência pelas atitudes e sentimentos dos homens e mulheres.

Em Portugal, o realismo não foi aceito de imediato. Até muito tarde a crítica Portuguesa rejeitou a nova estética (REIS; PIRES, 1999, p. 15). Apenas no período de 1860 a 1865, verificaram-se produções portuguesas de poesia realista. No poema *D. Jaime*, de 1862, Tomás Ribeiro usou expressões e falou de assuntos que alguns críticos consideraram grosseiros, como uma cena de taberna. No livro de poesias *Odes modernas*, de 1865, Antero de Quental apontou para as grandes inquietações do seu tempo e alegou que a nova poesia tinha um caráter intervencionista. Posteriormente, a crítica começou a reconhecer o realismo; em 1869, o *Livro de Crítica* de Luciano Cordeiro admitiu a importância das influências inexoráveis da natureza e da história na arte. Em 1871, no primeiro exemplar da revista *As Farpas*, Eça de Queirós, um dos editores, avaliou a vida mental portuguesa e a caracterizou como sem originalidade e sem ideias.

Também em 1871 ocorreu a primeira Conferência do Casino (LOPES; SARAIVA, 1996, p. 872). Esses encontros foram organizados por Antero de Quental e por outros jovens escritores e intelectuais, entre eles Eça de Queirós. No seu manifesto, os conferencistas do Casino indicaram os objetivos de analisar a sociedade como ela estava e como deveria ser, repercutir as transições políticas e sociais que o mundo experimentava e discutir todas as ideias inovadoras e as tendências do período. Os participantes das Conferências do Casino tinham uma perspectiva de atuação internacional e afirmavam que Portugal era incapaz de ouvir as novas ideias que se espalhavam pela Europa; eles desejavam estabelecer o espaço em que essas novidades tivessem projeção.

A evolução das questões políticas e os desenvolvimentos materiais desanimavam os românticos derradeiros, entre os quais estava Camilo Castelo Branco. O autor assim descreveu esse momento (BRANCO, 1877, p. 116): “Nos meus tempos, amava-se muito. É por essa quadra de flores que a minha imaginação se esvoaça como a abelha à volta das corolas de um ramal de rosas. Sou do período dos aéreos perfumes; este agora é o dos sons metálicos”. Eça de Queirós, em suas apologias do realismo, caracterizava o romantismo como piegas, fútil, mentiroso e anacrônico.

Camilo continuou escrevendo suas novelas com “aéreos perfumes”, a princípio imune às mudanças na poesia. Na concepção de Camilo (1858, p. 9), a literatura realista era

uma artimanha política, methodo civilizador, era aquelle e único adaptado para cabeças sem cultura, sem systema, prenes de utopias e fumos de socialismo [...] uma eschola militante. E o povo aplaude esses estereotypos baratos consagrados *ao povo* entenda ou não entenda o que lê, possa ou não poss<sup>4</sup>a digerir e dirigir o que entende.

O escritor acreditava que sabia a medida certa do que o público leitor português estava pronto para consumir; por esse motivo, sua obra continuou oscilando entre a naturalidade e o ritmo de folhetim, entre sua moral regeneradora e a moral mais formal dos leitores. Camilo valorizava o culto das tradições e a exaltação dos valores da política arcaica portuguesa.

O autor via o realismo com incômodo; Cândido Martins (1997, p. 71- 73) cita sete passagens produzidas por Camilo em que isso se comprova. Uma dessas passagens que merece destaque foi a "Questão Coimbrã". Essa polêmica ocorreu por volta de 1865 entre os escritores portugueses que se dividiram entre os defensores da mudança e os defensores da tradição na literatura. De um lado, estava Antônio Feliciano de Castilho, escritor romântico português. De outro, o grupo de estudantes da Universidade de Coimbra: Antero de Quental, Teófilo Braga e Vieira de Castro.

Castilho redigiu um posfácio ao “Poema da Mocidade” de Pinheiro Chagas em 1865 e aproveitou a visibilidade para escrever uma carta para o editor António Maria Pereira, em que depreciava os estudantes de Coimbra. Esse grupo queria se distanciar dos moldes ultrarromânticos, que eles consideravam antiquados e anacrônicos, e atacavam o que classificavam de declínio cultural da sociedade lusa. O grupo que Castilho influenciou na Questão Coimbrã, pelo contrário, era formado por intelectuais, dentre os quais Camilo, que patrocinavam o estado corrente da literatura e concebiam uma perspectiva formal, tradicional e academicista.

Em sua carta, Castilho afirmou que a juventude de Coimbra não tinha bom senso ou bom gosto, tomando como base para essas observações duas obras publicadas em 1865: *Odes Modernas*, de Antero de Quental, e *Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga. Os autores dos dois partidos alternaram-se em publicações defendendo as suas visões de literatura. Camilo manifestou-se acompanhando a argumentação de Castilho, resumindo a questão a uma

---

<sup>4</sup> As grafias originais foram mantidas nas citações.

deficiência de cultura clássica, a um estilo de escrita empobrecido, a um português mal escrito por parte dos estudantes de Coimbra e do realismo (COELHO, 2001, p. 312).

Percebe-se que Camilo posicionava-se ao lado da manutenção das tradições literárias; no entanto, ele percebeu que a mudança era inevitável, e essa realização manifestou-se em sua correspondência e em seu estilo. Em uma carta que escreveu a Antônio de Castilho, após ter lido a obra de Júlio Dinis *As Pupilas do Senhor Reitor*, de 1867, Camilo revelou que se sentiu defasado. Sobre o autor, escreveu: “Parece-me que tem muitíssima aptidão para a novela. Li e disse cá entre mim, *Jam nova progenies*, etc. Aquilo é de entroixar eu a minha papelada e desempençar a estrada à nova geração” (apud COELHO, 2001, p. 313).

Para Jacinto do Prado Coelho, Camilo também se deixou influenciar por alguns aspectos do realismo, especialmente em sua vocação para a imitação notória do real na descrição. Coelho acredita que essa vocação alcançou o apogeu justamente nas *Novelas do Minho* (1875-1877), das quais faz parte “Maria Moisés” (COELHO, 2001, p. 314). Coelho afirma que “Camilo, à beira dos cinquenta, mas de espírito excepcionalmente vivo e impressionável, dói-se por assistir à agonia dos ideais românticos, rabuja e mete a ridículo como é seu costume, mas acaba por se deixar arrastar pela corrente” (COELHO, 2001, p. 316).

“Maria Moisés” é a obra na qual Camilo se aprofundou mais na recriação pulsante da vida, na visão de Coelho. A morte de Josefa, no início da narrativa, contada em estilo de reportagem, é o que existe de mais original no romance. Camilo iniciou contando as circunstâncias em que foi descoberta a trágica morte; esses incidentes foram descritos através de cinco personagens que se encontram e articulam a sucessão de eventos. O Bragadas, caseiro da Quinta; Luís, o moleiro; Tia Brites, senhora supersticiosa; João da Laje, agricultor e pai de Josefa e o pastorinho interagem e oferecem a sua visão do ocorrido, além de apresentarem ao leitor o ambiente da aldeia. Os personagens não interferem na ação principal, mas estabelecem um pano de fundo dinâmico e inusitado, ao mesmo tempo em que envolvem o leitor aos poucos no conflito, deixando-o curioso para descobrir o que aconteceu com Josefa.

Camilo escreveu diversos pormenores e minúcias de cores realistas quando Josefa foi encontrada pelo moleiro (BRANCO, 2006 [1876], p. 7-9). Ele andava pelas margens do rio Tâmega com medo, pois Bragadas tinha ouvido uma criatura a chorar e a gemer:

O moleiro, espírito forte que não acredita em almas penadas, supõe que se trate dalguma coruja; mas pouco depois ouve nitidamente gemidos: é uma mulher que

chora [...] lá no interior o rio espriava-se, formando lençol de água murmurosa, onde os pescadores colhiam com a chumbeira as bogas no tempo da desova.

O moleiro aproxima-se, agarra a mulher, levanta-a com dificuldade:

Porque ela tinha as mãos recurvas e os braços rijamente hirtos no tronco do salgueiro, como se em ânsia de asfixia se houvesse agarrado nele [...] com o embaraço do peso e do estorvo que lhe fazia o vestido molhado, teve de colher as saias com a mão esquerda; e, neste lance, sentiu nas costas da mão um contacto de líquido quente com fartum enjoativo de sangue. [...] Ela não respondeu nem gesticulou levemente. Os braços pendiam inertes ao longo das costas do moleiro, e a cabeça balançava maquinalmente.

Essa descrição do ser humano como um corpo inerte pode indicar uma inclinação aos novos estilos do realismo e do naturalismo, mas as *Novelas do Minho* estão repletas dos temas típicos do romance camiliano: em “Maria Moisés”, a exaltação da cultura tradicional portuguesa está presente no uso do vocabulário regional, o quinteiro, as poldras, a cangosta; nas características da terra e do povo; nos nomes de lugares. Os temas também se repetem: amores contrariados, mulheres abandonadas e enjeitados.

“Maria Moisés” tem um tom moralizante, que se estabelece na dicotomia do enredo. O autor divide a narrativa em duas partes, que representam respectivamente a transgressão e a redenção. A trajetória de Josefa da Lage é a de uma mulher que cede aos instintos; a trajetória de seu parceiro, António, é a de um homem que desrespeita as determinações da autoridade paterna. Por isso, Josefa é reputada pela mentalidade popular como perdida, desonrada, manchada, amaldiçoada. Já Maria Moisés é a personagem redentora das transgressões de seus pais. Seu nome mesmo estabelece intertextualidade com o personagem de Moisés, no livro do Êxodo. Quando os fidalgos da Quinta de Santa Eulália sabem da criança que foi encontrada no rio, o cônego João Correia Botelho afirma que parece um caso bíblico (BRANCO, 2006 [1876], p. 35).

O narrador de Maria Moisés criticava a deterioração dos valores morais rurais (MARTINS, 1997, p. 58). Essa crítica também ecoa nas falas do cônego Botelho. A protagonista age como uma santa, ao contrário dos pais que não criam seus filhos e seriam os responsáveis por essa decadência da moral aldeã.

Camilo Castelo Branco nasceu de pais não casados, ou como se dizia à época, amancebados. Foram condições humilhantes para a mãe, pois o pai não se casou com ela, e Camilo e sua irmã foram registrados como de mãe incógnita (COELHO, 2001, p. 29). O pai era de família nobre e a mãe era pobre. O pai não criou os filhos e a mãe de Camilo faleceu

quando ele tinha apenas um ano. O próprio autor teve filhos que ele não criou e um deles, o da relação com Patrícia Emília, foi posto à roda dos enjeitados.

A rejeição aos bebês nascidos, a necessidade de colocá-los à roda ou os impedimentos aos pais de garantirem a segurança das crianças são alguns dos principais pontos de confluência entre “Maria Moisés” e “Pai contra Mãe”. O recurso à narrativa dos momentos decisivos em que as crianças ficam ameaçadas e as mães ficam em uma situação precária está presente tanto em Machado de Assis quanto em Camilo Castelo Branco; este teve a experiência concreta de colocar seu bebê à roda. Os destinos das crianças, o filho de Candinho, o bebê de Arminda e Josefa, representam uma distinção veemente entre o olhar romântico e o olhar realista para as perspectivas das crianças órfãs ou vulneráveis.

O autor concebeu diversos personagens que precisavam enfrentar o desprezo de ser um filho não reconhecido. Alguns deles foram Augusto, protagonista de *Coisas Espantosas*; Bernardo, de *Cenas Contemporâneas*; e Álvaro Afonso, de *O filho natural*. Esses personagens, filhos naturais, tendem a ser trabalhadores honestos, em oposição à falsidade da sociedade que busca dignidade através de aparências. Nesse sentido, um dos princípios que integram a obra do autor é a virtude interior. O que deu dignidade ao herói e à heroína não foram os títulos a que eles tinham direito, e António pode ser mais nobre ainda quando usa seu dinheiro em favor da filha que não criara, dando um final apaziguador e feliz ao livro.

Camilo assume posições multifacetadas, pois, em outros momentos, também busca se enobrecer citando títulos e pergaminhos (COELHO, 2001, p. 30) e elogia o passado da nobreza, como em *O Filho Natural*: “Os fidalgos de terras de Basto vão-se acabando. Tenho pena e saudades. Aqui há trinta anos, com os brasões e apelidos das famílias heráldicas de entre Vizela e Tâmega recompunha-se a história lendária de Portugal” (BRANCO, 1876, p. 25). Em “Maria Moisés”, é a generosidade dos fidalgos da Quinta de Santa Eulália o que possibilita a sobrevivência e a educação de Maria Moisés.

Apesar de elogiar a atitude nobre, Camilo também constrói personagens que permitem a crítica dos valores de fidalguia, principalmente no que diz respeito aos amores proibidos por famílias que desejam manter seu status à custa das afinidades dos filhos e de seus pares românticos. É próprio do herói romântico camiliano colocar as razões do coração acima das normas e convenções sociais, apesar dos conflitos e problemas existenciais que decorrem desse comportamento. É a contradição que marca tanto os personagens quanto Camilo Castelo Branco.

O autor não chegou a ser completamente naturalista ou realista, mas, à sua maneira, sentiu-se desafiado a cativar o público com as novas tendências. Os resultados foram dois romances: *Eusébio Macário* (1879) e *A Brasileira de Prazins* (1882). Camilo, com sua ironia peculiar, fez textos às vezes caracterizados pelos críticos como sátiras e paródias do realismo e do naturalismo. Não obstante; no prefácio de *Eusébio Macário*, Camilo disse que não procurou escarnecer as escolas novas.

Ornelas (1991, p. 131) analisou a escrita de Camilo em *A Brasileira de Prazins* para apontar a forma que Camilo usou para parodiar o naturalismo. Essa obra teria sido escrita de modo a invalidar o discurso resultante da produção literária naturalista de que a arte se apoia na ciência. Marta, a personagem do título, tinha menos de 17 anos e seu casamento foi arranjado com um tio insofocável de 47 anos. Marta enlouqueceu e tinha fantasias com o homem que amava, o José Dias.

A loucura de Marta é justificada segundo critérios estéticos do romance naturalista, porque ela teria herdado de sua mãe e de sua avó a tendência aos distúrbios mentais. Por outro lado, Camilo constrói a personagem de modo que, por meio da linguagem periférica da loucura, ela consiga criar uma outra vida com significado e realização pessoal. Camilo diz no *Post Scriptum* do livro (BRANCO, 1974 [data da primeira edição], p. 291): “Marta quando imerge alucinada no seu letargo, é a paixão leal ao amado sempre vivo na terra e no seu coração, [...] ressaltando a alma dessa inconsciente materialidade”. Nesse sentido, Camilo invalida a busca por uma linguagem neutra, científica e objetiva do realismo e do naturalismo, ele afirma que a literatura cria significados subjetivos quando descreve os indivíduos.

De acordo com Ornellas (1991, p. 128), Camilo não absorveu completamente o discurso literário realista/naturalista. Ele

incorpora o novo discurso na sua fase realista/naturalista para subverter algumas das suas convenções e parodiar a temática (adultério, degradação social e moral, sensualismo, hipocrisia, instintos grosseiros, imoralidade, vícios, deformação patológica) e também as personagens típicas dos textos naturalistas, especialmente as mulheres adúlteras, os indivíduos que vivem fora da lei, os psicopatas, [...] Para Jacinto do Prado Coelho, [...] a intenção paródica de Camilo [...] liga-se a dois fatores fundamentais: ridicularizar as grandes pretensões científicas do movimento e levar ao conhecimento do leitor “a sua leitura irônica da nova ficção.

Camilo Castelo Branco era um patrono dos valores tradicionais, ele mesmo disse que não queria mudar o mundo que encontrou quando chegou. Em um comentário posterior ao texto “*A Brasileira de Prazins*” (1974 [data da 1ª ed.], p. 291), em que ele experimentou com

influências naturalistas, Camilo disse: “O meu romance não pretende reorganizar coisa<sup>5</sup> nenhuma. E o autor dessa obra estéril assevera em nome do patriarca Voltaire, que *deixaremos este mundo tolo e mau, tal qual era quando cá entramos*”.

Essa valorização do estado das coisas não significou inércia e isolamento das tendências de transformação. Embora o autor tenha trabalhado com elementos do realismo e do naturalismo – por exemplo, quando faz descrições minuciosas, quando faz referências a lugares e a pessoas reais e quando usa a hereditariedade para articular as características de suas personagens –, ele faz isso para satirizar aqueles projetos literários. Para um entendimento geral da obra de Camilo Castelo Branco, a realidade vivida por ele é muito mais significativa do que o realismo que se pode atribuir ao seu estilo no fim da carreira. De acordo com Jacinto do Prado Coelho (2001, p. 67),

são estas circunstâncias biográficas - a bastardia, a orfandade, as tradições romanescas da família, a educação religiosa, o convívio com a paisagem física e humana das províncias do Norte, o conhecimento íntimo do meio portuense, as aventuras sentimentais, os lances da vida boémia e turbulenta, a pobreza, os desgostos, a doença, o isolamento de S. Miguel de Ceide, o profissionalismo na carreira das letras - o quadro fundamental de referências para a leitura de Camilo

Antes de representar qualquer escola, romântica, realista ou naturalista, Camilo era um profissional das letras, que interagiu e se inspirava com seus pares, que buscava conquistar seus leitores com um equilíbrio dinâmico entre o que eles já esperavam e gostavam de ler, os sentimentos e experiências reais que o autor podia compartilhar e as pressões financeiras e editoriais para entregar os textos. Camilo Castelo Branco era um difusor da tradição em seu tempo, a despeito de ter ensaiado com as novas direções realistas e naturalistas, agradar seus editores e leitores com os “aéreos perfumes” que só ele era capaz de sentir e de expressar era sua principal motivação.

Maria Moisés foi escrito nos moldes das obras anteriores de Camilo em relação aos personagens e a seus anseios, aqueles sentimentos que mobilizavam o público leitor camiliano. Além da descrição da morte de Josefa, outro elemento que demonstrou a adesão de Camilo a alguns traços realistas foi uma pequena diferença no relacionamento de Josefa e de António. Essa mudança, apontada por Paulo Fernando da Motta (1997), pode ser percebida em comparação com o amor de Teresa, Simão e Mariana em *Amor de Perdição*. O desenrolar desta narrativa não incluiu os amantes se relacionando carnalmente; já em “Maria Moisés”, o sexo e a gravidez exercem papel fundamental na história.

---

<sup>5</sup> Grifo no original

Josefa e António, assim como Teresa, Simão e Mariana, têm as paixões instintivas proibidas e atrapalhadas pelas práticas da fidalguia exercidas pelos patriarcas das famílias. O amor deles é impossível, como prega a "religião do amor" difundida em diversas obras camilianas, seus casamentos não seriam aprovados. De acordo com Óscar Lopes, (1984, p. 56), as tragédias passionais camilianas constituem “uma paixão num sentido muito próximo daquele em que se fala da paixão do cristo”, é necessário o sacrifício e a abnegação do indivíduo.

Para Paulo Fernando da Motta, Camilo concebia o amor puro como irrealizável no mundo. Segundo ele (1997, p. 5) “o amor profundo e puro. Por abalar de forma clara a sociedade, por não respeitar suas barreiras, ele é ao mesmo tempo revolucionário, subvertendo quaisquer tipos de convenções sociais, e, por ser revolucionário, impossível de ser concretizado neste mundo”. Essa idealização mais romântica do que realista do amor está presente em “Maria Moisés”: Josefa alcança a graça, sublima o sofrimento ao morrer por amor a António, para perto de quem fugia, e por sua bebê, cujo nascimento reprovado pela mãe e pela moral, a levou a se afogar. Já o amor-caridade de Maria Moisés é realizável na terra; ele é como a redenção dos pecados dos pais e torna a protagonista uma personagem que confirma a possibilidade de virtude humana. Mas a relação sexual entre Josefa e António não estava presente nas obras anteriores de Camilo como parte desse amor romântico, era um amor impraticável e somente espiritual. Portanto, o fato de o amor de António e de Josefa ter se consumado em uma relação sexual é uma pequena mudança que evidencia uma característica do realismo nos personagens: são pessoas mais comuns, menos santificadas, que cedem ao corpo.

Acrescentamos a essa interpretação que a forma da narração e da descrição de “Maria Moisés” também assumiu um tom parcialmente naturalista. Mas essa perspectiva surge externamente à dinâmica de acontecimentos, de modo tangencial, nos comentários dos personagens secundários ou nos do narrador, ou nos prefácios em que Camilo declara sua posição de assumir estar consciente das novas tendências.

Óscar Lopes tem uma opinião distinta: acredita que Camilo chegou a ser naturalista porque relatava a sordidez humana. Segundo Óscar (1984, p. 58),

a intriga funciona em Camilo como uma crítica, quer à antiga sociedade aristocrática [...], quer à nova sociedade burguesa [...] a sátira é extremamente violenta [...] Camilo nos mostra o aparelho judicial e burocrático de inícios do século XIX funcionando ao arbítrio da classe dominante [...]” Ele dá “das classes lisboetas dirigentes do Constitucionalismo um quadro de torpeza, vício, corrupção

administrativa, que os futuros romancistas naturalistas, como Abel Botelho, continuarão.

Apesar dessa posição ser válida, Camilo nunca abriu mão das suas idealizações dos sentimentos; acreditamos que as nuances realistas e naturalistas eram uma experimentação que não superou a religiosidade romântica, em “Maria Moisés”, e foi feita em feitiço de paródia nas obras mais recentes, como “A Brasileira de Prazins”.

A principal diferença e o ponto de convergência entre “Maria Moisés” e “Pai contra Mãe” é a abordagem do sofrimento e da morte das mães e as perspectivas futuras para as crianças recém nascidas. O sofrimento de Josefa é motivado por angústias sentimentais e morais; ela tem casa, comida e segurança. Suas dificuldades concretas surgem quando ela engravida e não tem ninguém para ajudá-la por perto; talvez aí estivesse um sofrimento mais motivado pela realidade. A morte de Josefa é uma redenção para o amor ideal, um evento narrativo que apenas o romantismo de Camilo poderia trabalhar nessa profundidade.

O sofrimento de Arminda é puro realismo. O modo de trabalho do Brasil no XIX era permeado pela violência contra os escravizados; era um fato social, bastante objetivo e verificável para as pessoas das classes médias e altas brasileiras, embora elas preferissem conviver com esse sofrimento ao invés de trabalharem elas mesmas. Machado de Assis escolheu retratar esse sofrimento; como veremos a seguir. Seria uma forma de tentar sensibilizar através do papel e da ficção, já que a realidade e os sentidos, por muito tempo, não tornaram os colonizadores e brasileiros que usavam trabalho de escravizados empáticos à dor alheia? A morte do filho de Arminda evidencia toda a sordidez do homem, significa uma vantagem; a salvação de Cândido é uma morte realista, sem significado transcendental.

### 3 MACHADO DE ASSIS E O ESPELHO DOS ESCRAVOCRATAS: UMA LEITURA DE “PAI CONTRA MÃE”

Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.

*José Saramago*

Machado de Assis escolheu o drama familiar, o sofrimento materno e as crianças em situação de desamparo como seus personagens e temas no conto “Pai contra Mãe”, assim como Camilo o fizera em “Maria Moisés”. Argumentamos nesta análise que os autores tratam desses assuntos estabelecendo interpretações inversas em relação à sensibilidade que as narrativas podem despertar nos leitores.

Um aspecto em comum em Machado e em Camilo é o de valorizar as experiências cotidianas dos personagens, mais do que os temas épicos e nacionalistas. Essas vivências e o drama humano foram trabalhados pelos autores de formas inovadoras para suas épocas. Os temas do casamento, da maternidade e do trabalho são o eixo compartilhado pelas obras para estabelecermos comparações e analisarmos as tendências do romantismo e do realismo na transição do XIX para o XX em Portugal e no Brasil. Tendências essas que acreditamos se contrapor ou se distanciarem artisticamente.

As obras escolhidas também possuem muitos pontos de distanciamento. Alguns dos mais relevantes são a ambientação no meio rural, em “Maria Moisés”, e no meio urbano em “Pai contra Mãe”; as relações de trabalho em Portugal, ex-metrópole, onde havia camponeses e a burguesia mercantil; e o modo de produção no Brasil, onde havia escravizados, a burguesia ascendente e a condição pós-colonial.

As experiências biográficas dos autores são outro ponto de distanciamento. É relevante aqui comentar os aspectos da vida de Machado de Assis que merecem destaque para a nossa análise. Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839. Seus pais foram o brasileiro Francisco José de Assis e a açoriana Maria Leopoldina Machado de Assis, eles moravam no morro do Livramento e eram pobres. O avô paterno de Machado de Assis, Francisco José de Assis, foi um escravizado alforriado. Após o falecimento de Maria Leopoldina, quando Joaquim Maria tinha dez anos, Francisco José

casou-se novamente e o menino foi acolhido por sua madrasta Maria Inês, a quem ele chamava de madrinha (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 31). Ele continuou vivendo com Maria Inês após a morte de seu pai, em 1864.

Os pais de Joaquim Maria sabiam ler e colocaram-no na escola. O seu interesse por trabalhar como escritor foi expresso enquanto o pai ainda era vivo, e este ficou preocupado de o filho ter uma carreira que não considerava estável e rentável (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 34). Joaquim Maria era um menino com a saúde frágil e precisaria de segurança no entendimento do pai; assim, Francisco o colocou para trabalhar como caixeiro em uma papelaria. O jovem Machado estudava à noite, cansado após o trabalho, mas não trabalhou por muito tempo lá, parece que Maria Inês o ajudou a se livrar do emprego.

Em seu estudo biográfico, Lúcia Miguel-Pereira, a partir de relatos de pessoas que conviveram com Machado de Assis, também afirma que ele trabalhou vendendo as balas que Maria Inês e as colegas de trabalho dela faziam, e que nessas vendas convivia com outras crianças mais ricas; além disso, ele fez amizade com um padeiro francês e com a dona da padaria, também francesa, com quem aprendeu essa língua (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 37).

Na adolescência, Machado trabalhou como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, depois passou a escrever no *Diário Oficial* e tornou-se cronista em diversos periódicos. Finalmente, em sua trajetória profissional, entrou para o serviço público do Estado e nunca parou de escrever (DUARTE, 2009, p. 8). A tipografia, sua curiosidade e seu autodidatismo, ajudaram-no a despertar para a literatura e a pô-lo em contato com os escritores daquele tempo. Ele frequentou também a tipografia e livraria de Francisco de Paula Brito, colaborou com o periódico *A Marmota*, fundado por Paula Brito, e nesse círculo conviveu com os intelectuais, políticos, poetas e dramaturgos em voga. Machado nem sempre se orgulhou de sua produção escrita; ele escondia tudo o que publicou até 1869, como “Desencantos”, uma fantasia dramática, de 1861 (ROMERO, 1960, p. 1499).

A trajetória profissional e artística do autor foi admirável. Ele conseguiu um trabalho que era ambicionado por pessoas que começavam a vida em condições muito mais favoráveis do que as dele. A inteligência para se relacionar que seus pais tiveram e as habilidades do próprio Machado em apropriar-se da cultura e de socializar nos locais favoráveis foram cruciais. Desde sua madrinha, quando criança, passando pelos amigos franceses e chegando aos intelectuais, Machado tornou-se uma voz que a elite letrada queria ouvir a respeito de

diversos assuntos e em diferentes gêneros textuais. De acordo com Alfredo Bosi (1992, p. 266),

Os pobres livres obtinham favores aleatórios dos seus padrinhos. Era uma cadeia de relações sociais que vinha do Império e que deixava vincos fundos na alma do nosso intelectual mestiço ou negro. Dois exemplos fortes bastam: Machado de Assis e Cruz e Souza, o maior romancista e o maior poeta do século XIX brasileiro, provaram, nos seus anos de infância e adolescência, os altos e baixos dessa condição de afilhados sem a qual, de resto, dificilmente teriam varado as barreiras da pele e da classe.

Machado de Assis escreveu sobre política nos jornais; ele foi bastante incisivo e usou a sua habilidade de escrever para se manifestar. Por volta de 1850, por exemplo, ele escreveu um artigo chamado “A reforma pela imprensa” defendendo o liberalismo, a democracia e opondo-se à aristocracia. Um dos jornais em que ele trabalhou foi o *Diário do Rio*, de posição liberal e crítica ao governo, na época o segundo reinado de Dom Pedro II. Machado fazia a resenha dos debates no Senado para o *Diário* e contribuiu com diversos folhetins para a publicação até 1867 (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 77).

Aos 30 anos de idade, Machado de Assis casou-se com Carolina Augusta de Novais. Ela era portuguesa, culta, leitora de autores franceses, ingleses e alemães e irmã de um poeta português; além disso, ela era quatro anos mais velha que Machado de Assis. Alguns biógrafos apontam que Machado não fora bem aceito pela família de sua esposa, e que o casamento deles só ocorreu porque Carolina já tinha tido decepções amorosas em Portugal e, por causa delas, veio para o Brasil. Na visão de Mailde Jerônimo Trípoli (2006, p. 85), essa é uma inclinação de alguns estudiosos para aumentar a dramaticidade da vida de Machado e para enfatizar como ele sofreu preconceito na sua condição de negro. O autor conhecia as condições sociais desvantajosas muito bem em seus relacionamentos cotidianos, e as estruturas sociais que definiam essas relações de poder são tema central deste estudo.

A opinião de Machado de Assis em relação à escravidão é um assunto controverso. Ele testemunhou o fim dessa instituição no Brasil pós-colonial, em 1888. Em sua carreira de funcionário público, uma posição que merece destaque foi na Diretoria da Agricultura, órgão em que ele chegou a diretor e que lidava com a política de terras e com a aplicação da Lei do Ventre Livre. O historiador Sidney Chalhoub (2003) recolheu pareceres redigidos por Machado de Assis nos quais ele se dedicou a fazer cumprir a liberdade dos filhos de escravizados que nasceram depois de 1871, ano de publicação da Lei do Ventre Livre. A exigência da realização de matrícula de todos os escravizados foi uma determinação muito contestada pelos senhores, pois os escravizados não matriculados seriam considerados livres;

e a fiscalização estaria incumbida ao Ministério da Agricultura. Chalhoub defendeu que a atuação de Machado como funcionário era a de favorecer os escravizados, quando a causa era a liberdade.

Na concepção de Lúcia Miguel-Pereira, quando começou a trabalhar para o governo, Machado de Assis adotou posicionamentos mais comedidos. Para a biógrafa, as poucas linhas que ele escreveu na edição de *A Gazeta* dedicada à libertação antecipada dos escravos no Ceará, em 1884, significam uma postura medrosa. Ele escreveu laconicamente que o Ceará é uma estrela; é que o Brasil deveria ser um sol (MIGUEL-PEREIRA, 1936, p. 86).

Lúcia faz uma espécie de cobrança que outros autores fizeram, afirmando que Machado se identificou com a vida da elite o quanto pôde dentro das barreiras de alguém que era negro e tinha sido pobre, e argumentando que Machado precisava ter sido abolicionista de forma mais explícita. Outros autores que veicularam esse tipo de análise foram Augusto Meyer (1952), Lima Barreto (1956) e Ironides Rodrigues (1997). Por outro lado, há autores como Roberto Schwarz (2000b), John Gledson (2006), e o já citado Sidney Chalhoub (2003) que viam nos textos de Machado muitas possibilidades de crítica às injustiças de seu tempo.

Mailde Trípoli (2006, p. 87) apresenta quatro fases pelas quais as biografias de Machado de Assis passaram. Na primeira enfatizou-se o estilo sóbrio, o humor e a ironia de Machado; na segunda, autores como Lúcia Miguel-Pereira e Mário Matos contaram a trajetória de Machado com enfoque psicológico, destacando sua ascensão social e sua ambição; na terceira, voltando-se para um ângulo sociológico, autores como Barreto Filho e Roger Bastide tenderam a olhar para a obra como um documento, mas tiveram o grande mérito de reconhecer que o escritor percebeu e se preocupou com a realidade nacional. Na quarta fase, à qual aderimos, Roberto Schwarz e John Gledson, entre outros, vêm tentando estudar a obra de Machado mais como obra literária do que como chave de entendimentos e suposições extratextuais.

Acreditamos que um tipo de olhar em retrospecto costuma exagerar nas possibilidades de interpretação. É fato que o autor teve uma ascensão social admirável e beneficiou-se de amizades influentes para exercer seu trabalho e para difundir seus textos, mas é descomedido e infundado afirmar que ele ocultou sua origem pobre, sua etnia mestiça e “branqueou-se” intencionalmente para conquistar uma posição de prestígio. Em sua certidão de óbito, Machado foi descrito como branco<sup>6</sup>; se era assim que ele se via, se ele pensava sobre isso, se

---

<sup>6</sup> Programa Ilustríssima Conversa da Folha de São Paulo, entrevista com o professor de Literatura da USP Hélio de Seixas Guimarães veiculada em 7 de setembro de 2019, disponível no podcast da Folha de São Paulo.

foi a sua notoriedade que levou a essa classificação, todas são perguntas sem resposta; são interrogações que surgem entre os intelectuais contemporâneos, a despeito de serem imponderáveis.

Uma passagem interessante sobre isso aponta que os intelectuais de sua época, como Joaquim Nabuco, o viam como branco. O amigo de Machado trocou carta com José Veríssimo em 1931 e disse o seguinte (NABUCO, 1908, p. 164; grifo do original):

Seu artigo no Jornal está belíssimo, mas esta frase causou-me um arrepio: ‘Mulato, foi de fato um grego da melhor época’. Eu não teria chamado o Machado *mulato* e penso que nada lhe doeria mais do que essa síntese. [...] A palavra não é literária e é pejorativa, basta ver-lhe a etimologia. Nem sei se alguma vez ele a escreveu e que tom lhe deu. O Machado para mim era um branco, e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isto em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu só vi nele o grego. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferiria o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens.

Pretendemos estabelecer uma análise literária do legado de Machado de Assis, evitando incluí-lo em uma conformação de movimentos sociais que demandou um tempo e um processo histórico que o autor não experienciou. Essa postura não desvaloriza o posicionamento político que Machado de Assis revelou em suas opções por temas, personagens e, principalmente, em suas escolhas do que foi lido como escárnio, sátira e assombro naquela sociedade que ele traduziu para a literatura.

Algum consenso no relato da produção de Machado de Assis existe sobre suas primeiras obras serem uma desestabilização das concepções de romance (GUIMARÃES 2008, p. 29; WERKEMA, 2016, p. 12) e sobre ele ter um auge a partir da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881 (SCHWARZ, 2000b, p. 8). O estilo de Machado de Assis é caracterizado pelos críticos como sóbrio, elegante, irônico. O aspecto que se deseja enfatizar aqui é a provocação ao leitor, uma distinção radical em relação ao sentimento que o romantismo buscava despertar em seu público. Como se Machado não oferecesse uma compreensão formada para a apreciação do leitor, ele produzia, com sua escrita, um espelho para a reflexão de quem lê. Silvano Santiago (2000, p. 30) afirma que

O romance de Machado é antes de tudo um romance ético, onde se pede, se exige a reflexão do leitor sobre o todo. No caso específico de *Dom Casmurro*, identificar-se com Bentinho ou com Capitu, é não compreender que a reflexão moral exigida pelo autor requer certa distância dos personagens e/ou do narrador, aliás a mesma distância que Machado, como autor, guarda deles.

Esse distanciamento permite múltiplas interpretações e deixa o leitor em uma posição que pode oscilar desde a perplexidade à indiferença diante daquela exposição calculada do comportamento humano. Há calculismo e objetividade no estilo da ficção de Machado de Assis, mas não há pré-julgamentos que possam ser feitos antes de um cismar individual, particular de cada um; a subjetividade é responsabilidade toda do leitor. Principalmente em seus livros com personagens narradores, como *Brás Cubas* e *Bentinho*, Machado de Assis transformou a técnica de narrar ao atribuir protagonismo ao leitor na criação de sentido, e essa inovação foi além das marcas do realismo e do naturalismo. Se por um lado essas tendências procuravam estabelecer uma ilusão de realidade com a linguagem direta, a objetividade e as temáticas da sociedade letrada das cidades, Machado de Assis, por outro lado, permite ao leitor diversos olhares para uma narrativa.

A forma como os narradores intervêm nos desdobramentos da história é digna de destaque tanto em Camilo quanto em Machado. O primeiro queria dar credibilidade aos eventos narrados por meio das intervenções de um narrador que esteve nos lugares onde os personagens estiveram, Machado teve seu estilo de recorrer a narradores personagens exatamente para fazer o contrário: retirar a credibilidade dos eventos narrados. (SCHWARZ, 2000b, p. 17).

Camilo usava a credibilidade do narrador para construir uma ilusão de verossimilhança e para aproximar-se do leitor, que poderia imaginar os personagens em locais familiares. Essa escolha possibilitava passar uma sensação de identificação e de compreensão das vivências daqueles homens e mulheres que Camilo inventou. Em Machado de Assis, o recurso a um narrador, como o de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que se diz morto, é um desafio à compreensão do leitor: ele teria escrito em vida e imaginado as cenas depois de sua morte, como o seu próprio enterro? Machado teria concebido um narrador fantasma? Essas perguntas podem ser consideradas inúteis, curiosas, engraçadas, patéticas, etc. Em *Dom Casmurro*, ao apresentar apenas uma perspectiva do que aconteceu com os personagens, Machado também provocou seus leitores, e os entendimentos e elaborações sobre o ponto de vista de Bentinho nunca serão definitivos.

Em “Um mestre na periferia do capitalismo”, Roberto Schwarz (2000b) analisou as características e o contexto social dos romances considerados como o esplendor da escrita de Machado de Assis. Segundo Schwarz, o livro que marcou a transição da primeira fase para esse auge foi *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, sendo a técnica de narrar essencial para compor a originalidade de Machado de Assis. O modo como Brás escolhe seus temas e seus

referenciais políticos, filosóficos e teológicos e, principalmente, a frequência com que ele muda desses assuntos para as anedotas vividas e depois retoma uma reflexão profunda são mais um exemplo dessa retirada de credibilidade que Machado de Assis fazia com seus narradores personagens.

Muitos leitores e críticos se ocuparam de entender o que Machado de Assis poderia querer transmitir nas entrelinhas, no subentendido e na ironia de sua escrita; mas as oscilações de Brás Cubas parecem mostrar um personagem vaidoso, que demonstrava reflexão e erudição, que sustentava tanto a ciência quanto a filosofia do inconsciente, que citava a Bíblia e comparava a forma de contar sua biografia com a narrativa sobre a vida de Moisés, enfim, que não parecia ter bom senso ou se preocupar com fazer sentido. Será que Machado de Assis tinha uma agenda por trás desse narrador personagem para transmitir alguma reflexão crítica ou apreciação da sociedade do século XIX? Seria imprudente acreditar que existiu essa agenda definitiva nas inspirações de Machado e mais temerário ainda tentar revelar esses supostos objetivos secundários sem um posicionamento explícito do próprio Machado de Assis.

Compartilhamos da análise de Schwarz (2000b, p. 35), para quem, fiando-se no texto das memórias póstumas, Brás é um exemplo de como Machado foi capaz de identificar as oscilações da mente humana, como se o ser humano fosse incapaz de se fixar apenas à realidade; ele eventualmente dispersa para a imaginação, e o personagem faz diversas afirmações generalistas de cunho filosófico, que servem para fazer postulados universalistas, genéricos e acrílicos sobre a vida. Brás Cubas tem uma posição de exibicionismo, mas de posicionamento inócuo. É uma atitude conservadora, mas não se pode afirmar categoricamente que era a intenção de Machado de Assis criticar abertamente esses aspectos sociais de superficialidade e de apatia através da criação do narrador Brás Cubas.

Segundo Pedro Meira Monteiro (2008, p. 40), as narrativas de Machado são autoconscientes ou metanarrativas, mas elas não têm compromisso com promover a reflexão do leitor ou intenção didática de transmitir uma mensagem ou de educar em uma certa apreciação literária. Há um compromisso com o texto pelo texto, como se a plenitude da composição dos personagens, de suas reações e pensamentos fossem o ápice da narrativa. Acrescentamos a essa interpretação que a reflexão crítica profunda sobre os comportamentos humanos e sobre as estruturas sociais podem sim ser aprimoradas com a leitura de Machado de Assis, mas ele as deixou como possibilidades para o olhar do leitor.

Em "Pai contra Mãe", não há um narrador personagem que desconstrua a perspectiva com seu envolvimento emocional, mas um movimento importante na narrativa é a transição do prólogo, em que esse narrador onisciente, em terceira pessoa, demonstra um calculismo e uma indiferença em relação às ferramentas e à barbárie, supostamente inerentes à civilização. Esse trecho é marcado por uma escrita descritiva. Machado de Assis detalha todo o aparato de tortura e depois muda o ritmo, passando a narrar as vivências de um dos trabalhadores envolvidos em manter a ordem escravocrata, e o clímax, em um evento de extrema crueldade, como se se tratasse de uma contingência: "Nem todas as crianças vingam [...]" (ASSIS, 1975 [1906], p. 59).

Machado foi visto por seus contemporâneos como um escritor universalista, interessado em filosofia e em grandes questões humanas; portanto, para alguns críticos da sua época, estaria distante das questões sociais e desvinculado da realidade nacional. Com o passar do tempo, ele se consolidou como um símbolo da literatura nacional, mesmo sem fazer referências explícitas às matrizes étnicas da população, como os americanos nativos, os portugueses e os africanos escravizados; além disso, ele também não destacava a paisagem, a fauna e flora brasileiras, como José de Alencar. Os aspectos da nacionalidade brasileira que Machado retratou com originalidade eram menos concretos.

“Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade” (ASSIS, 1873) foi publicado pela primeira vez no periódico *O Novo Mundo*. Esse jornal em que Machado falou da nacionalidade na Literatura Brasileira era muito diferente do que hoje entendemos por imprensa. Havia perfis de militares, muitas matérias não vinham assinadas, outras matérias eram desenhos de paisagens longínquas, como Havana, em Cuba <sup>7</sup>, e a pirâmide Quéops, no Egito<sup>8</sup>; havia também cenas bíblicas ricamente desenhadas, como Jesus curando os doentes <sup>9</sup> e matérias favoráveis ao liberalismo, criticando a Igreja Católica.

Nos chama atenção uma matéria que pode oferecer uma perspectiva sobre os valores culturais daquele momento. Em *O Novo Mundo* de 23 de outubro de 1873, na página 2, uma matéria de autoria anônima se chamava “Os últimos descobrimentos na Africa” e afirmava<sup>10</sup>:

Outra nação que desde alguns anos toma parte activa nos trabalhos da civilização, o Egipto, marcha com passo firme para a conquista material e moral das reconhecidas regiões interiores da Africa [...] o pequeno corpo de tropas com que empreendeu

---

7 *O Novo Mundo*, 24 de novembro de 1873, p. 24.

8 *O Novo Mundo*, 24 de novembro de 1873, p. 25.

9 *O Novo Mundo*, 24 de novembro de 1873, p. 1.

10 A grafia original foi mantida.

sua expedição o moderno herói constava a princípio de 1,645 homens que muito breve ficou reduzido a menos de um terço, por causa da indisciplina dos soldados e das machinações dos mercadores de escravos estabelecidos em Fatiko, e que estendendo sua influência por uma superfície de 90,000 milhas quadradas se opunham tenazmente a que o escasso contingente de Sir Baker entrasse o território donde tiram sua provisão para os mercados.

Percebe-se que, naquele ano, havia uma distinção clara entre as culturas que estavam realizando uma missão civilizadora e as culturas que deveriam ter suas práticas extintas. Os traficantes de escravizados africanos foram retratados como os vilões e a África tinha suas últimas regiões tomadas pelas nações que a colocariam no rumo do progresso. No Brasil, os autores românticos, como Gonçalves Dias e José de Alencar, dedicavam-se a criar uma literatura que elevaria o país, colocando-o entre as culturas civilizadas.

Alguns meses antes, em março de 1873, Machado de Assis escreveu sobre essa literatura em construção naquele periódico, repleto de exotismo. O autor soube adequar suas colocações ao suporte em que publicou “Instinto de nacionalidade”. O instinto a que Machado se refere em seu artigo era característica de todas as formas literárias produzidas no Brasil buscarem “vestir-se com as cores do país” (ASSIS, 1959, p. xxii). Os leitores do periódico tinham contato com outras regiões do mundo através dos desenhos; eles provavelmente se interessavam pelas “cores” de outras regiões, e Machado queria aprofundar a percepção do que se tinha como os traços da cultura nacional. Esse público, que consumia conteúdo sobre os rumos da civilização e das nações, poderia receber positivamente as ideias de Machado de Assis. Ele afirmou:

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe (ASSIS, 1959, p. 816)

Machado faz essa crítica sempre citando os autores, como José de Alencar, Varnhagen e Gonçalves Dias, de modo reverente e respeitoso; entretanto, ele defendia que a literatura nacional se desenvolveria com o tempo e que esse excesso de cores demonstrava uma pressa para estabelecer um cânone, algo que demandava mais paciência e tempo.

Machado expôs seu parecer sobre a literatura brasileira e, de forma muito inovadora para a incipiente crítica daquele tempo, conseguiu perceber que a ela não tinha compromisso obrigatório com a cultura dos nativos americanos. A qualidade literária e um cânone literário brasileiro se estabeleceriam através da habilidade dos escritores em transformar um tema em

poesia ou em algo que merecesse admiração, não na simples escolha de um assunto em si. Na verdade, analisar essa posição de Machado de Assis, os temas e o público de sua época indica outro percurso para analisar “Pai contra mãe” e para entender o Brasil retratado no conto.

Esse artigo foi publicado novamente em outros jornais como *A Reforma*, do Rio de Janeiro, e no *A Reforma*, de Porto Alegre. Os jornais em que o artigo reapareceu tinham em comum com *O Novo Mundo* o fato de serem progressistas e de defenderem os ideais republicanos e abolicionistas. A recepção do artigo foi a de que ele era uma crítica original da parte de Machado ao identificar o estado da literatura nacional. José Veríssimo (1913, p. 2) afirmou que

Machado de Assis, sem faltar à justiça, antes fazendo-a rigorosa e boa, aos fundadores da nossa literatura nacional, apontava com segurança os pontos fracos ou duvidosos de certos conceitos literários aqui dominantes, e com fino tato emendava o que neles lhe parecia errado, aventando opiniões que então, em 1873, eram de todo novas.

Entretanto, Atílio Bergamini (2013), que estudou as publicações da imprensa liberal em que “Instinto de Nacionalidade” circulou, aponta que o artigo dialogava com ideias já veiculadas nos periódicos, como a demanda por uma crítica literária mais minuciosa e a desaprovação da cor local como critério predominante de avaliação da literatura. Isso demonstra a capacidade de análise e de síntese das ideias que Machado foi capaz de realizar nesse texto de crítica literária judiciosa, que ele pedia e exemplificava como fazer.

A sociedade brasileira do século XIX e seus aspectos de adesão à cultura europeia com as peculiaridades das elites foram descritos por Machado de Assis com aquela habilidade para transformar em surpreendente qualquer assunto. A história pode explicar esses adjetivos. A conquista da independência política do Brasil, apesar de representar um movimento de autonomia da burguesia agroexportadora, deixou traços fortes do conservadorismo das instituições coloniais. A emancipação modificou a grande política e as relações internacionais, mas não transformou-se em liberdade para todos os indivíduos, ou seja, a agricultura voltada para o mercado externo, as grandes propriedades rurais, a dependência de um comércio externo em posição desfavorável, os senhores, os escravizados e o seu comércio permaneceram intactos. A manutenção dessas estruturas veio acompanhada de ideologias muito particulares.

Alfredo Bosi (1992) abordou essas transformações em *Dialética da Colonização*. A literatura contribuiu para a construção do discurso apaziguador entre o Brasil independente e a ideologia ocidental civilizadora de matriz cristã. O nacionalismo indigenista de José de

Alencar em *O Guarani* e em *Iracema* exemplificam como a identidade brasileira foi concebida por esse autor da primeira fase do romantismo como submissa ao colonizador europeu. Embora houvesse um processo de ruptura com a metrópole portuguesa e empenho em criar enredos e personagens brasileiros, Peri e Iracema foram descritos como vassallos e fiéis aos seus colonizadores. Há uma submissão irrestrita nas escolhas de vida dos personagens índios, que pedem para serem rebatizados como cristãos e deixam suas famílias para dedicarem-se aos homens brancos. E os colonizadores, como o pai de Ceci, em *O Guarani*, deveriam saber identificar nos nativos as virtudes como a altivez e a grandeza, que os aproximavam dos homens brancos (BOSI, 1992, p. 189).

Bosi fala de um complexo sacrificial através do qual Alencar propunha para os fracos (colonizados) alcançarem a nobreza através de uma imolação espontânea e sublime; essa era uma saída parecida com a visão de religião do amor romântico de Camilo Castelo Branco, consoante a qual apenas a morte e a entrega completa são capazes de libertar os seres humanos sensibilizados pelo amor romântico de sacrifício.

Depois do fim do pacto colonial, ainda antes da independência, uma outra ideologia de identificação com a Europa ganhou adesões em termos políticos e econômicos: o liberalismo. Ele foi adaptado o máximo possível às instituições engessadas do Brasil. A burguesia agroexportadora apoiou Dom Pedro I na proclamação da independência, quando os portugueses queriam restringir o comércio ao exclusivo colonial novamente. Após a independência, os diferentes partidos políticos defendiam o ideário liberal para a economia e alternavam-se na política com leis que conferiam mais autonomia ou menos autonomia às províncias, conforme surgia a necessidade de o exército monárquico repreender as revoltas locais.

As burguesias agrárias brasileiras, com as instituições políticas sob controle, passaram a ter como obstáculo o controle inglês do mercado internacional através do poder de exigir leis antiescravistas (BOSI, 1992, p. 210). Os cidadãos qualificados para votar, que eram homens adultos, proprietários de terras ou de rendas mínimas, contemporizavam e filtravam os aspectos convenientes da do pensamento de Adam Smith. Nos debates parlamentares, foram alegados diversos argumentos para o adiamento da vigência das leis antiescravistas, afirmando-se que o Brasil precisava ter suas diferenças no modo de produzir e de participar nos mercados respeitadas e que a unidade e a soberania nacionais significavam autonomia em relação à influência inglesa. A retórica desse liberalismo à brasileira defendia os princípios

em comum com o “laissez-faire” europeu: direito à propriedade e ao livre-comércio. A diferença brasileira era a ênfase na liberdade de vender e de comprar pessoas sem liberdade.

O consenso sobre o significado de progresso e de civilização e sobre o modo de produção assalariado ser mais racional e eficiente do que o escravista chegaram também ao Brasil (BOSI, 1992, p. 224); mesmo assim, não houve pressa para colocar essa ideologia em prática. Acordos foram feitos com os ingleses (1815, 1817, 1823) e a captura de navios que transportavam escravizados exercia pressão no governo brasileiro. Em 1831, a monarquia estabeleceu normas para o fim do tráfico (TRÍPOLI, 2006, p. 28), mas os comerciantes desrespeitavam as leis e as autoridades deixavam as infrações passarem despercebidas. Somente em 1850 o tráfico no Atlântico foi oficialmente extinto, mas a lei também foi burlada e o comércio interno de escravizados continuou.

Essa forma dissimulada das elites brasileiras de pensar, de se manifestar e de agir foi evidenciada na obra de Machado de Assis. Silviano Santiago falou da retórica da verossimilhança que personagens como Félix de *Ressurreição* e Bentinho de *Dom Casmurro* usam para justificar e validar suas imperfeições de caráter. Bentinho separou-se de Capitu, afastou-se do filho e desejou a morte dele. Félix desistiu de casar com Lúvia porque era possível que ela fosse infiel. Eles demonstraram ser capazes de, ao argumentar por suas causas, se desligar completamente da realidade, acreditar no valor absoluto da retórica e usar como principal referência não a compreensão do emissor, mas o discernimento do receptor. O ponto de partida para suas ideias deixou de ser o fato e passou a ser o factível, admissível. Essa era a mesma habilidade que os escravocratas tinham para defender a escravidão. Ao analisar *Dom Casmurro*, Santiago elabora a posição de Bentinho: “Sua reconstituição do passado é egoísta e interesseira, medrosa, complacente para consigo mesmo, pois visa a liberá-lo dessas ‘inquieta sombras’ e das graves decisões de que é responsável” (2000, p. 39). Acreditamos que essa é a mesma capacidade que os oligarcas brasileiros tinham e ainda têm e que Machado de Assis revelou seus procedimentos de raciocínio, entranhados na cultura do Brasil.

Uma exemplo dessa autocomplacência está presente em “Pai contra Mãe”. Cândido não tem conflito sobre matar a criança de outra pessoa para salvar seu filho da roda; essa é uma forma de pensar autocentrada e condescendente. Ele afirma para si mesmo: “nem todas as crianças vingam [...]” (ASSIS, 1975 [1906], p. 59), o que é um fato, verossímil o suficiente para ele seguir aliviado de volta para casa com o seu filho. A responsabilidade do próprio Cândido no aborto e na morte do filho de Arminda, a realidade diante dele e que ele ajudou a

criar, nem passou pelos pensamentos do protagonista. Ele decidiu ignorar o que a mulher contou sobre a crueldade do seu senhor, que certamente a puniria. Se os eventos narrados ocorreram por volta de 1856, antes da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), Cândido sabia que o bebê da escravizada seria outro escravizado, portanto, propriedade do senhor. Não se estabelece relação de identificação entre o filho dele e o de Arminda, como duas crianças merecedoras da proteção dos pais. As fugas dos escravizados significavam um desrespeito muito preocupante à ordem escravocrata naquela época (TRÍPOLI, 2006, p. 51), então Candinho sentiu-se à vontade de retribuir a afronta da escravizada com a eficiência do seu trabalho e a desumanidade da captura.

Candinho tinha como opção, ainda, deixar aquela escravizada fugida passar, voltar para casa com seu bebê, contar à Clara e à Mônica que seu alvo estava grávida, esperar que elas compreendessem e se sensibilizassem e prometer arrumar dinheiro em breve. Era uma motivação bastante forte para Clara, uma mulher generosa, entender e esperar mais um pouco. Mas o desespero de Cândido não o fez cogitar essa opção. A Tia Mônica era a principal responsável pela ansiedade dele.

Tia Mônica teve arte de alcançar aposento para os três em casa de uma senhora velha e rica, que lhe prometeu emprestar os quartos baixos da casa, ao fundo da cocheira, para os lados de um pátio. Teve ainda a arte maior de não dizer nada aos dous, para que Cândido Neves, no desespero da crise começasse por enjeitar o filho e acabasse alcançando algum meio seguro e regular de obter dinheiro; emendar a vida, em suma. (ASSIS, 1975 [1906], p. 56)

Sendo ele e Clara os pais da criança, a decisão de entregá-la para adoção não deveria ser da tia. Mas o julgamento, a manipulação e a intromissão de Mônica são mais fortes do que o bom senso na escolha de Cândido. O papel familiar do homem como único provedor e responsável pelo bem estar da esposa e do filho exerce um peso muito forte sobre Candinho, através da maldade de Mônica.

A motivação de vida dos personagens realistas de Machado, muitas vezes, está vinculada ao prestígio social. Os cuidados com a opinião alheia e com a honra pessoal são características dos personagens Félix, Bentinho, Brás Cubas e representam a atitude dos representantes da oligarquia brasileira. Nos enredos do autor, frequentemente, essas preocupações levam os protagonistas a tomar decisões que tornam suas vidas sem sentido e estéreis. Em *Dom Casmurro*, em *Ressurreição* e em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, o personagem principal busca a afeição de uma mulher, mas veleidades sociais e motivações superficiais os desencorajam de ter um relacionamento próspero. Bentinho manda

Capitu embora e é incapaz de amar seu filho por causa dos seus ciúmes e de, aparentemente, ter sido enganado pela esposa e por seu amigo. Félix não se casa com a viúva Lívia por causa de uma carta com falsas acusações sobre ela: ele acredita que, se a viúva era capaz de apaixonar-se novamente, ela também seria capaz de cometer adultério. Brás Cubas não se casa com Eugênia porque ela era bastarda e coxa: “a piedade, que me desarmava ante a candura da pequena, e o terror de vir a amar deveras, e desposá-la. Uma mulher coxa” (ASSIS, 1998, p. 129); ele quis se casar com Virgília, bela, que tinha parentes na política mas que escolhe casar-se com Lobo Neves; posteriormente, ela reencontra Brás Cubas e, não querendo abrir mão de seu casamento e prestígio, tem um relacionamento extraconjugal com ele. A “satisfação social” desses personagens e a de Candinho é inseparável de uma “inviabilidade moral” (SCHWARZ, 2000b, p. 46), e essa inalcançável conformidade moral é atenuada por uma ideologia hipócrita do núcleo familiar.

A capacidade de Machado de Assis de enxergar essas ambiguidades de caráter e de retratá-las em seus personagens fez a perspectiva do autor tão relevante para a literatura brasileira. A partir do final dos anos 30 do século XX, a imagem de um grande autor brasileiro se consolidou na crítica. Na biografia que Silvio Romero escreve sobre Machado de Assis, já há uma sensibilidade desenvolvida *a posteriori* sobre porque Machado de Assis ficou conhecido e porque isso é motivo de engrandecimento da literatura nacional. Em suas palavras:

O espírito nacional não está estritamente na escolha do tema, na eleição do assunto, como se costuma supor. Não é mais possível hoje laborar em tal malentendu. O caráter nacional, esse quid quase indefinível, acha-se, ao inverso, na índole, na intuição, na visualidade interna, na psicologia do escritor. [...] Seus romances, seus contos, suas comédias encerram vários tipos brasileiros, genuinamente brasileiros, e ele não ficou, ao jeito de muitos dos nossos, na decoração exterior do quadro; mais penetrante do que muitos desses, foi além, e chegou até a criação de verdadeiros tipos sociais e psicológicos, que são nossos em carne e osso, e essas são as criações fundamentais de uma literatura. (ROMERO, 1960, p. 1502)

Machado de Assis foi precursor de influências artísticas que se estabeleceram até mesmo depois do Realismo, tendências que desmontam as relações anteriormente vigentes entre autor, narrador e leitor. Machado enfatizou o aspecto de artifício envolvido no processo de escrita para o leitor. Segundo Kunz e Saraiva (2011, p. 77) “como outros escritores que privilegiam a metaficcionalidade, ele antecipa, em sua escritura, discussões teóricas do século XX que enfatizam o papel do leitor como uma das estratégias de composição do texto”.

Em *Memorial de Aires*, há muitos elementos que permitem a associação entre o autor real, Machado de Assis, e o personagem que escreve os diários, o Conselheiro Marcondes Aires: o nome Aires tem o mesmo número de letras de Assis, e as iniciais do livro “**M**emorial de Aires” são também as iniciais do nome do autor, “**M**achado de Assis”. O livro foi publicado no mesmo ano em que Machado de Assis morreu, 1908 – quatro anos depois da morte de sua esposa, Carolina. A principal linha narrativa é sobre o casal Carmo e Aguiar, que mantêm uma união próspera de 25 anos. A felicidade deles é partilhada por amigos que sempre os visitam, mas o casal não teve filhos e lamenta esse fato. Por esse motivo, Carmo e Aguiar têm muito carinho por seu afilhado, que se formou em Medicina. Da mesma forma, Machado de Assis e Carolina tiveram uma união duradoura e saudável por 35 anos. Há duas passagens em *Memorial de Aires* que gostaríamos de destacar.

O escritor deixou uma espécie de testemunho sobre a escravidão; não ousamos atribuí-la ao próprio Machado, por todas as questões de artifício e de distanciamento dos personagens que já discutimos, mas a capacidade do autor para transpor um posicionamento assim em texto já é interessante o suficiente. As declarações do conselheiro Aires sobre a abolição expressam que era melhor se a instituição da escravidão nunca tivesse existido:

Enfim, lei. Nunca fui, nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da regente. [...] Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia (ASSIS, 1975 p. 96).

Por outro lado, quando o conselheiro relata a notícia da abolição, ele também se alegra com o fato de ter recebido uma carta de seu afilhado e diz: “não há alegria pública que valha uma boa alegria particular” (ASSIS, 1975, p. 97). Nesse sentido, Machado traduz novamente o egoísmo que os indivíduos são capazes de sentir: mesmo sendo a favor da abolição, Aires ainda fica mais contente com um evento que só beneficia a ele e a sua esposa.

O sentimento individualista é o fio condutor de “Pai contra mãe”. O autor narra a trajetória de Cândido em sua busca por emprego e por garantir o sustento de sua família. Arminda é uma personagem secundária, apenas o objeto de trabalho do protagonista. Ainda assim, a situação da mãe em uma situação de desamparo em disputa com o personagem principal define o clímax do conto. Em uma de suas poesias, Machado de Assis colocou a mãe escravizada e desamparada como a personagem principal, e é possível alcançar uma

outra perspectiva do olhar do escritor para o egoísmo dos dominadores e as consequências para a mãe em desamparo.

A poesia em questão chama-se “Sabina” e foi publicada em 1875, na coletânea *Americanas*. Os poemas têm traços do romantismo indigenista e uma homenagem encomendada a José Bonifácio, considerado herói nacional da independência. Para situar Machado em meio a influências do romantismo e da temática dos escravizados, apontamos que as poesias abolicionistas de Castro Alves, como *Vozes da África* e *O navio negreiro*, foram publicadas em 1868 e em 1880, respectivamente. “Sabina” foi publicada entre essas duas referências; por volta de 1880, Machado publicava a coletânea de poesias *Ocidentais*. Nesse livro, Machado homenageia José de Alencar, traduz Shakespeare e Edgar Allan Poe; sua poesia não se assemelha à composta por Castro Alves, relatando o sofrimento da escravidão. Na prosa, por outro lado, ele publicaria as *Memórias* em 1881, em que já tinha seu estilo realista.

“Sabina” é o título do poema e é uma referência a mulheres que eram violentadas pelos romanos (DUARTE, 2009, p. 15). A Sabina brasileira era uma jovem escravizada, de vinte anos, que não frequentava a senzala e não fazia trabalho rude, tinha sido amiga da sinhazinha e convivia nas salas da casa grande (ASSIS, 1994 [1875], p. 137). Ela era admirada pelos hóspedes e por outros homens, mas era apaixonada pelo filho do senhor, Otávio, estudante de direito. Um dia, quando Sabina estava banhando-se no rio, Otávio a vê e a seduz. O sinhozinho volta aos seus estudos, longe da fazenda, e Sabina vive a gravidez sozinha. Ela torna-se alvo de chacota, motivando comentários cruéis feitos pelos outros escravizados sobre cativos que ficam orgulhosos e com modos de senhores.

Sabina é mãe; o sangue livre  
 Gira e palpita no cativo seio  
 E lhe paga de sobra as dores cruas  
 Da longa ausência. Uma por uma, as horas  
 Na solidão do campo há de contá-las,  
 E suspirar pelo remoto dia  
 Em que o veja de novo... Pouco importa,  
 Se o materno sentir compensa os males.  
 Riem-se dela as outras; é seu nome  
 O assunto do terreiro. Uma invejosa  
 Acha-lhe uns certos modos singulares

(ASSIS, 1994 [1875], p. 140-141)

Quando Otávio volta da cidade para visitar, traz sua nova esposa, todos da fazenda festejam e ele ignora Sabina. Devastada, ela pensa em se afogar no rio, mas desiste porque “vence o instinto de mãe” (ASSIS, 1994 [1875], p. 142).

No poema, a natureza é a espectadora dos sofrimentos de Sabina. O rio recebe suas lágrimas quando ela cede a Otávio; a lua a vê fazer quando desiste do suicídio, e o vento escuta seus suspiros, sem contá-los para a aurora (ASSIS, 1994 [1875], p. 142). Entre os seres humanos, Sabina só encontrou hostilidade e abuso do seu corpo; no campo, ela não encontra amparo, mas é como se fosse o mais próximo de um amigo verdadeiro que teve, pois o vento não fez difamação. Essas imagens da paisagem nos remetem ao amor de Josefa e de Antônio, que só podia ser livre na natureza, nas matas, nos montes, nas “alcovas de ramagens” (BRANCO, 2006 [1890], p. 16); também remetem à cena crucial em que a beira do rio Tâmega, uma moita de álamos, salgueiros e as raízes das árvores testemunham com o moleiro Luís o afogamento de Josefa.

A natureza se contrapõe à civilização e à cultura com as regras sociais. Em “Sabina”, a cultura implicava que a escravizada não seria aceita como a mãe legítima de um filho de Otávio e os outros escravizados se afastaram dela por julgarem-na orgulhosa. Machado de Assis descreve os personagens Sabina e Otávio por meio de antíteses: quando fala do sinhozinho ele cita os livros, a arma que carregava no campo, o pergaminho, o legislador; quando fala de Sabina, o autor menciona o véu da noite, as flores, o rio. Esses são alguns exemplos da versatilidade do autor, que também falava de natureza e também escreveu poesias de temática da última geração romântica, engajada e abolicionista. No entanto, Machado de Assis, em “Sabina”, também incluiu a volubilidade dos dominantes e a indiferença desses oligarcas ao sofrimento que a escravidão causava nas relações sociais do cotidiano. De acordo com Mailde Jerônimo Trípoli (2006, p. 116), Sabina foi vítima também de uma violência sutil por parte dos senhores; a falsa benevolência dos senhores com os escravizados servia mais para amenizar a tensão do estado de relações de permanente coação.

Autores que se declaravam abolicionistas, como Bernardo de Guimarães, que publicou *A Escrava Isaura* em 1875, mesmo ano de “Sabina”, descreviam os escravizados de maneiras muito diferentes da que Machado usou justamente por causa daquela tensão. A “Escrava Isaura” tinha a pele e os olhos claros, era elogiada por sua cultura. Mas, no mesmo livro, o autor fala do tamanho da testa do negro que indica estupidez (GUIMARÃES, 2015, p. 115). Joaquim Manuel de Macedo (TRÍPOLI, 2006, p. 52), outro autor abolicionista, escreveu *As Vítimas Algozes* em 1869, romance que almejava defender a tese de que a escravidão

precisava acabar e que ela deturpava a sociedade. O abolicionismo estava claro nessa defesa, mas Joaquim Manuel de Macedo acreditava também que os escravizados tinham instintos ferozes naturais e os descrevia como monstruosos, como se eles fossem os responsáveis pela deturpação.

A tese defendida por Macedo nesse romance quase naturalista recorria ao terror para pintar a instituição da escravidão. De acordo com Luciene Pavanelo (2013, p. 195), essa obra

Feita para convencer o leitor da necessidade urgente da abolição da escravatura – o que por si só, a nosso ver, já configuraria um propósito humanista –, a obra apela não para a compaixão do seu leitor, o senhor de escravo – algo que surtiria pouquíssimo efeito, pois a base da própria instituição escravocrata é erigida pela ausência de tal sentimento –, mas para o temor de que os escravos se voltem contra ele [...]

O autor queria convencer os proprietários de escravizados que eles precisavam contribuir com os governantes no processo de abolição, e ele, junto de muitos senhores, defendia a libertação gradual e uma indenização do governo paga aos senhores por escravizados libertados (TRÍPOLI, 2006, p. 53). Bernardo de Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo eram abolicionistas, mas isso não significava que eles enxergassem os negros escravizados como seres humanos para além dos estigmas que a escravidão atribuiu a eles.

José de Alencar era contra a abolição da escravidão e se manifestou abertamente em favor da instituição em suas cartas e em pronunciamentos na sua atuação como político. (ALENCAR, 2009). Por outro lado, ele escreveu alguns personagens negros humanizados. Em *O Tronco do Ipê*, de 1871, Pai Benedito mostrou que Alencar era capaz de descartar a fama de feiticeiro malvado imputada aos negros e atribuir essas crenças aos boatos que as beatas espalhavam. Pai Benedito foi descrito como um negro bom e bonito, que teve atuação importante junto de um dos protagonistas, salvando uma mulher (ALENCAR, 1964, p. 47). A personagem Joana, uma escravizada que é mãe natural de seu senhor, trabalha para pagar os estudos dele e no final sacrifica a liberdade e a vida pelo filho. Pode-se dizer que ela é a heroína da peça “Mãe”: generosa, abnegada, é uma homenagem do autor a sua própria mãe. Mas toda a vida de Joana é dedicada ao filho e senhor, e os eventos que orientam a narrativa são o casamento e o fim das dívidas do filho. José de Alencar é um exemplo de que nem todos os membros da elite que eram capazes de perceber os escravizados como seres dotados de humanidade e capazes de serem heróis românticos, se solidarizavam para querer a liberdade desses homens e mulheres.

Para além da literatura, as teorias raciais ganhavam força nos meios acadêmicos, faculdades de medicina e museus. Artigos de revistas científicas afirmavam a superioridade natural dos homens brancos sobre os negros (SCHWARCZ, 1993). A propriedade privada e as leis que autorizavam o controle sobre a vida dos escravizados estavam em processo de decadência; desse modo, a ideologia do racismo passou a legitimar, por meio do respaldo da ciência, a suposta naturalidade de os libertos continuarem trabalhando para os brancos, de não terem acesso à educação pública, de não poderem votar, enfim, de permanecerem em situação de carência e, por consequência, de servidão.

Muitos acontecimentos relevantes para a história do Brasil ocorreram durante a vida de Machado de Assis: a antecipação da maioridade de Dom Pedro Segundo (1840), a extinção do tráfico negreiro (1850), o fortalecimento do movimento abolicionista, a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da república (1889). Diante de todas essas mudanças fundadoras das instituições políticas brasileiras, Machado soube fazer arte e humor inspirado em uma realidade repugnante para os que tinham o discernimento que ele mostrou ter. Na opinião de Sidney Chalhoub (2003, p. 18-19), Machado fez uma

análise pormenorizada da vigência de uma hegemonia política e cultural, historicamente específica que informa e organiza a reprodução das relações sociais desiguais. Em outras palavras, uma política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes garante uma unidade de sentido à totalidade das relações sociais.

Se Machado de Assis nem sempre colocava os negros e escravizados como protagonistas, nem se declarou abertamente abolicionista, sua posição contrária à escravidão foi manifestada para os “bons leitores” para quem “meia ironia basta”. Ele criou personagens escravizadas que apareciam discretamente, mas a reflexão potencial a partir da interação com os livres podia ser profunda, como em *Ressurreição*, primeiro romance de Machado que tem apenas um negro: o moleque que trabalha como escravizado para Félix. Quando um visitante insiste resolutamente com o menino em contrariar as ordens de Félix, o moleque fica abalado e faz o que o visitante quer. O narrador justifica “O tom decidido do rapaz abalou o escravo, cujo espírito, costumado à obediência, não sabia quase distingui-la do dever” (ASSIS, 2009, p. 161). O que leva alguém a obedecer e o que leva alguém a cumprir seu dever? A força de outro ser humano ou a força da própria consciência e livre arbítrio?

Machado de Assis também criou personagens negros que, apesar de escravizados, não desejavam vingança e podiam ajudar os senhores sem ressentimentos. Esse foi o caso do escravizado Raimundo, que ajudou Iaiá e Jorge em seu noivado. O narrador comenta:

“Quaisquer que fossem as diferenças civis e naturais entre os dois, as relações domésticas os tinham feito amigos” (ASSIS, 1996, p. 15).

Outro personagem negro que chamou atenção foi Prudêncio, em “Memórias Póstumas de Brás Cubas”: quando era criança, Brás brincava de montar em Prudêncio e de tratá-lo como um cavalo. Os pais de Brás o repreendiam de forma condescendente por essa crueldade. Quando Brás está adulto, reencontra Prudêncio, agora liberto, batendo no seu próprio escravizado. Brás pede que Prudêncio perdoe o seu escravizado, a que Prudêncio obedece prontamente, dizendo: “Pois não nhonhô. Nhonhõ manda, não pede.” (ASSIS, 1998, p. 170); Brás Cubas chegou à conclusão que era uma forma de Prudêncio superar as chicotadas que tinha recebido e que poderia escrever um capítulo alegre com as reflexões que teve após ver essa cena de espancamento. Percebe-se aqui que Machado de Assis também retratou a violência dos negros contra os negros, mas que a ênfase é na ironia da reação de Brás Cubas, que, quando testemunha a violência sendo praticada pelo outro, é capaz de reconhecer a crueldade, mas que ainda assim não se arrepende nem sente tristeza por ter espancado Prudêncio. Essa dinâmica também evidencia que Machado de Assis foi capaz de trabalhar com a incoerência de a classe senhorial ser incapaz de enxergar o escravizado como outro ser humano com as mesmas necessidades de afeto, de respeito, de realização, de liberdade, de conforto, de lazer, etc. Essa é mesma força da narrativa de “Pai contra mãe”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Maria Moisés” e em “Pai contra Mãe”, a família é um aspecto de destaque. Os personagens principais se relacionaram romanticamente e fizeram sacrifícios por seus pares ou por crianças e filhos. No final do século XIX e início do XX, tanto no Brasil quanto em Portugal, novas práticas sociais do trabalho e as mudanças nas relações aristocráticas interagiram e contribuíram para o Estado estabelecer sua posição em relação à intimidade e aos modelos domésticos dos cidadãos. A moralidade instituída para as mulheres pelos homens, que naquela época eram os únicos ou a imensa maioria cujas vozes eram publicadas, era a de que existia um instinto materno natural que fazia com que a mulher pudesse resistir à qualquer violência e a todos os tipos de martírio através da sua suposta vocação intrínseca da condição de mãe.

Se a mulher do final do século XIX não desejasse ou não conseguisse casar e fazer sexo para ter filhos, especificamente nessa ordem, ela era considerada feia, velha ou anormal. Se fizesse sexo e tivesse filhos sem casar, era considerada perdida. O homem que contribuía com metade do desejo sexual e com todos os aspectos materiais necessários para gerar um filho não era responsabilizado ou estigmatizado como “perdido”. Esses padrões de dignidade foram impostos por instituições como a Igreja, o Estado e o modo de produção, e foram veiculados pela pena e pela fala de homens e reproduzidos também pelas próprias mulheres.

“Pai contra Mãe” e “Maria Moisés” aproximam-se na visão idealizada que tanto Camilo Castelo Branco quanto Machado de Assis expressaram sobre a maternidade e a coragem que o instinto maternal dá às mulheres. Josefa teve coragem de fugir rumo ao incerto, assim como Arminda. Aquela não conseguiu sobreviver. Machado expressa uma visão parecida em Sabina, quando ela desiste do suicídio por causa do instinto de mãe. Para o autor, essa condição da mulher a ajudou a tomar a decisão de se preservar. Na opinião de Mailde, “Sabina é vítima do paternalismo, mas, ao optar pela vida, cresce, legitima-se, é sua racionalidade que a faz recuar; [...] reagir e viver. Prevalece o instinto maternal, enuncia-nos o narrador” (2006, p. 116). Embora nem Machado nem Camilo fossem mulheres ou mães para sentir esse suposto instinto, testemunharam o esforço, o sofrimento e o fardo da maternidade em suas trajetórias.

O homem deveria constituir e sustentar uma família com suas rendas, encontrando uma companheira de condição social compatível. Para os abastados ou nobres a escolha da

esposa e do esposo passava por interesses financeiros e políticos. Para os pobres e agregados, os meios de sustento lhes impunham condições precárias, especialmente no Brasil, onde o trabalho manual e assalariado foi desvalorizado pela instituição da escravidão.

Nas obras analisadas, as mulheres que não se enquadram no perfil de mulher jovem, fértil, mãe em potencial são amarguradas ou agregadas, não têm outras motivações a não ser ajudar os protagonistas. A personagem de Maria Moisés foi motivo de surpresa porque buscou um propósito fora das ambições familiares e matrimoniais, mas não foi capaz de conseguir segurança financeira antes de ser ajudada por seu pai. A tia Mônica foi uma solteirona de má índole que manipulou Clara e Candinho para continuarem a acolhê-la em sua família.

Machado de Assis descreveu frequentemente as condições dos agregados, dependentes dos senhores para conseguir favores e buscar mais dignidade dentro de uma sociedade tão hierarquizada. O trabalho livre e assalariado seria uma possibilidade de superação das humilhações por que os agregados e cativos passaram, mas Roberto Schwarz afirma que Machado percebeu, no pouco tempo em que presenciou a abolição, que as mudanças não seriam tão simples.

Passados os anos, é notório que o fim do cativo não transformou escravos e dependentes em cidadãos, e que a tônica do processo, pelo contrário, esteve na articulação de modos precários de assalariamento com as antigas relações de propriedade e mando, que entravam para a nova era sem grandes abalos. Nalguma altura anterior às *Memórias* e posterior a *Iaiá*, faltando um decênio para a Abolição, o romancista se terá compenetrado deste movimento decepcionante e capital. O arranjo civilizado das relações entre proprietários e pobres, que estivera no foco do trabalho literário da primeira fase, ficava adiado *sine die*. De agora em diante Machado insistiria nas virtualidades retrógradas da modernização como sendo o traço dominante e grotesco do progresso na sua configuração brasileira. (SCHWARZ, 2000b, p. 141)

Os romances de Machado mudam radicalmente o meio de realização pessoal que os protagonistas buscam, se os comparamos com os personagens camilianos. No autor português, a autorrealização do jovem romântico envolve a união pelo amor, ou o sacrifício de buscar um amor irrealizável. O empecilho que as tradições familiares dos mais privilegiados impunham aproximam Camilo e Machado. Mas Machado de Assis, desde os seus primeiros romances, aponta para as ambições sociais e as condições financeiras como ingredientes genuínos dos casamentos; ele esvazia o sentimento romântico, enquanto Camilo não retirou a glória e o heroísmo de morrer por amor.

Machado e Camilo se sobressaíram por suas perspectivas sobre os dramas humanos. Nas obras analisadas, os contrastes fundamentais se encontram nas abordagens de cada autor para as possibilidades de futuro das crianças e para os martírios vividos por amor. Josefa passa por suplícios causados por suas emoções e pela pressão social; ela não era completamente desamparada antes de engravidar, pois tinha seus pais e alguma estabilidade naquele núcleo familiar rural. Seus problemas aparecem quando ela se apaixona por um homem que não pode assumi-la, eles engravidam e ela fica sem ninguém próximo para ajudá-la. O amor romântico idealizado, tanto de Josefa por António, quanto o de Josefa mãe por sua bebê, se realiza no sacrifício dessa mulher.

Em “Pai contra Mãe”, Machado de Assis deixa clara a perspectiva futura para os herdeiros da instituição da escravidão: o filho da escravizada é morto para salvar o de Candinho e isso não implica em nenhum dilema da consciência. A crueldade da realidade e o cinismo do indivíduo para se auto justificar são o que há de mais intenso no desfecho da narrativa. Eles são consequências do modo de produção do Brasil no XIX, que era inseparável da violência contra os escravizados, mas essa era aceita e considerada necessária para que o Brasil se civilizasse. Machado de Assis escolheu retratar esse sofrimento, completamente distinto do amor ideal dos românticos. Acreditamos que essa era uma maneira de oferecer um espelho para aquela sociedade legatária da escravidão. A morte e a dor que um indivíduo causa ao outro não foi bela, ou espiritual em Machado, era o que se praticava no Brasil e que ainda se pratica, sob diversas máscaras, com os descendentes da escravidão e da diáspora.

Acreditamos que a principal contribuição de Machado de Assis foi sua sátira inspirada nas motivações esvaziadas, na moralidade esgarçada pela retórica e pela autocondescendência da classe senhorial. Ademais, Machado de Assis também soube criar situações provocadoras dos leitores para que eles enxergassem a humanidade dos agregados e escravizados. Sua escrita não foi uma missão social, mas foi rica de significados que podiam ter iluminado os caminhos obscurecidos pelo medo e pela violência do Brasil escravista.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. **Mãe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 [1860].
- ALENCAR, José de. **O tronco do Ipê**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964 [1881].
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. Os números do tráfico negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 48-55.
- ARMOND, Lúcia Helena Ribeiro Silva Ferreira. “**O Tal do Casamento Civil**”: razão de dispensa de parentesco para o casamento religioso, no período de 1890 a 1916, em Passa Quatro/MG. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- ASSIS, Machado de. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Ática, 1995 [1878].
- ASSIS, Machado de. **Memória Póstumas de Brás Cubas**. Cotia: Ateliê Editorial, 1998 [1881].
- ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975 [1908].
- ASSIS, Machado de. **Machado de Assis Afro-descendente** - escritos de caramujo. Antologia de Eduardo de Assis Duarte. 2. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2009.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. *In*: **Obra Completa de Machado de Assis**, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 3. Publicado originalmente em *O Novo Mundo*, 24/03/1873.
- ASSIS, Machado de. **Obra completa**: poesia, crônica, crítica, miscelânea e epistolário. 1. ed. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1959.
- ASSIS, Machado de. **Obras de Machado de Assis**. Edições Críticas preparadas pela Comissão Machado de Assis. 17 vols. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- ANDERSON, Perry. **Passages from Antiquity to Feudalism**. London; New York: Verso, 1996.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARRETO, Lima. **Contos reunidos**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Garnier, 1990.
- BARRETO, Lima. **Correspondência**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BERGAMINI, Atilio. "Instinto de nacionalidade" na imprensa liberal. **Machado Assis Linha**, Rio de Janeiro, v.6, n. 12, Dec. 2013.

BAPTISTA, Abel Barros. **Camilo e a Revolução Camiliana**. Lisboa: Quetzal Editores, 1988.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANCO, Camilo Castelo. **Maria Moisés**. 10. ed. Porto: Porto Editora, 2006 [1890]

BRANCO, Camilo Castelo. **Anátema**. Porto: Cruz Coutinho, 1858.

BRANCO, Camilo Castelo. **A Brasileira de Prazins**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1974 [1882].

BRANCO, Camilo Castelo. **Camilo Inédito**. Prefácio e notações por Visconde de Villa-Moura. Porto: Renascença Portuguesa, 1913.

BRANCO, Camilo Castelo.; RIBEIRO, Tomás. **Cartas de Camillo Castello Branco a Thomaz Ribeiro**. Lisboa: Portugália, 1922.

BRANCO, Camilo Castelo. **O Esqueleto**. Lisboa: Livraria de Campos Junior, 1865.

BRANCO, Camilo Castelo. O Filho Natural. **Novellas do Minho**: publicação mensal, Lisboa, v. 4-6, 1876. Mattos Moreira.

BRANCO, Camilo Castelo. **A filha do regicida**. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira, 1875.

BRANCO, Camilo Castelo. **A viúva do enforcado**. Lisboa: Livraria Editora de Matos Moreira, 1877.

BRASIL. **Código civil**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 47. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 1.168 p.

BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. 1. ed. Tradução Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CABRAL, Alexandre. **As polêmicas de Camilo**. Lisboa: Portugalia, 1964.

COELHO, Jacinto do Prado. **Introdução ao estudo da novela camiliana**. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2001.

COVA, Anne. História da Maternidade: em que ponto estamos? Tradução de Marina Alves Amorim e Frederico Assis Cardoso. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 163-185, 1. sem. 2011

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis historiador**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. *In*: OGOT, Bethwell Allan (Ed.). **África do século XVI ao século XVIII**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 223-240.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Machado de Assis afro-descendente** - escritos de caramujo [antologia]. 2. ed. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida, 2009.

DUBY, G. A Queda. *In*: DUBY, G. **Damas do século XII**. Heloísa, Isolda e outras damas no século XII A lembrança das ancestrais Eva e os padres. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

FRANÇA, José-Augusto. As grandes correntes da arte. *In*: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **Portugal e a instauração do liberalismo**. Lisboa: Presença, 2002. (Nova História de Portugal, v. 9).

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. 1. ed. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRAZ, Maria de Lourdes A. Castelo Branco, Camilo (Ferreira Botelho). *In*: BUESCU, Helena Carvalhão (coord.) et al. **Dicionário do Romantismo Literário Português**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 80-86.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. *In*: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 41-47.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. Rio de Janeiro: FTD, 2015 [1875].

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Entrevista concedida ao programa Ilustríssima Conversa da Folha de São Paulo**, 7 de setembro de 2019.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas; LEBENSZTAYN, Ieda. **Escritor por Escritor Machado de Assis segundo seus pares 1908-1939**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. O Impacto da Obra de Machado de Assis sobre as Concepções de Romance. **Machado de Assis em linha**, ano 1, n. 1, jun. 2008.

KUNZ, Marinês Andréa; SARAIVA, Juracy Assmann. Autorreferencialidade em Memorial de Aires. **Machado de Assis em Linha**, ano 4, n. 7, jun. 2011.

LOPES, Oscar. **Álbum de família**: ensaios sobre autores portugueses do século XIX. Lisboa: Editorial Caminho, 1984.

LOPES, Oscar. Claro-escuro camiliano. *In*: **A busca de sentido, questões de literatura portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1994. p. 39-65.

MARTINS, José Cândido de Oliveira. **Para uma leitura de Maria Moisés de Camilo Castelo Branco**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

MARTINS, José Cândido de Oliveira. Maria Moisés de Camilo Castelo Branco: Enredos do coração. **Letras & Letras**. Braga: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/letras/candid10.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MIGNOLO, Walter D. The many faces of Cosmo-polis: border thinking and critical cosmopolitanism. **Public Culture**, v. 12, n. 3, p. 721-748, 2000.

MEYER, Augusto. **Machado de Assis**. Porto Alegre: Globo, 1935.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **Machado de Assis** (Estudo Crítico e Biográfico). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MONTEIRO, Pedro Meira. A Cidade Ausente da Machado de Assis. **Revista do IEB**, n. 46, p. 29-41, fev. 2008.

MOURA, Clóvis; MOURA, Soraya Silva. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia, Ciência e Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 44-55, jan. 2004.

NABUCO, Joaquim. Carta a José Veríssimo. Washington, 25 nov. 1908. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, n. 115, v. 36, p. 387-8, jul. 1931; *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, p. 164, mar. 1957. *In*: GUIMARÃES, Hélio de Seixas; LEBENSZTAYN, Ieda. **Escritor por Escritor Machado de Assis segundo seus pares 1908-1939**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

**O NOVO Mundo**: periodico illustrado do progresso de politica, litteratura, arte e indústria. Nova Iorque: J. C. Rodrigues. 1873-1874.

OLIVEIRA, Paulo Fernando da Motta de. Aspectos do Amor em Camilo: da heroína romântica à mulher comum. **Revista Letras**, Curitiba, n. 47, p. 123. 1997.

RANDAZZO, Amanda Rocha. Correlação entre o líquen plano oral e a infecção pelo vírus da hepatite C. **Arq. bras. Odontol.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 107, ago./dez. 2005.

ORNELAS, José N. A desconstrução do discurso naturalista em A Brasileira de Prazins. *In: CAMILO CASTELO BRANCO INTERNATIONAL COLLOQUIUM*, 1991, Santa Barbara. **Proceedings...** Santa Barbara: Universidade da Califórnia, Centro de Estudos Portugueses, 1995.

PAVANELO, Luciene Marie. **Camilo Castelo Branco e Joaquim Manuel de Macedo: convergências na ascensão do romance nas periferias do capitalismo**. 2013. 260 f. Tese (Doutorado em Letras, estudos comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PORTUGAL. **Código Civil Portuguez**. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

REIS, Carlos; PIRES, Maria da Natividade. **História crítica da Literatura Portuguesa V: o Romantismo**. 2. ed. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1999.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. V. 5.

RODRIGUES, Ironides. Introdução à Literatura-Afro-brasileira. **Thoth**, Brasília, n. 1, p. 255-266, jan./abr. 1997.

SANTIAGO, Silviano. Retórica da verossimilhança. *In: SANTIAGO, Silviano. Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 27-46.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1996.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000a.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis**. 4 ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000b.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (org.). **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SERRÃO, Joel. **Da situação da mulher portuguesa no século XIX**. 1.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMÕES, Diana. Natureza e humanidade em confronto em “Maria Moisés” de Camilo Castelo Branco. **Leituras da Natureza em Camilo Castelo Branco**, Casa de Camilo - Centro de Estudos, nov. 2018.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na obra de Machado de Assis**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

VAQUINHAS, Irene (coord.). **História da vida privada em Portugal: a época contemporânea**. Lisboa: Temas e Debates, 2011.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 189-222.

VERÍSSIMO, José. Machado de Assis crítico. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 24 de maio de 193, p. 2. *In*: GUIMARÃES, Hélio de Seixas; LEBENSZTAYN, Ieda. **Escritor por Escritor Machado de Assis segundo seus pares 1908-1939**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

VIEIRA, Flávia David; SILVA, Edivânia Gomes da. O instituto do matrimônio e os efeitos de sentido de “casamento”. **Redisco**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 2, p. 22-30, 2015.

WERKEMA, Andréa Sirihal. O falso Romantismo dos primeiros romances de Machado de Assis. *In*: WERKEMA, A.S., SOARES, M.V.N., ARAÚJO, N. **Variações sobre o romance**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2016.